

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL

***GESTÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL***

LUCIANA FRANCISCO DE ABREU RONCONI

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2003

LUCIANA FRANCISCO DE ABREU RONCONI

***GESTÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL***

Essa dissertação foi apresentada para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

PROFESSORA MARIA ESTER MENEGASSO, DRA.

ORIENTADORA

FLORIANÓPOLIS, 2003

LUCIANA FRANCISCO DE ABREU RONCONI

***GESTÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL***

Essa dissertação de mestrado foi examinada e julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada na sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de Junho de 2003.

Profa. REGINA CÉLIA TAMASO MIOTTO, Dra.
Coordenadora do PPGSS/UFSC

Banca Examinadora

Profa. MARIA ESTER MENEGASSO, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Profa. HELOISA MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. CLERILEI BIER, Dra.
Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC/ESAG

Profa. REGINA PANCERI, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a elaboração desta dissertação com suas idéias, sugestões, críticas, estímulo, carinho, amizade e amor, especialmente:

À professora Dra. Maria Ester Menegasso, pelo empenho, dedicação e amizade.

Aos professores e funcionários do Departamento de Serviço Social, pela confiança e disponibilidade.

Aos colegas de turma, pela convivência que proporcionou o compartilhamento de experiências criando vínculos de amizade e solidariedade.

Aos profissionais de Serviço Social que se dispuseram a participar desta pesquisa.

Aos dirigentes das organizações de economia solidária pesquisadas, que socializaram suas experiências e seus saberes.

À CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu a dedicação necessária para a realização do mestrado e elaboração da dissertação.

RESUMO

Essa dissertação trata do Serviço Social e a Gestão Social no contexto das organizações de economia solidária. Essas organizações adquirem visibilidade na contemporaneidade em função das transformações no mundo do trabalho, desregulamentação do Estado, crise das políticas sociais, perda e corrosão dos direitos vinculados ao trabalho, e aumento da pobreza. Os ajustes estruturais da economia têm contribuído para a ampliação e a intensificação das questões sociais e o quadro de exclusão social. É nesse contexto que se discutiu, à luz do projeto ético-político da profissão de assistente social, o papel desses profissionais nas organizações de economia solidária; organizações que surgem como alternativa à população excluída do mercado formal de trabalho e como possibilidade de novas formas de produção e de alternativas de vida econômica e social. O objetivo geral da pesquisa foi identificar como o profissional de Serviço Social desenvolve a gestão social no contexto das organizações de economia solidária. A forma escolhida para a pesquisa do trabalho foi de natureza qualitativa e teve caráter exploratório e descritivo; a coleta de dados se fez mediante observações, entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas, e análise documental. Foram sujeitos da pesquisa cinco organizações de economia solidária e seis profissionais de Serviço Social que acompanhavam essas organizações de forma direta ou indireta. Os resultados apontaram que as dificuldades que as organizações de economia solidária enfrentam são imensas e que os profissionais de Serviço Social que as acompanham demonstram dificuldades em compreender e identificar as possibilidades de intervenção profissional, na perspectiva de gestão social, neste contexto. O resultado desta pesquisa compõe o referido estudo.

Palavras-chave: Serviço Social, Gestão Social e Economia Solidária.

ABSTRACT

This dissertation deals with Social Service and Social Management in the context of solidary economy organizations. Such organizations acquire visibility in contemporaneity in view of the transformations in the labor world, lack of State regulations, crisis in social policies, loss and corrosion of labor rights as well as poverty increase. Structural agreements of the economy have contributed to the expansion and intensification of social issues as well as to the picture of social exclusion. It is in this context that this dissertation discusses, in the light of the ethic political project of Social Assistance, the role of such professionals in solidary economy organizations, which emerge as an alternative to the population excluded from the formal labor market and as a possibility of new forms of production as well as of alternatives of economic and social life. The general objective of the research was to identify how the Social Service professional carries out social management in the context of solidary economy organizations. The research is qualitatively oriented, having both a descriptive and an exploratory character; data was collected through observations, semi-structured and non-structured interviews as well as documental analysis. The universe of the research consisted of five solidary economy organizations and six professionals directly or indirectly accompanying them. The findings demonstrated that the difficulties such solidary economy organizations are going through are enormous and that the Social Service professionals accompanying them show difficulties in understanding and identifying the possibilities of professional intervention, from the perspective of social management, in this context. The findings of this piece of research are the matter of this study.

Key-words: Social Service, Social Management and Solidary Economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escopo de competências.....	133
Tabela 2: Síntese das Organizações Pesquisadas.....	155

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO.....	04
RESUMO.....	05
ABSTRACT.....	06
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	07
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Apresentação do Tema.....	11
1.2 Definição dos Principais Termos.....	17
1.3 Organização da Dissertação.....	19
1.4 Discussão do Tema e do Problema.....	20
1.5 Objetivos da Pesquisa.....	25
1.5.1 Objetivo Geral.....	25
1.5.2 Objetivos Específicos.....	25
1.6 Justificativa para a Escolha do Tema.....	26
1.7 Procedimentos Metodológicos.....	29
1.7.1 Caracterização da Pesquisa.....	29
1.7.1.1 Coleta e Análise dos Dados.....	31
1.7.2 O Universo da Pesquisa.....	36
1.8 Limites da Dissertação.....	37
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	39

2.1 O Estado de Bem-Estar Social Brasileiro.....	39
2.2 A Reforma do Estado.....	52
2.3 A Flexibilização das Relações de Trabalho.....	61
2.4 O Direito ao Trabalho.....	75
2.5 A Sociedade Civil.....	86
2.6 A Economia Solidária.....	101
2.7 Terceiro Setor e Economia Solidária.....	109
2.8 Gestão Social.....	120
2.9 As Competências.....	132
3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	152
3.1 As Organizações Pesquisadas.....	156
3.1.1 Terra.....	156
3.1.2 Associação Ar.....	161
3.1.3 Associação Fogo.....	164
3.1.4 Cooperativa Água.....	170
3.1.5 Cooperativa Vida.....	174
3.2 Gestão Social e o Assistente Social.....	178
3.2.1 Espaço da Inserção Profissional do Assistente Social.....	178
3.2.2 O Assistente Social e a Economia Solidária.....	185
3.2.2.1 O Entendimento da Economia Solidária.....	185

3.2.2.2	As Competências do Assistente Social.....	190
3.2.3	Serviço Social e Gestão Social	206
4	CONCLUSÕES	210
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O tema a ser desenvolvido privilegia a discussão sobre o Serviço Social e a gestão social nas organizações de economia solidária. Essa discussão é fundamental para o Serviço Social, pois as transformações econômicas, políticas e sociais da contemporaneidade tem evidenciado expressões específicas da questão social e têm exigido uma gestão do social referendada pelo projeto ético-político da profissão de assistente social.

Não há mais como negar que, em decorrência da globalização e da revolução tecnológica, tem ocorrido profundas transformações na sociedade como um todo. O índice de desemprego atinge níveis nunca alcançados, e o surgimento de novas formas de organização do trabalho e da produção tem contribuído para transformações nas relações de trabalho.

A globalização das comunicações, das finanças e dos mercados, sob a égide do modelo neoliberal, traz no seu bojo a lógica do capitalismo, que visa à permanência do processo de acumulação e centralização do capital. Assim, nesse contexto inquietante de transformações societárias, na qual a ordem capitalista busca redefinições, e o capital intensifica a exploração dos mercados existentes e a exploração de novos mercados, acentuam-se as desigualdades sociais. As conseqüências são claras: transformações no mundo do trabalho, população cada vez mais à margem dos sistemas de proteção social, crise das políticas sociais, desregulamentação do Estado, perda e corrosão dos direitos vinculados ao trabalho, e aumento da pobreza.

A estratégia utilizada pelo Estado brasileiro no sentido de promover a estabilidade econômica em detrimento do desenvolvimento social tem gerado a erosão dos sistemas de proteção social e das políticas sociais, assim como a destituição de direitos trabalhistas e

sociais. Os ajustes estruturais da economia têm contribuído para ampliar e intensificar a complexidade das questões sociais e o quadro de exclusão social, exclusão esta que deve ser entendida, conforme diz Sposati (1999), como uma “situação de privação coletiva que inclui a pobreza, a discriminação, subalternidade, a não equidade, a não acessibilidade, a não representação pública com situações multiformes” (SPOSATI, 1999, p. 67).

A exclusão e o aumento da pobreza são reflexos dos brutais desequilíbrios de poder e da péssima distribuição das riquezas produzidas na sociedade atual. De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, mesmo com o aumento da riqueza global, das conexões mundiais e da capacidade tecnológica, a pobreza continua sendo no século XXI um problema de enormes proporções. Dos seis bilhões de habitantes do nosso planeta, 2,8 bilhões (quase a metade) vivem com menos de dois dólares por dia, e 1,2 bilhão com menos de um dólar por dia. O desafio de reduzir a pobreza, segundo o Relatório, será ainda maior devido ao futuro crescimento demográfico, uma vez que se prevê que a população mundial sofrerá um acréscimo de 2 bilhões de habitantes nos próximos 25 anos, e 97% desse aumento ocorrerá nos países em desenvolvimento. Cabe ressaltar que o Relatório reconhece que a pobreza não se refere apenas à questão de renda ou desenvolvimento humano inadequado, mas também à vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002 relata que o Brasil se encontra em uma situação desfavorável em relação aos demais países no que se refere à distribuição de riquezas. A fatia de renda apropriada pelos 10% mais pobres caiu de 1% para 0,7%, e a fatia apropriada pelos 10% mais ricos aumentou de 46,7% para 48%. Isso garante ao nosso país a terceira posição no ranking das nações com as condições mais desfavoráveis para os pobres e nos eleva da quinta para a terceira posição na lista dos países protetores dos ricos.

O número de pessoas que passam fome no Brasil está aumentando. Utilizando como base os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Organização

Não-Governamental Ação da Cidadania contra a Fome, fundada por Betinho no início dos anos 1990, afirma que, há dez anos, 30 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha da pobreza e que hoje existem 50 milhões de famintos no Brasil (BBC Brasil, 2002).

A intervenção do Estado brasileiro na economia não tem amenizado as questões da pobreza e das desigualdades sociais; sua opção por ações seletivas e focalizadas tem substituído as políticas públicas de caráter universalizante e tem transferido para a sociedade a responsabilidade de intervir nas desigualdades estruturais, a partir de um ideário de solidariedade. É nesse contexto de ineficiência da intervenção estatal que se constata o crescimento de busca de alternativas de sobrevivência da população excluída, principalmente do mercado formal de trabalho, e o surgimento de novas formas de organização da sociedade civil que se expandem e procuram atender a necessidades, prestar serviços e defender os interesses dessa população.

A partir dos anos 1990, pode-se observar a difusão de organizações sem fins lucrativos voltadas para as questões de gênero, raça, saúde, habitação, educação e atividades econômicas, e que agem segundo os princípios da autogestão e da cooperação. Dentre estas inúmeras organizações destacam-se as caracterizadas como de economia solidária, constituídas para gerar trabalho e renda e atender a população excluída do mercado formal de trabalho.

O reordenamento do mercado de trabalho, em face principalmente da introdução de novas tecnologias no processo produtivo, vem contribuindo para a eliminação de postos de trabalho e para o aumento do desemprego no setor industrial e dos serviços. Dessa forma, a desagregação da sociedade que se construiu com base no trabalho e suas proteções caracteriza hoje a questão social e pode ser considerada uma das faces mais visíveis da desigualdade social no País (CASTEL, 2000).

Portanto, a partir da constatação das questões sociais emergentes relacionadas ao emprego, ao trabalho e às transformações que atingem a sociedade, e particularmente, a população mais pobre da sociedade, nesta dissertação se discute como os profissionais de Serviço Social se inserem e como desenvolvem a gestão social no contexto das organizações de economia solidária.

As organizações de economia solidária compõem uma realidade pouco pesquisada, em função de ter sido considerada por alguns políticos e intelectuais uma realidade “alheia aos grandes embates políticos” e, portanto, com pouco alcance social e pouca capacidade de gerar transformações sociais para grande parte da população carente; as organizações de economia solidária eram vistas como respostas emergenciais e paliativas diante da situação de pobreza e miséria, e geraram inúmeras controvérsias quanto ao seu alcance. Todavia, a multiplicidade dessas experiências, a longevidade de muitas e os resultados alcançados merecem ser investigados, por elas estarem cumprindo um papel fundamental na formação de indivíduos e grupos com capacidade de ação, a partir da vivência de reorganização da vida cotidiana e, por extensão, das esferas da vida social (GAIGER, 2002).

Considera-se hoje que as experiências de economia solidária podem evoluir para ações propositivas, com reflexos no campo das políticas públicas e nos embates que hoje definem os rumos da sociedade; podem se constituir como embriões de novas formas de produção e de alternativas de vida econômica e social (GAIGER, 2002). Muitas das experiências de economia solidária descritas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pela Cáritas Brasileira – Regional RS, pela Prefeitura de Porto Alegre e pela Ação Social Arquidiocesana de Florianópolis, entre outras, têm garantido a sobrevivência imediata e a subsistência de populações carentes, oportunizando o aprendizado de algum ofício, o domínio de técnicas simples e eficientes e o crescimento intelectual e profissional, num processo de resgate da autoconfiança, da dignidade, da autonomia e de uma consciência dos direitos civis.

Sob esses aspectos, as organizações de economia solidária podem ser um espaço de inclusão e de resistência para uma parcela da população excluída do mercado de trabalho. Um espaço onde a dimensão humana não aparece de forma banalizada; onde o homem pode, através de um processo emancipatório, reconhecer a possibilidade de construir a história e intervir em seu contexto. Trata-se não apenas de uma alternativa econômica diante da crise do trabalho, mas de uma alternativa social, no que se refere às múltiplas dimensões da vida (valores, cultura, sociabilidade e comunicação, entre outras).

Ao revisar a literatura elaborada pelo Serviço Social sobre economia solidária, constata-se que esta área tem sido pouco explorada pela profissão. Desta maneira, os estudiosos no campo do Serviço Social, através de pesquisa teórica e pesquisa empírica, podem contribuir para a compreensão dessa realidade emergente e para uma melhor intervenção do assistente social.

A partir da compreensão do espaço de intervenção e da consciência de suas competências, o assistente social poderá efetivar uma prática de gestão social guiada pelo projeto ético-político da profissão. Neste sentido, a gestão social pressupõe uma análise crítica das novas determinações do Estado, das novas configurações da sociedade civil e das transformações no mundo do trabalho dentro de um contexto político e econômico, assim como a incorporação de metodologias participativas que garantam o acesso da parcela excluída da população à cidadania e aos direitos sociais.

Entende-se que a cidadania democrática que se apóia na liberdade, na igualdade e na solidariedade prevê a participação do indivíduo ou do grupo organizado nas mais variadas áreas de atuação na sociedade.

Liberdade que recupera todo o processo de garantia dos direitos individuais e das liberdades públicas, a igualdade no sentido do reconhecimento da igualdade intrínseca de todos os seres humanos em relação aos direitos fundamentais para uma vida digna e a solidariedade no sentido de que a sociedade é esse sólido que deve estar interligado por laços de apoio, de convivência etc. (SOARES, 1998, p. 5).

Assim, a gestão social pressupõe reconhecer o cidadão como pleno, consciente e ativo dos seus direitos, individuais e coletivos. É sob essa perspectiva que a discussão sobre o Serviço Social e a gestão social nas organizações de economia solidária pretende subsidiar a construção de um projeto de ação que resgate o conhecimento teórico-político e os instrumentos e técnicas de gestão apropriados a essa realidade.

No contexto atual, é necessário que os profissionais de Serviço Social busquem um novo perfil sociotécnico e ideopolítico diante das novas exigências sociais e institucionais; um perfil que permita o desenvolvimento de habilidades técnico-operacionais que possam contribuir para o fortalecimento da ação política de vários segmentos sociais. A gestão social requer dos profissionais de Serviço Social o desenvolvimento de habilidades pautadas em uma racionalidade substantiva (RAMOS, 1981); deve possibilitar a substituição de ações meramente burocráticas por um exercício profissional crítico, propositor e competente, e a identificação de demandas e possibilidades de ação profissional que a realidade das organizações de economia solidária apresentam.

A gestão social nas organizações de economia solidária requer que os profissionais de Serviço Social desenvolvam uma qualificação específica para a formulação e gestão de políticas públicas no campo da economia solidária e uma postura crítica, criativa e propositiva, que possibilite novas formas de trabalhar com organizações que se caracterizam pela democracia na tomada de decisões e pela equanimidade na distribuição dos resultados, dentro de uma lógica da solidariedade.

1.2 DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS TERMOS

As colocações feitas até aqui levam à necessidade de apresentar diversos conceitos que serão trabalhados ao longo desta dissertação. A caracterização dos termos e as definições que se seguem têm o propósito de uniformizar a linguagem, contribuindo para o entendimento dos argumentos.

AUTOGESTÃO: conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos (ALBUQUERQUE, 2002).

CIDADANIA: refere-se à participação como indivíduo ou como grupo organizado nas mais variadas áreas de atuação da sociedade (BENEVIDES, 2002). É o estado pleno da autonomia, isto é, saber escolher, poder escolher e efetivar as escolhas. Significa um cidadão pleno, consciente e ativo dos seus direitos, individuais e coletivos (OLIVEIRA, 2002).

COMPETÊNCIA: integração e coordenação de um conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes que possibilitam a produção de uma atuação diferenciada (NISEMBAUM, 2000).

ECONOMIA SOLIDÁRIA: forma de organizar produção e/ou distribuição que adota o princípio da democracia na tomada de decisões e da equanimidade (justiça) na distribuição dos resultados (SINGER, 1999a).

EMANCIPAÇÃO: emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito (CATTANI, 2002).

GESTÃO SOCIAL: conjunto de processos sociais nos quais a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores (TENÓRIO, 1998). É a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos (CARVALHO, 1999).

INCLUSÃO: processo ou situação de participação como ator e beneficiário em contextos de oportunidades de trabalho ou de distribuição da riqueza produzida, ou ainda de políticas públicas (MANCINI, 2002).

ORGANIZAÇÃO: é o agrupamento de pessoas e recursos com o objetivo de produzir bens e/ou prestar serviços (TENÓRIO, 2001); e entidades que integram esforços comuns para alcançar objetivos coletivos ou formas de associação humana para atingir a objetivos determinados (FERNANDES, 2001).

TERCEIRO SETOR: refere-se a um conjunto de organizações e iniciativas privadas que não geram lucros e respondem a necessidades coletivas; visam, portanto, à produção de bens e serviços públicos (FERNANDES, 1994).

TRABALHO: o trabalho revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das idéias que fluem desta (MARX, 1983).

1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro contém a introdução do projeto de dissertação e é composto pelos seguintes itens: apresentação do tema, definição dos principais termos, organização do documento, discussão do tema e do problema, objetivos, justificativa para a escolha do tema e limites da dissertação.

Fazem parte deste capítulo os procedimentos metodológicos que foram adotados na pesquisa para a construção da dissertação, destacando-se a caracterização da pesquisa, a coleta e a análise dos dados e o universo da pesquisa.

O capítulo dois volta-se para a fundamentação teórica desta pesquisa e recupera a questão do “Estado de Bem-Estar Social” brasileiro, a Reforma do Estado, a flexibilização das relações de trabalho e o direito ao trabalho. Realiza, ainda, uma breve retrospectiva do conceito de sociedade civil, da economia solidária e do terceiro setor, terminando com o referencial teórico sobre gestão social e competências.

O terceiro capítulo é dedicado à apresentação e à discussão dos resultados da pesquisa. Inicia-se com uma breve contextualização das organizações pesquisadas, alguns aspectos de sua história e a expectativa de seus dirigentes em relação à ação do profissional de Serviço Social, e apresenta e discute a inserção do assistente social no contexto das organizações de economia solidária, e a gestão social desenvolvida por ele.

O capítulo quatro se constitui das conclusões e das recomendações da dissertação.

Finaliza-se com as referências bibliográficas consultadas para a elaboração da dissertação.

1.4 DISCUSSÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

O tema economia solidária, gestão social e desafios para o Serviço Social, apresentado anteriormente, foco desta dissertação, é complexo e polêmico, apresentando muitas facetas, pois as alterações ocorridas no cenário mundial a partir de 1970, traduzidas na chamada globalização, trouxeram transformação na produção e também nos processos, na organização e nas relações de trabalho. Com a estagnação da economia capitalista, essas mudanças significaram o aumento da exploração da força de trabalho, a eliminação das relações contratuais e a perda dos direitos sociais.

A partir da incorporação dos princípios estabelecidos em 1989 pelo Consenso de Washington, que enfatiza a necessidade de desregulamentação e privatização dos mercados e privatização e desregulamentação do Estado, as propostas de corte neoliberal, de ajuste estrutural e de políticas sociais compensatórias se difundem. O objetivo das políticas neoliberais empreendidas era reduzir o gasto social concentrando o papel do Estado na saúde, no ensino básico e na assistência social às camadas mais carentes. Observam-se assim uma precarização e uma subalternização do trabalho ao mercado, uma fragilização das políticas sociais, uma crise do Estado e um desmonte dos direitos humanos, sociais, civis e políticos. Somam-se a esse quadro as transformações do mundo do trabalho, as modificações no processo produtivo e os avanços tecnológicos.

Em todas as economias os estudiosos apontam para um desemprego estrutural e não meramente conjuntural. Paradoxalmente, apesar do aumento da produtividade, o modelo de industrialização ou reestruturação não favorece a criação de empregos; ao contrário, o que se vê é a diminuição de postos de trabalho.

De acordo com o setor de informação e análise do mercado de trabalho do SINE/SC, no ano de 1999, o nível de emprego formal no País caiu 0,96%, o que equívale ao fechamento

de 196.001 postos de trabalho. Considera-se que o desempenho da Região Sul (-0,10%) só não foi pior porque a economia de Santa Catarina (1,85%) proporcionou a criação de 15.689 empregos. No Paraná (-1,24%) e no Rio Grande do Sul (-0,19%) foram desativados, respectivamente, 16.649 e 2.964 postos de trabalho. A partir da análise da evolução do índice de emprego de Santa Catarina, constata-se que, no período compreendido entre junho de 1995 e dezembro de 2000, foram desativados mais de 55 mil empregos na economia catarinense, quando era necessária a criação de aproximadamente 230 mil vagas para absorver o crescimento da População Economicamente Ativa¹ - PEA neste período. O mesmo documento ressalta que a combinação do crescimento da PEA com o número de postos de trabalho fechados no período indica que, nos anos 1990, o “déficit” no mercado formal de trabalho cresceu em mais de 612 mil vagas, incluindo-se neste número os trabalhadores que ficaram desempregados e aqueles que migraram para o mercado informal de trabalho.

A partir de dados coletados junto a organismos oficiais, como ONU, Banco Mundial, BID e FMI, Pochmann (2002) divulgou estudo que situa o Brasil como o segundo país do mundo em quantidade de desempregados (11,454 milhões), perdendo apenas para a Índia (41,344 milhões). O estudo mostra que os países mais pobres estão aumentando o número de desempregados; em 1980, o Brasil estava na 91ª posição, e em 2000, foi para a 25ª em taxa de desemprego (POCHMANN, 2002).

Embora as propostas de políticas públicas para o combate ao desemprego apareçam com prioridade nas agendas governamentais de vários países do mundo, na América Latina o que se observa é um aumento do emprego informal, que tem absorvido mais da metade da força total de trabalho da região.

¹ De acordo com a Pesquisa Nacional de Domicílios do IBGE, a PEA em Santa Catarina aumentou de 2.160.372 pessoas em 1990 para 2.685.809 em 1998; um aumento de 24,3% ou 525.437 pessoas a mais pressionando o mercado de trabalho.

Observa-se, assim, que as modificações que vêm ocorrendo no processo produtivo assinalam uma nova crise no cenário internacional; crise que se estabelece em função da globalização da economia aliada à política neoliberal, que deseja ampliar os ganhos econômicos, aumentar a entrada de capital estrangeiro e libertar-se das políticas públicas; crise gerada pelo avanço tecnológico (que passa a exigir do homem trabalhador maiores níveis de habilidades, conhecimentos diversificados e criatividade), pela terceirização, pela demissão de empregados, pela rotatividade de mão-de-obra, pelo aumento da informalização e pela precarização das relações de trabalho.

O contínuo agravamento das condições e relações de trabalho tem incentivado sucessivas reuniões dos países mais ricos, que se mostram incapazes de unificar diagnósticos e de buscar soluções conjuntas para os efeitos perversos da globalização neoliberal. A crise do emprego é provavelmente o assunto mais debatido, na atualidade, em todo o mundo. Entretanto, por mais que a Organização Internacional do Trabalho se empenhe, e apesar dos programas governamentais e das tentativas engenhosas dos estudiosos, nenhuma solução concreta para a questão da tragédia do desemprego tem sido apresentada.

As propostas flexibilizadoras e desregulamentadoras das normas trabalhistas difundidas pelos partidários do neoliberalismo defendem a diminuição e/ou supressão das obrigações dos empregadores e dos encargos sociais como maneira de ampliar o número de postos de trabalho.

Assim, no atual contexto sociopolítico, no qual a flexibilidade do trabalho implica a eliminação das relações contratuais e a destruição dos direitos trabalhistas, previdenciários e de proteção ao trabalhador, ganham visibilidade as organizações de economia solidária. Essas organizações se traduzem numa alternativa para a massa dos excluídos do mercado formal de trabalho e tornam-se por isso objeto de investigação desta pesquisa.

Lisboa (2000a, p. 51) argumenta que

Hoje há um espaço propício para construir alternativas econômicas. As pessoas estão desamparadas pelo Mercado, desprotegidas pelo Estado e desiludidas com as utopias tradicionais. Este campo é como um vulcão emergindo e explodindo, com forças muito grandes e caóticas, onde é mister ter muito cuidado, mesmo porque se trilha caminhos novos....

As atividades desenvolvidas pelas organizações de economia solidária, que objetivam geração de trabalho e renda, rompem com a prática individualista no processo produtivo. “Não são motivadas pela idéia da maximização do lucro e não estão totalmente sujeitas ao mercado e a controles burocráticos; nelas têm peso os laços culturais, as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas, assim como a solidariedade” (LISBOA, 2000a, p. 54-56). Essas peculiaridades permitem que a gestão dessas organizações conte com a participação de todos/as os envolvidos/a no empreendimento; participação nas discussões e decisões que virão a ser tomadas, participação no processo de reconstrução do conhecimento (quebra do fetiche do conhecimento) e participação nas responsabilidades (CORRÊA, 2002).

Considerando assim a existência, a expansão e a ação dessas organizações de economia solidária, busca-se investigar sua realidade, compreender em que medida essas experiências têm proporcionado aos trabalhadores um aprendizado sobre como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos agindo de acordo com princípios éticos e solidários; busca-se também definir o papel e as competências do Serviço Social nesse contexto.

Reconhece-se a necessidade de aprofundamento, no campo do conhecimento do Serviço Social, de um projeto de ação que resgate os instrumentos e meios de gestão apropriados à especificidade do Serviço Social nesse tipo de organização. As dificuldades no âmbito da intervenção profissional parecem inúmeras no contexto dessas organizações, que buscam romper com valores e padrões homogeneizados e significam um espaço de inclusão social para uma parcela da população excluída do mercado de trabalho.

A partir do conhecimento já sistematizado e qualificado, e guiado pelo projeto ético-político da profissão, que, por sua vez, está fundado nos valores democráticos e humanistas da participação política - liberdade, igualdade e justiça social - e nos valores da cidadania, o Serviço Social precisa investigar, discutir, propor e inserir-se nesse espaço, para transformar a prática de gestão administrativo burocrática numa perspectiva de gestão social. O conhecimento das organizações de economia solidária contribuirá para uma melhor capacitação técnico-operacional de um profissional de Serviço Social comprometido com a defesa dos direitos sociais, com a ampliação da esfera pública e com a construção de uma nova cidadania social, capaz de realizar e impulsionar novos direitos, mediante o fortalecimento da consciência de classe e da organização política e comunitária.

Esses argumentos conduzem à construção da pergunta que orienta o desenvolvimento deste estudo e da pesquisa que lhe dará aprofundamento.

Assim, buscar-se-á responder à seguinte questão: como o profissional de Serviço Social desenvolve a gestão social no contexto das organizações de economia solidária, tomando-se como referência o projeto ético-político da profissão de assistente social?

A proposta que aqui se apresenta encontra seu fundamento na convicção de que as organizações de economia solidária podem se constituir em espaços de inserção profissional do assistente social e na convicção de que a profissão já acumulou em sua trajetória conhecimentos e saberes que lhe dão legitimidade para contribuir, por meio de ações pontuais e qualificadas, para a concretização do objetivo social das organizações focalizadas neste estudo. Por outro lado, o momento histórico vivido pela sociedade brasileira requer, para a superação dos impasses, não apenas o aprofundamento da consciência crítica, mas também procedimentos mais elaborados, outras sensibilidades, um novo olhar, novos conceitos e, sobretudo, propostas. Este é o desafio a que nos dispusemos como profissional de Serviço Social, a enfrentar, ao elaborar esta dissertação de Mestrado em Serviço Social.

1.5 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.5.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar como o profissional de Serviço Social desenvolve a gestão social no contexto das organizações de economia solidária de Florianópolis, discutindo os resultados da pesquisa à luz do projeto ético-político da profissão

1.5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Resgatar, junto à literatura especializada, as abordagens referentes aos temas: o Estado de Bem-Estar Social Brasileiro, a reforma do Estado, a flexibilização das relações de trabalho, o direito ao trabalho, a sociedade civil, a economia solidária, o terceiro setor e a economia solidária, a gestão social, e as competências.
- Descrever a realidade das organizações focalizadas neste estudo e caracterizadas como de economia solidária, seu contexto e as expectativas de seus dirigentes em relação à ação do profissional de Serviço Social.
- Descrever e interpretar as ações desenvolvidas pelos profissionais da área do Serviço Social nas organizações de economia solidária pesquisadas.
- Correlacionar a base teórica e os resultados da pesquisa empírica, extraindo-se inferências que contribuam para a construção do conhecimento no Serviço Social, no que se refere à gestão social dentro das organizações de economia solidária.

1.6 JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TEMA

Esta dissertação é relevante por investigar o Serviço Social e a gestão social no contexto das organizações de economia solidária; organizações que têm sido foco de debates não só no Brasil como no resto do mundo. Espera-se que esta dissertação possa contribuir para a elucidação e a construção teórica e empírica da economia solidária como uma alternativa econômica e social para uma parcela da população excluída do mercado de trabalho e de seus direitos sociais. É relevante ainda para a profissão por discutir, à luz do projeto ético-político da profissão, a forma como o profissional de Serviço Social desenvolve a gestão social neste contexto.

Parte-se do pressuposto de que, em face do processo histórico nacional e internacional, múltiplas dimensões da vida têm se alterado, instaurando-se um conjunto de ambigüidades para a profissão; as transformações sócio-históricas que reconfiguram os espaços ocupacionais dos profissionais de Serviço Social redefinem seu campo de atuação e sua forma de intervenção. É necessário, pois, que os profissionais de Serviço Social conheçam a realidade das organizações de economia solidária de forma a decifrá-la e identifiquem os instrumentos necessários para a condução de seu trabalho. Todavia, o assistente social tem subsídios, a partir de seu projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, para lidar com as temáticas que envolvem as organizações de economia solidária e trabalhar sob uma perspectiva de reconhecimento e resgate dos direitos sociais.

Inúmeros são os questionamentos, ainda sem resposta, levantados nos fóruns de discussão sobre as organizações de economia solidária, fazendo-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que possam contribuir para uma melhor compreensão dessas organizações, que parecem estar centradas na valorização do trabalho, do saber e da criatividade humana, e não no capital. Elas refutam o mito de que todas as relações humanas e

a própria economia se reduzem ao mercado; criticam a racionalidade exclusivamente instrumental e a exploração do trabalho, e desenvolvem um projeto que não é apenas econômico, mas social e político. Sob estes aspectos, as organizações de economia solidária podem romper com os valores e os padrões que homogeneizam e banalizam o homem; podem ser um campo de resistência de ações e idéias onde, através de um processo emancipatório, o homem possa construir a história e intervir em seu contexto; podem ser um espaço em que o trabalho surge como possibilidade de inclusão social.

Dessa forma, o conhecimento sobre a estrutura das organizações de economia solidária, seu funcionamento e a compreensão das ações sociais que desenvolvem torna-se fundamental para que o Serviço Social desenvolva a gestão social dentro deste contexto. As organizações de economia solidária estão se consolidando como um campo de trabalho que exige uma gestão social capaz de romper com os conceitos tradicionais e de conduzir as pessoas em direção à emancipação, à auto-realização e à concretização de suas potencialidades. A gestão social implica assim a capacidade que o gestor tem de transformar as ações administrativas em processos de participação social e política.

As organizações de economia solidária se caracterizam por democracia, flexibilidade, autonomia, envolvimento e comunicação entre os participantes. É necessário, pois, no campo do conhecimento do assistente social, um aprofundamento teórico sobre os instrumentos e meios de gestão social apropriados à especificidade do Serviço Social nas organizações de economia solidária; a insuficiência de debates e reflexões tem gerado enormes dificuldades no âmbito da intervenção profissional nesta área.

Cabe ressaltar que a gestão é convencionalmente considerada campo de estudo da área da administração, pois está associada ao uso da racionalidade instrumental e a processos administrativos nos espaços organizacionais (RAMOS, 1981). No Serviço Social o tema constitui-se uma área pouco explorada e sujeita a armadilhas teóricas, uma vez que não há

ainda um corpo de teorias e conhecimentos consolidados para dar suporte à ação profissional do assistente social neste contexto.

O conhecimento e a discussão da gestão social desenvolvida pelos profissionais de Serviço Social, no contexto das organizações de economia solidária, podem subsidiar a capacitação técnico-operacional que esteja compromissada com a defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos, com a ampliação da esfera pública, com o fortalecimento da consciência de classe e da organização política e comunitária, e com a consolidação e construção de uma nova cidadania social.

É necessário salientar, ainda, que a preocupação com a intervenção do Serviço Social esteve sempre presente ao longo da vida profissional deste pesquisador. Nos quase vinte anos de atuação como executor, proponente e gestor das políticas públicas, sempre esteve presente a necessidade de se articular intervenção e competência com os pressupostos ético-políticos e técnico-operacionais da profissão, num processo de resgate da ética em favor das classes menos favorecidas, de processos democráticos que garantissem a participação da população, e da garantia da autonomia da população.

Nesse percurso profissional inúmeros colegas e alunos estagiários viram-se sem horizonte e sem perspectivas de cooperar para a emancipação do homem; viram-se aprisionados em suas instituições burocráticas e viram suas ações se transformarem em ações exclusivamente burocráticas. Em muitos momentos, o sonho de desenvolver uma gestão social que privilegiasse uma visão do ser humano em sua multidimensionalidade (RAMOS, 1981) e que objetivasse o resgate da cidadania, se não deixou de existir, viu-se adiado pela análise pessimista do contexto. Em outros momentos, não bastava a competência política e ética; era necessário ter o domínio técnico, num processo de formação continuada no qual a teoria pudesse apontar um horizonte. Em outros momentos, tratava-se de assumir a liderança,

a capacidade de persuasão, a criatividade, o trabalho interdisciplinar; tratava-se de fazer uma análise adequada das transformações da economia, da sociedade e do Estado.

Assim é que a discussão sobre a gestão social e a economia solidária mostra-se hoje como objeto de estudo. A análise da gestão social, especificamente no campo da economia solidária, objetiva trazer para a categoria profissional a possibilidade de novas práticas; práticas que surgem a partir das novas determinações do Estado, da sociedade civil e das transformações no mundo do trabalho, e que podem se configurar como resistência e como reafirmação do projeto do Serviço Social.

1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico serão discutidos os procedimentos metodológicos que serviram de suporte para o desenvolvimento deste estudo, que privilegiou a abordagem qualitativa. Serão apresentados: a natureza e o universo da pesquisa.

1.7.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A forma escolhida para a pesquisa deste trabalho é de natureza qualitativa, por ela ter a capacidade de aprofundar-se “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22). Na pesquisa qualitativa importam a profundidade e a qualidade com que os dados são analisados.

A pesquisa de natureza qualitativa possibilita a análise das relações que permeiam a sociedade, assim como a análise das organizações, dos grupos e dos indivíduos, na sua complexidade e unicidade. Ela tem assumido um papel fundamental no sentido de estudar os

fenômenos que envolvem os seres humanos e as relações sociais estabelecidas por eles em diversos ambientes (GODOY, 1995). No contexto das ciências, a pesquisa qualitativa assume importância crescente, pois os acontecimentos sociais encontram-se inter-relacionados e influenciam o fenômeno a ser estudado.

A abordagem qualitativa de um problema justifica-se por ser uma forma adequada de entender a natureza de um fenômeno social, pois

Pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1989, p. 39).

Por não estar centrada em padrões rígidos, a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador maior “flexibilidade, criatividade e sensibilidade para a análise dos dados” (GOLDEMBERG, 1999, p. 50).

Na pesquisa qualitativa “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave” (SILVA, 2000, p. 20). É neste sentido que a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador flexibilidade, criatividade, intuição e sensibilidade para analisar os dados. Ela pressupõe uma interação entre pesquisador e a situação estudada, que objetiva compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995).

A pesquisa utilizada nesta dissertação é de caráter exploratório e descritivo. Exploratória porque permite aumentar a compreensão do investigador em relação ao problema, assim como esclarecer e modificar conceitos e idéias; é exploratória, pois “começa com um plano incipiente, que vai se delineando mais claramente à medida que o estudo se desenvolve” (LUDKE e ANDRÉ, 1996, p. 21). Essa característica é típica da pesquisa qualitativa, na qual não há uma proposta rigidamente estruturada que deve ser seguida no

decorrer da pesquisa. É exploratória ainda porque a investigação é realizada “em área com pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 1998, p. 45).

Assim, nesta pesquisa a análise dos dados coletados foi feita a partir de um estudo exploratório a respeito do tema economia solidária e gestão social, permitindo uma visão geral sobre o objeto, assim como a compreensão e a modificação de idéias e conceitos vistos nas abordagens teóricas; conceitos e idéias que serão utilizados na formulação de abordagens posteriores.

É descritiva porque descreve os fatos e fenômenos da realidade, identificando e discutindo a gestão social desenvolvida pelos profissionais de Serviço Social no contexto das organizações de economia solidária (GIL, 1988; TRIVIÑOS 1987; LUDKE e ANDRÉ, 1996).

1.7.1.1 Coleta e análise de dados

A coleta de dados se fez mediante observações nas organizações de economia solidária foco da pesquisa, entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas com representantes das organizações e com os profissionais de Serviço Social envolvidos direta ou indiretamente com as organizações de economia solidária.

As observações permitem descrever as atividades, os comportamentos e as ações das pessoas. Possibilita verificar a realidade com mais acuidade; é relevante para observar se os dados e informações coletados representam verdadeiramente a realidade. Nesta pesquisa a observação, imprescindível em qualquer processo de pesquisa científica, foi conjugada a outras técnicas de coleta de dados e permitiu descrever relações, conflitos, contradições e mecanismos de solidariedade, gestão social e processos democráticos.

A entrevista semi-estruturada possibilita a emergência da percepção do participante, uma vez que as perguntas sobre os assuntos são apenas listadas, conduzindo a uma maior flexibilidade; é considerada como um dos principais instrumentos de coleta de dados dentro da pesquisa qualitativa, pois oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

A entrevista semi-estruturada, nesta pesquisa, partiu de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias, hipóteses e informações sobre o fenômeno social estudado; possibilitou que o informante, seguindo seu pensamento, dentro do foco principal colocado pelo investigador, tivesse total liberdade de expressão para manifestar-se.

Sendo assim, as entrevistas semi-estruturadas foram compostas por questões estruturadas a partir dos objetivos propostos por este estudo e foram utilizadas junto aos assistentes sociais e aos representantes das organizações de economia solidária foco desta pesquisa. Pelo fato de esta pesquisa contar com dois sujeitos, foram elaborados dois instrumentais de entrevista semi-estruturada.

A entrevista não-estruturada ou informal, que tem um caráter essencialmente exploratório e que não pressupõe um conjunto predeterminado de perguntas, nos foi útil para as primeiras aproximações com os sujeitos de pesquisa. Os objetivos da pesquisa foram esclarecidos logo no início do trabalho, e a partir da informalidade estabeleceu-se um relacionamento de confiança entre observador e participantes da pesquisa.

No que se refere aos registros da entrevista, as entrevistas semi-estruturadas fizeram uso da gravação oral (mediante a permissão do entrevistado), de anotações durante a entrevista e anotações depois das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas junto aos assistentes sociais envolvidos direta ou indiretamente com as organizações de economia solidária e junto aos representantes das organizações-foco desta dissertação.

A partir de reflexões sobre o objeto e leituras de teóricos pertinentes, delineou-se o conjunto dos questionamentos básicos que foram utilizados na investigação. Assim, as questões norteadoras que embasaram a entrevista semi-estruturada foram resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social (TRIVINÕS, 1987).

As questões norteadoras, que buscaram oferecer um amplo campo de interrogativas, foram propostas aos assistentes sociais envolvidos direta ou indiretamente com as organizações de economia solidária e aos representantes das referidas organizações.

No intuito de dar conta dos objetivos desta pesquisa, junto aos assistentes sociais foram abordados os seguintes aspectos: 1) o espaço de inserção profissional do assistente social; 2) o entendimento da economia solidária; 3) as competências do assistente social; 4) a gestão social e o Serviço Social.

Assim a entrevista buscou compreender como se dá a inserção do assistente social na organização em que trabalha, isto é, na organização com a qual possui vínculo empregatício e que assessora a organização de economia solidária selecionada. O objetivo foi compreender de que forma o tipo de gestão social praticado na organização afeta o desenvolvimento das competências do assistente social junto às organizações de economia solidária com as quais desenvolve trabalho social. Neste sentido, buscou-se compreender como o profissional de Serviço Social percebe a organização na qual trabalha, como se insere o “programa de economia solidária” dentro da organização, qual a motivação que tem para o trabalho, sua capacidade de liderança e visão de contexto.

A entrevista buscou ainda identificar a gestão social desenvolvida pelos profissionais de Serviço Social no contexto das organizações de economia solidária a partir da visão do assistente social a respeito da economia solidária, das competências do assistente social neste contexto e da gestão social e Serviço Social.

A entrevista com representantes das organizações de economia solidária buscou detectar a visão que a organização possuem do Serviço Social, a expectativa que trazem em relação ao profissional de Serviço Social, a relação que desenvolvem com ele, assim como analisar se há participação no empreendimento de outros profissionais, voluntários ou organizações.

Assim, os seguintes aspectos foram alvo da entrevista:

- apoios à organização - individual, organizacional, tipo de apoio, participação nas discussões e encaminhamentos da organização;
- características essenciais dos “apoiadores”/ “colaboradores” da organização;
- conhecimento do trabalho do assistente social que atua junto ao grupo;
- avaliação da intervenção do Serviço Social;
- relação com o Serviço Social e possibilidade de troca de idéias;
- sugestões para o trabalho do Serviço Social junto à organização.

Foram utilizadas também como técnicas para coleta de dados a pesquisa teórica e a análise documental.

Na busca dos referenciais teóricos foi utilizada a pesquisa bibliográfica que, segundo Minayo (1998, p. 97), “é capaz de projetar luz e permitir uma ordenação ainda imprecisa da realidade empírica”. A elaboração da fundamentação teórica foi condição essencial para a compreensão dos fenômenos objeto do estudo.

Desenvolvida com base em estudos sobre trabalhos publicados acerca do assunto, como livros, artigos científicos e periódicos, a pesquisa teórica partiu das categorias trabalho, cidadania, economia solidária, terceiro setor e gestão social com o objetivo de se compreender de forma ampla o “estado” do conhecimento atual sobre o assunto. Estes procedimentos configuram-se com os objetivos propostos na Introdução.

Através da análise documental pretendeu-se utilizar materiais de pesquisa que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados a fim de constituir novas interpretações ou algo complementar ao existente. Assim, foram utilizados não apenas dados primários, isto é, aqueles obtidos pela pesquisadora a partir de pesquisa própria, mas também dados secundários, isto é, dados coletados por outros pesquisadores.

Para a contextualização das organizações pesquisadas utilizaram-se dados obtidos a partir de pesquisa intitulada “Tecnologias apropriadas para a geração de trabalho e renda nas associações de base comunitária” desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa Gerasol, sob a coordenação da Profa. Maria Ester Menegasso. Esses dados não receberam ainda tratamento analítico, e esta pesquisadora se vale deles por ter participado das entrevistas que aconteceram nas organizações que compõem o universo desta pesquisa. Utilizou-se, ainda, para a contextualização das organizações, de dados secundários contidos no relatório Funpesquisa referente à pesquisa intitulada “Emergência das Organizações de Terceiro Setor: aprendendo a gerir” (MENEGASSO, 2001).

A obtenção de dados sobre a contextualização ocorreu ainda a partir da análise de Trabalhos de Conclusão de Curso de alunos de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e a partir de trabalho publicado nos anais do Segundo Encontro Zona Sur, em Osorno, Chile, intitulado “Experiência de intervenção envolvendo família, geração de renda e autogestão”; o referido trabalho foi elaborado por esta pesquisadora em parceria com Dolores Thisen e teve sua divulgação em abril de 2002.

A pesquisa documental propiciou ao investigador, a partir da análise de documentos (registros estatísticos, relatórios e arquivos de dados levantados na organização pesquisada, além de pesquisa bibliográfica), dados suficientemente ricos para o seu trabalho. A pesquisa bibliográfica, que incluiu dissertações, teses e projetos de pesquisa já realizados sobre a

temática, permitiu a construção do esboço teórico referencial à investigação, assim como apoiou a análise e a interpretação dos dados (GODOY, 1995; GIL, 1988).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa pretendida se construiu a partir da análise documental, da análise bibliográfica, do levantamento de estudos já realizados sobre a temática, do levantamento das organizações que se enquadram no perfil da pesquisa, da construção do universo da pesquisa e da coleta de dados a partir de observações e entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas.

Os dados coletados e os resultados obtidos foram apresentados na forma descritiva/interpretativa, através das informações sistematizadas e interpretadas à luz dos conhecimentos teóricos que fundamentam o estudo.

1.7.2 O UNIVERSO DA PESQUISA

Compuseram o universo desta pesquisa as organizações que:

- objetivam a produção de bens e/ou prestação de serviços, e aplicam o princípio da democracia na tomada de decisões, e a equanimidade na distribuição dos resultados produzidos ou distribuídos;
- permitem a realização da entrevista e o acesso do pesquisador às informações necessárias;
- existem há mais de um ano;
- possuem assistentes sociais, com vínculos empregatícios na Grande Florianópolis, que atuem direta ou indiretamente em organizações de economia solidária.

Os sujeitos da pesquisa são os profissionais de Serviço Social inseridos direta ou indiretamente nas organizações de economia solidária, assim como um dirigente de cada uma

destas organizações. Por se tratar de pesquisa qualitativa, foram entrevistadas seis profissionais de Serviço Social e cinco representantes de organizações.

Entende-se neste trabalho que realizar trabalho direto significa acompanhar pessoalmente e sistematicamente as organizações de economia solidária. Considerou-se que realizam trabalho indireto aqueles profissionais que, mesmo sendo responsáveis pelo planejamento da área social dentro de seus órgãos de atuação, não estabeleceram, até então, um contato direto com os associados e com as cooperativas.

1.8 LIMITES DA DISSERTAÇÃO

Os referenciais teóricos que subsidiaram a construção desta dissertação são contraditórios, geram controvérsias e nos forçam a reconhecer que se está entrando em um terreno “pantanosos e movediço”, e sujeito a armadilhas teóricas.

Embora tenham-se destacado algumas das controvérsias, dos impasses e das contradições existentes em vários conceitos utilizados no decorrer desse trabalho, muitas vezes, devido às suas especificidades, eles puderam apenas ser elencados.

Ao se abordar a economia solidária, abordaremos questões teóricas específicas desse segmento, sem, contudo, pretender a elaboração de um modelo de gestão social específico para essas organizações.

Um limite encontrado no desenvolvimento da pesquisa refere-se à escolha das organizações de economia solidária que fariam parte da pesquisa. Constatou-se que a maioria das organizações de economia solidária de Florianópolis não possuem profissionais de Serviço Social, que trabalhem direta ou indiretamente com elas. Este fato diminuiu a possibilidade de uma pesquisa mais abrangente, mas não deixou de ser um dado significativo para uma análise do grau de inserção dos profissionais de Serviço Social nestas organizações.

Soma-se a isso a quase inexistente bibliografia e publicações do Serviço Social na área da economia solidária.

A expansão e a consolidação das organizações de economia solidária têm desafiado diversas categorias profissionais a conhecer tanto as especificidades dessas organizações, que têm assumido ações relacionadas a projetos sociais que intervêm nas seqüelas da exclusão social, econômica, política e cultural das classes subalternas, quanto a especificidade de seus processos de gestão social. Entretanto, no Serviço Social, o estudo da gestão social junto às organizações de economia solidária é inexistente.

Outro limite refere-se ao estudo das habilidades para a gestão social. Considerada sob alguns aspectos como intangível para análise e estando relacionada tanto ao saber, quanto ao saber fazer e ao saber ser, a literatura a respeito desse tema é vastíssima e polêmica; além disso, a entrevista mostra-se limitada para uma análise complexa da questão.

O estudo da gestão social, sob o ponto de vista do entrevistado, gera limites, pois a análise que o profissional faz de sua própria prática nem sempre está de acordo com a realidade de suas ações. Embora tenha se utilizado de observações e entrevistas com os associados, e da análise de documentos, sabe-se que esses limites usualmente não são superados.

Uma limitação esteve relacionada ao pouco conhecimento teórico-político e à pouca habilidade técnico-operacional dos profissionais que atuam nas organizações de economia solidária pesquisadas.

Soma-se a esses limites o próprio limite deste pesquisador, que no contexto deste estudo coloca-se como desafio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A questão do trabalho como instrumento e condição para a cidadania está inserida em um contexto onde aspectos da conjuntura nacional e internacional, dentro de uma perspectiva histórica, são relevantes para a compreensão do tema. É necessário pois destacar que a crise dos anos 70 gerou dois movimentos. O primeiro se refere às transformações do Estado e da sociedade e o segundo se refere às transformações do mundo do trabalho.

Neste estudo, são resgatados os aspectos do desenvolvimento e crise do Estado de Bem-Estar Social brasileiro, dos ajustes econômicos dos anos 1980 (que incorporam propostas de corte neoliberal, de ajuste estrutural e de políticas sociais compensatórias) e da reforma do Estado (que compreende medidas cujo objetivo é redefinir papel do Estado, trazendo como consequência a redução de investimentos na área social). Também fazem parte desse quadro o processo de reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho e a perda dos direitos sociais, econômicos e políticos por parte dos trabalhadores.

O desafio é buscar elementos para a inteligibilidade da realidade, das transformações societárias, das novas questões que emergem e das atuais perplexidades do pensamento contemporâneo. Trata-se de levantar alguns elementos, pois a realidade contemporânea é complexa e repleta de contradições e paradoxos.

2.1 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL BRASILEIRO

O presente capítulo abordará inicialmente a questão do Estado de Bem-Estar Social, com um breve levantamento das teses e argumentos que tratam de seu surgimento, desenvolvimento e crise.

É bastante controversa a idéia de que tivemos no Brasil um Welfare State. Alguns autores preferem afirmar que tivemos um Estado de Mal-Estar Social; outros, ainda, que tivemos um frágil sistema de proteção social. Para Fiori (1995, p. 46), em vez do Estado de Bem-Estar Social, “temos uma combinação permanente e alternada de paternalismo e repressão”.

O Welfare State configurou-se como um conjunto de medidas políticas de caráter econômico e social que emergiu como resposta ao processo de modernização. Buscava-se a compatibilização entre o desenvolvimento das sociedades capitalistas industrializadas e a democracia, através de um programa que garantisse o pleno emprego, a estabilidade e a segurança (FLEURY, 1994).

Tratando da emergência e desenvolvimento do Welfare State, Arretch (1995) identifica diferentes argumentos para a emergência e o desenvolvimento do mesmo. Alguns deles sustentam que os condicionantes da emergência e do desenvolvimento do Welfare State são predominantemente de ordem econômica. Por exemplo:

- O Welfare State é um desdobramento necessário das mudanças postas em marcha pela industrialização das sociedades;
- O Welfare State é uma resposta às necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista.

Outros argumentos afirmam que os condicionantes da emergência e do desenvolvimento do Welfare State são preponderantemente de ordem política, como os exemplos abaixo:

- O Welfare State é resultado de uma ampliação progressiva de direitos: dos civis aos políticos, dos políticos aos sociais. O Welfare State é resultado de um acordo entre capital e trabalho organizado, dentro do capitalismo;

- Os diferentes tipos de Welfare State são resultado da capacidade de mobilização da classe trabalhadora no interior de diferentes matrizes de poder;
- O Welfare State é resultado de configurações históricas particulares de estruturas estatais e instituições políticas.

Do levantamento feito por Fleury (1994) sobre as diferentes interpretações do processo de surgimento, desenvolvimento e crise do Welfare State, ressalta-se a abordagem teórica de origem durkheimiana representada pelos trabalhos de Heidenheimer, Flora e Alber. Para essa abordagem, o Welfare State é uma resposta ao processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas industrializadas que visa a estabilidade e a segurança. Tais autores entendem que a criação do Welfare State implicou em uma profunda transformação do próprio Estado, suas estruturas, funções e legitimidade (FLEURY, 1994).

Pode-se observar, no resgate realizado para este estudo, uma ampla literatura que estabelece diferentes argumentos para explicar a emergência, o desenvolvimento e a crise do Welfare State (ARRECH, 1995; ESPING-ANDERSEN, 1991; DRAIBE e HENRIQUE, 1988; DRAIBE, 1988; FLEURY, 1994). As várias teses sobre a crise do Welfare State permitem sistematizar a ampla literatura tanto do ponto de vista dos conservadores quanto dos progressistas, associando esse processo a uma crise econômica ou dando-lhe um tratamento mais autônomo. Alguns argumentos atribuem a crise do Estado do Bem-Estar à estrutura e funcionamento do Estado, aos problemas de legitimidade ou a questões de ordem estritamente política. A tese, comum entre os conservadores, de que o Welfare State é uma estrutura perniciosa que corresponde a uma concepção perversa e falida do Estado gira em torno de três questões (DRAIBE e HENRIQUE, 1988):

- A expansão dos gastos sociais do Estado se faz em desequilíbrio com o orçamento, provocando déficit público. A crise acontece devido à expansão excessiva dos gastos sociais;

- Ao eliminar os riscos e nivelar os diferentes, os programas sociais ferem a ética do trabalho e comprometem o mecanismo de mercado. Desestimulam o trabalho, diminuindo o grau de competitividade da mão-de-obra;
- Os programas sociais pressupõem um alto grau de regulação e intervenção por parte do Estado na vida social, introduzindo o autoritarismo.

A tese que considera a crise do Welfare State sobretudo uma crise de caráter financeiro-fiscal — e que é analisada através de diferentes ângulos por conservadores e progressistas — gira em torno dos seguintes argumentos:

- A crise já envolve um problema fiscal sério, na medida em que é difícil compatibilizar o financiamento de programas sociais com a diminuição de receitas públicas;
- Estudos identificam o problema do financiamento como um dilema próprio da estrutura dos mecanismos de sustentação dos programas sociais;
- Desencadeados certos programas, novas demandas são criadas;
- A questão da continuidade e do desenvolvimento de programas sociais se inscreve na problemática mais ampla da crise fiscal do Estado.

No caso brasileiro, embora não se possa falar de uma crise do Welfare State, uma vez que nunca o alcançamos plenamente, “pode-se dizer que sofremos de uma crise do Estado, que se agravou ao final do período militar, em função do esgotamento do modelo desenvolvimentista e centralizado” (COELHO 2000, p. 44).

Observa-se que muitos dos argumentos do neoliberalismo, que defende a idéia de um Estado mínimo, são incorporados nas análises sobre a crise do Welfare State. O discurso neoconservador e neoliberal, com o objetivo de reduzir despesas e restabelecer o equilíbrio das contas públicas, identificou nos sistemas de proteção social um de seus alvos preferidos (AZEREDO, 1997). A incorporação da estratégia liberal gerou no Brasil o aprofundamento da

desigualdade e o crescimento da pobreza. A crise dos “sistemas de proteção” reduziu a cobertura das políticas sociais, que se tornaram cada vez mais focalizadas, descentralizadas e precarizadas; a crise acumulou demandas e carências sociais e as políticas sociais não foram tratadas como prioridade nos programas de governo.

Draibe (1988) destaca que o desenvolvimento e a consolidação do “Estado de Bem-Estar Brasileiro” se deu dentro dos quadros de um modelo concentrador e socialmente excludente de desenvolvimento econômico. Na periodização feita por Draibe (1998), o processo de constituição desse Estado aparece assim recortado:

- 1930 a 1964 - Introdução e expansão fragmentada;
- 1964 a 1985 - Consolidação institucional e reestruturação conservadora;
- 1985 a 1988 - Reestruturação progressista.

Essa periodização, argumenta Draibe, leva em conta as mudanças de regime político responsáveis pelas diferentes concepções e perfis da proteção social, “principalmente no que se refere a seus aspectos mais ou menos universalistas, mais ou menos assistencialistas ou, enfim, redistributivistas” (DRAIBE, 1988, p. 32).

Referindo-se à fase de “consolidação institucional,” Draibe identifica algumas características e princípios que estiveram na base da consolidação do Welfare State no Brasil e que marcam seu funcionamento desde então:

- Extrema centralização política e financeira das ações do governo no nível federal;
- Formidável fragmentação institucional;
- Ausência da participação social e política da população nos processos de decisão;
- Princípio do autofinanciamento do investimento social;
- Princípio da privatização;
- Uso clientelístico da máquina social.

Em seu trabalho “Uma nova institucionalidade das políticas sociais”, Draibe (1997) destaca que, até os anos 70, os Welfare States construídos pelos países latino-americanos eram imperfeitos e deformados por razões tanto de natureza estrutural quanto de natureza institucional e organizacional. Esses motivos, segundo a autora, caracterizam a constituição e operação dos serviços sociais na região e podem explicar o alto grau de exclusão social, a baixa equidade das políticas e programas sociais, o alto grau de centralização, o corporativismo, a fraca tradição participativa, a fragmentação institucional, a má focalização dos objetivos e a baixa efetividade social.

Após 1985, podem-se observar transformações no padrão de política social. As novas características que se impõem nesse campo processam-se fundamentalmente em três níveis: o político-institucional (descentralização político-administrativa), o social (elevação do grau de participação popular em diferentes níveis do processo de decisão, elaboração e implementação das políticas) e o da relação entre Estado, setor privado lucrativo e setor privado não-lucrativo (DRAIBE, 1988).

No campo das políticas sociais, observa-se assim um novo relacionamento entre Estado, setor privado lucrativo e setor privado não-lucrativo. Para Draibe (1988), trata-se de uma mudança nos modos de produzir e distribuir os bens e serviços sociais. Novas formas de solidariedade social ocupam o espaço onde antes predominavam o Estado e o mercado. Somam-se a isso as novas formas em que se concretiza o Estado, as modificações nas formas de produção, a revolução tecnológica (e a conseqüente redução do trabalho) e a crise dos direitos sociais.

Tratando dos limites dos sistemas de proteção social, Draibe salienta que “os sistemas de proteção social construídos sob a forma do Estado de Bem-Estar Social não foram desenhados e nem capacitados para enfrentar a situação atual de acelerada redução de trabalho” (DRAIBE, 1997, p. 10). Frente aos impactos socialmente negativos das políticas de

estabilização, reestruturação produtiva e integração competitiva internacionais, novas exigências são direcionadas às políticas sociais, que devem assumir novos formatos e diretrizes.

Draibe assinala três eixos sobre os quais deve repousar o arcabouço do sistema de proteção social: emprego, programas sociais universais e programas emergenciais de enfrentamento de situações agudas de fome e de pobreza. Para a autora, para que se estabeleça uma combinação entre políticas econômicas (orientadas para o crescimento sustentado e não-inflacionário) e políticas sociais (eficazes para a promoção da equidade e do desenvolvimento humano), é necessário preservar um patamar mínimo de gasto social e uma capacidade de gerar empregos através de políticas públicas adequadas, assim como uma conjugação de esforços públicos e privados através de parcerias e de participação social.

Esse é um ponto polêmico dentro do Serviço Social, pois muitos estudos argumentam que as parcerias entre os setores público e privado enfraquecem o papel do Estado, destituindo-o de suas “obrigações”. Mas qual é a função do Estado e qual será sua função nas próximas décadas? A resposta a essa questão foge aos objetivos desse trabalho, mas pode-se desde já afirmar a necessidade do Estado desenvolver uma ampla política de proteção social para que os direitos sejam claramente definidos e respeitados. As novas formas de solidariedade e as ações das organizações que se estabelecem na sociedade civil devem caminhar, assim, ao lado de políticas e programas eficientes, não-seletivos e não-residuais.

Analisando os ajustes dos anos 1980 e 1990, observa-se que os anos 1980 foram difusores de propostas de corte neoliberal, de ajuste estrutural e de políticas sociais compensatórias. Esse núcleo de propostas, que passou a ser conhecido como Consenso de Washington,² estabelecia a necessidade de privatização, desregulamentação e abertura dos

² Formulado em novembro de 1989, em Washington, com a participação de funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados (FMI, Banco Mundial e BID), especializados

mercados como condição para a cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. No aspecto social, as propostas elaboradas visavam, a partir da avaliação das reformas econômicas empreendidas pelos países da América Latina, a redução do gasto social, concentrando o papel do Estado na saúde, no ensino básico e na assistência social às camadas mais carentes.

As sugestões de políticas de ajuste objetivavam a redução dos gastos públicos e a conseqüente redução da demanda pela redistribuição dos recursos, visando o aumento das exportações e a reformulação das políticas destinadas a aumentar a eficiência do sistema econômico; tais medidas eram vistas como condição necessária para restabelecer o equilíbrio macroeconômico e garantir o desenvolvimento social. O conjunto das reformas ocasionou alterações nos mercados financeiros, elevação na taxa de juros, suspensão das barreiras à exportação e privatização das empresas estatais (LOPES, 1994).

Assim, na década de 80, o Banco Mundial previa:

- Reestruturação dos serviços sociais;
- Redução da ação do Estado na política social;
- Diminuição das políticas universalistas;
- Políticas sociais desempenhando papel compensatório;
- Políticas sociais focalizadas;
- Privatização da política social;
- Elevação do nível de vida a partir da reativação econômica (que garante a compra de serviços privados).

em assuntos latino-americanos. O objetivo era realizar uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região e ratificar a proposta neoliberal, que estabelecia a necessidade de se adotar estratégias como a privatização, a desregulamentação e a abertura de mercados.

Em 1987, a partir de críticas contidas no documento do UNICEF intitulado “Ajuste com Dimensão Humana”, é sugerida uma reorientação nas políticas de ajuste, introduzindo correções na estratégia inicial. Tais correções objetivavam atender às populações pobres atingidas pelas reformas econômicas e questionavam o impacto dos ajustes sobre as populações menos favorecidas (LOPES, 1994). A UNICEF considera que as políticas de ajuste pioraram as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis, sobre os quais recaíram os custos sociais das reformas liberalizantes. Cabe ressaltar entretanto que a UNICEF não questiona a natureza dos ajustes estruturais realizados.

Analisando os países de industrialização tardia, a CEPAL propôs, no começo dos anos de 1990, uma estratégia e um diagnóstico alternativos aos formulados pelos neoliberais. Esse projeto, denominado “Transformação Produtiva com Equidade”, foi publicado em 1990 e procurou articular crescimento, transformação produtiva e equidade. Lopes (1994, p. 37) argumenta que o “projeto cepalino atual procura articular de maneira positiva três elementos-chave: a transformação produtiva, as reformas nos programas sociais e a ampliação e o reforço da democracia”.

Para o autor, transformação produtiva com equidade só é possível com democracia, pluralismo, participação e um novo estilo de intervenção estatal; a política social deve estar integrada com a política econômica, objetivando investimentos, crescimento do emprego, distribuição de renda, maior equidade e atendimento das necessidades básicas da população. Lopes (1994) salienta que as políticas sociais devem ter como objetivo central a equidade e a seguridade social, assumindo um caráter redistributivo. Além disso, devem reforçar os laços de coesão social e estimular o aumento da produtividade da força de trabalho.

O documento organizado pelo PNUD/BID (1993) e intitulado “Pobreza e Reforma Social”, coloca a questão da reforma social como fundamental para o atendimento às necessidades básicas da população. Implica numa reforma do Estado (na medida em que

busca recuperar o poder estatal, reduzindo suas ineficiências, recompondo o gasto social público e retomando o combate à pobreza, o exercício da cidadania e as condições de competitividade internacional) e numa reestruturação das políticas sociais, dos programas e serviços sociais (na medida em que busca oferecer serviços sociais com cobertura universal, garantindo maior equidade de acesso aos benefícios e a democratização dos serviços sociais pela participação e descentralização decisória) (LOPES, 1994). Sua agenda inclui temas como a geração de empregos, a reorientação do gasto público e a reforma e o fortalecimento das instituições da sociedade civil.

Observa-se, assim, que os anos 1990 abandona as estratégias neoliberais adotadas na década de 80, buscando superar a crise econômica e social vivida pelos países latino-americanos.

As políticas de ajuste introduzidas a partir de 1980 privilegiam as vias coercitivas de implementação. Isso significou uma preferência pela via do poder executivo, em detrimento do poder legislativo. Observa-se um desequilíbrio entre um Executivo forte e um Legislativo esvaziado de seus poderes. A reforma administrativa garantiu um alto grau de centralização decisória. Analisando este contexto, Diniz (1997, p. 181-191) sublinha que, “paralelamente ao esforço centralizador, instaurou-se uma sistemática defensiva contra ingerências externas, restabelecendo-se o modelo de processo decisório fechado e avesso à consulta”.

Nas décadas de 70 e 80, o Estado prioriza os programas de estabilização econômica, com propostas de controle da inflação, deixando de lado problemas como “desequilíbrio econômico, desigualdade, deterioração social e altos índices de exclusão e violência” (DINIZ, 1997, p. 180). O autor ressalta que as metas econômicas de combate à inflação foram priorizadas em relação às metas de construção e institucionalização da democracia.

Constata-se, portanto, que a agenda pública brasileira dos anos 80 foi definida tanto por fatores externos quanto internos. Diniz (1997, p. 175) argumenta que

Choques externos, como as crises do petróleo, o colapso do sistema financeiro internacional, os efeitos associados à terceira revolução industrial e à globalização, traduziram-se na pressão das agências internacionais em prol de políticas de estabilização e ajuste, que caracterizariam o debate público em âmbito mundial.

A observação dos fatores endógenos ligados ao funcionamento da máquina estatal e ao padrão de gestão pública dominante permite constatar a ineficiência estatal no que se refere ao atendimento das demandas coletivas.

Analisando os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina, Laura Tavares Soares observa que

Diversos países iniciam seus processos de ajuste nos anos 80, com reformas parciais como a financeira e a renegociação das dívidas. Mas é a partir do final dos 80 e sobretudo início dos 90 que a maioria dos países latino-americanos desencadeia e/ou avança nos ajustes e reformas (SOARES, 2000, p. 23).

Embora possuam aspectos comuns, as conseqüências econômicas, políticas e sociais dos ajustes e reformas incorporadas pelos países latino-americanos são diversas. Essa diversidade depende do período de implantação das reformas, do tipo e intensidade das políticas de ajuste e das diferenças de intensidade e extensão das situações de desigualdade social e pobreza.

As conseqüências dessas políticas na América Latina, em muitos casos, vão além de crises econômicas conjunturais que podem ser superadas com medidas de ajuste (...) muitas dessas conseqüências são de difícil reversão, sobretudo se mantidos a atual política econômica e o padrão de intervenção do Estado no SOCIAL de caráter “residual” (SOARES, 2000, p. 31-33).

No Brasil, observa Soares (2000), os ajustes chegam de forma tardia, em função da crise econômica de 1989-90 e do esgotamento do Estado desenvolvimentista brasileiro. “É a partir de meados dos anos 90, após o lançamento do Plano Real e com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente que os contornos neoliberais do processo do ‘ajuste brasileiro’ tornam-se mais nítidos, bem como as suas conseqüências econômicas e, sobretudo, sociais” (SOARES, 2000, p. 38).

Analizando o modelo econômico adotado pelo Brasil entre 1993 e 1998 (período que se inaugura com a gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda e se estende até o final do seu primeiro mandato presidencial), Fagnani (1999) conclui que o mesmo foi incompatível com a estratégia de desenvolvimento social explicitada pelo governo.

Sucintamente, a estratégia de desenvolvimento social explicitada pelo governo considerava a necessidade de desenvolver quatro conjuntos de ações ou políticas:

- Assegurar a estabilidade macroeconômica, realizar a reforma do Estado e retomar o crescimento econômico;
- Incentivar a geração de empregos, aumentar as oportunidades de trabalho e geração de renda e promover a reestruturação e reforma dos serviços sociais básicos;
- Adotar medidas que proporcionassem resultados imediatos e de curto prazo (reforma agrária, melhoria do ensino fundamental, redução da mortalidade infantil, capacitação de jovens e renda mínima para idosos e deficientes);
- Desenvolver novo mecanismo de coordenação de políticas focalizadas voltadas para o enfrentamento de situações agudas de fome e de miséria, situações sociais de emergência e de calamidade pública (coordenação do Comunidade Solidária) (FAGNANI, 1999).

Fagnani (1999) salienta que a essas estratégias de desenvolvimento social foram interpostos obstáculos estruturais. A manutenção da estabilidade e a retomada do crescimento econômico mostraram-se conflitantes com o programa de ajuste macroeconômico. O endividamento externo e interno cresceu enormemente, restringindo o campo de ação do Estado no que se refere às políticas sociais.

Com relação à estratégia de geração de emprego e renda, as políticas sociais mostraram-se insuficientes frente à imensa desorganização do mercado de trabalho brasileiro

nos anos 1990. A desorganização do mercado de trabalho é uma das faces mais visíveis da desigualdade social no país (FAGNANI, 1999).

A reestruturação e a reforma dos serviços sociais básicos compõem outra dimensão da estratégia de desenvolvimento social do governo. As ações desenvolvidas nos setores da saúde, educação fundamental e assistência social “revelam impulsos positivos no sentido da reestruturação dos mecanismos de gestão dessas políticas”. Todavia, esses “impulsos no sentido de formulação e implementação de políticas sociais nacionais universais e operadas de forma descentralizada têm sido sistematicamente minados pela política macroeconômica” (FAGNANI, 1999, p. 155).

Fagnani (1999) enumera alguns pontos que compõem esse processo. Dentre eles, a intensificação do endividamento interno dos estados e municípios, a re-centralização dos recursos no âmbito federal, a subtração de uma parcela das receitas estaduais e o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos estados.

Cabe ressaltar que as políticas de ajuste no Brasil têm aumentado a pobreza e as desigualdades sociais, dificultando também o acesso aos serviços básicos; observam-se alterações na cobertura, universalidade e na equidade das políticas públicas. As medidas de reestruturação e flexibilização do mercado têm gerado desemprego, subemprego, trabalho informal, instabilidade e insegurança no emprego, flexibilização dos direitos sociais, extensão da jornada de trabalho e remunerações mais baixas. Esses aspectos serão tratados nos próximos capítulos.

A seguir, será discutida a reforma do Estado como uma das propostas que emergem do projeto neoliberal brasileiro, além das justificativas do Ministério da Administração e Reforma do Estado para que a mesma seja implantada.

2.2 A REFORMA DO ESTADO

É a partir de 1980 que a crise do setor público é reconhecida como problema premente; a crise se justificava pelas dificuldades fiscais enfrentadas por quase todos os governos dos países centrais e periféricos, que se traduziram em déficits e dívidas em ritmo crescente de expansão e criaram situações de ameaça de colapso das finanças públicas. O argumento da perda de arrecadação do Estado e conseqüente crise fiscal, junto com os argumentos da crise de governança e excesso de burocracia e paternalismo do Estado, cria condições para o “predomínio do diagnóstico neoliberal”, onde o Estado, por seu tamanho e excesso de gastos, passa a ser visto como entrave para o crescimento. Busca-se, assim, a redução do Estado³, o desenvolvimento de propostas de privatização e a instauração de uma economia regulada unicamente pelo mercado.

Assim, os pressupostos estabelecidos pelo Consenso de Washington recomendam uma ampla reforma do Estado segundo diretrizes neoliberais. Propõem, como já foi visto, a formação de mercados abertos e o estabelecimento de tratados de livre comércio, a redução do setor público e a diminuição do intervencionismo estatal na economia e na regulação do mercado. O mercado, por responder mais rápido às mudanças em tecnologia e em demanda social, passa a ser visto como mais versátil e eficaz do que as estruturas burocráticas do Estado. O Estado vai então se submetendo aos interesses econômicos e políticos dominantes e passa a gerir e a legitimar as exigências do capitalismo global no espaço nacional; torna-se forte para gerir e legitimar as exigências do capitalismo global e transforma-se em Estado mínimo apenas no que diz respeito à defesa dos interesses coletivos (SANTOS, 1998).

³ Diniz (1997) ressalta que paradoxalmente ao estado mínimo, aprofundou-se a centralização e a concentração de poderes na alta burocracia. Os países latino-americanos recorreram à centralização política e à ingerência e regulamentação sobre as diferentes esferas da sociedade.

O Consenso de Washington atacou o modelo do Estado de Bem-Estar Social nos países em que ele foi construído e, nos países do Sul, atuou reduzindo os serviços e acumulando demandas e carências sociais. A partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, o Estado de Bem-Estar Social passa a ser criticado por sua incompetência no enfrentamento do crescente déficit público, por sua intervenção indevida na economia, por corrupção, ineficácia e por sustentar programas sociais que promovem a acomodação dos indivíduos (BAVA, 2000).

Foi o governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e de seu ministro Bresser Pereira, que deu o formato definitivo à chamada reforma do Estado.

O argumento do governo para proceder à reforma do Estado consistiu em afirmar que o Estado entrara em crise a partir de 1970, tornando-se esta a principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação. A crise dos anos 70, afirma Pereira, difere da crise dos anos 30. A crise dos anos 30 tinha se originado no mal funcionamento do mercado que, por sua vez, provocara a crise do Estado Liberal, dando lugar à emergência do Estado Social Burocrático: social porque garantia os direitos sociais e o pleno emprego e burocrático porque o fazia através da contratação da burocracia (PEREIRA, 1998).

A crise dos anos 70 e 80 se apresenta de maneira diferente, continua o autor. No primeiro mundo, manifesta-se através da redução das taxas de crescimento e do aumento das taxas de desemprego. Na América Latina, a crise se manifesta mais duramente nos anos 1980 (por não ter realizado o ajuste fiscal nos anos 70), e sua causa é a crise do Estado. A crise do Estado gerou duas respostas diferentes: a primeira (considerada uma onda neoconservadora), tomou forma nos anos 1980 e propunha um Estado mínimo; a segunda, surgida nos anos

1990, propunha a reconstrução do Estado com o objetivo de promover o ajuste fiscal, redimensionando a atividade produtiva do Estado e a abertura comercial (PEREIRA, 1999).

Pereira (1998) afirma que apenas a centro-esquerda pragmática, social-democrática ou social-liberal diagnosticou com clareza a situação, identificando a grande crise do Estado. Esse grupo propôs, ao invés do Estado mínimo, a reconstrução do Estado para que este pudesse:

- Corrigir as falhas do mercado;
- Recuperar a poupança pública e superar a crise fiscal;
- Redefinir as formas de intervenção no econômico e no social;
- Fazer a reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial.

Se a causa da crise econômica dos anos 80 foi o Estado, argumenta Pereira (1998), o mais acertado é reconstruí-lo, ao invés de destruí-lo. Assim, nos anos 90, abandona-se a idéia de um Estado mínimo (considerada uma proposta conservadora) e os esforços se concentram na reforma do Estado. Para Pereira, a reforma do Estado era necessária, nos anos 1990, em função da crise do sistema econômico que resulta na crise do Estado.

Para Cavalcanti (2001), a crise do Estado é parte de uma crise do capital e a necessidade de reforma do Estado advém da própria necessidade de expansão do capital. Behring (1998), em seu livro “Política social no capitalismo tardio”, destaca que a intervenção estatal não é algo novo e tem contribuído de forma decisiva para a expansão capitalista. Afirma que a própria crise surge, em especial, por uma necessidade de expansão do capital. Destaca ainda que o capitalismo é acompanhado por ciclos econômicos que alternam crises e períodos de expansão e acumulação econômica. As crises econômicas são, portanto, inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e estes períodos são cenário de reorganizações de natureza econômica, social e política que expressam iniciativas e interesses de classe (MOTA, 1995).

Em seu trabalho intitulado “A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle”, de 1998, Bresser Pereira destaca que a reforma do Estado envolve quatro problemas:

1. A delimitação do tamanho do Estado (problema econômico e político); envolve a idéia de privatização, publicização e terceirização.

- Privatização: transformar uma empresa estatal em privada;
- Publicização: transformar uma organização estatal em uma organização pública não-estatal de direito privado;
- Terceirização: transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.

2. A redefinição do papel regulador do Estado (problema econômico e político); envolve maior ou menor intervenção do Estado no funcionamento do mercado.

3. A recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo (problema econômico e administrativo); envolve:

- Superação da crise fiscal (aspecto financeiro);
- Redefinição das formas de intervenção no plano econômico-social (aspecto estratégico);
- Superação da forma burocrática de administrar o Estado (aspecto administrativo).

A governança em um Estado só pode surgir, segundo Pereira, quando seu governo tem condições financeiras de transformar em realidade as decisões que toma. A primeira reforma administrativa, salienta o autor, ocorreu no anos 30, quando a administração patrimonialista foi abandonada em favor da administração pública burocrática; a segunda ocorreu quando da implantação da administração pública gerencial, que teve início no Brasil a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado (PEREIRA, 1998).

4. Aumento da governabilidade ou da capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir a legitimidade e governar (problema político); envolve a legitimidade do governo perante a sociedade. Sem governabilidade é impossível a governança; a crise política é assim sinônimo de crise de governabilidade.

Pereira afirma que, enfrentando esses quatro problemas, o Estado do século XXI caminhará para um Estado Social Liberal. Social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico e liberal porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos (PEREIRA, 1998).

Analisando os argumentos de Pereira, Silva (1998, p. 226) comenta que:

Pereira incorre em flagrante equívoco ao querer identificar a implementação da liberdade, em perspectiva social-liberal, com o ajuste fiscal, a liberalização comercial, a privatização e a desregulamentação social [...] O social liberalismo é um projeto político de sociedade que tem a liberdade do homem como meta.

O papel do Estado, na proposta do Palácio do Planalto, assume o discurso neoliberal e, na prática, tem se afastado do cumprimento de seus compromissos na área social. Silva (1998, p. 230) afirma que:

A proposta do Palácio do Planalto, opondo-se aos projetos keynesianos e “não se compadecendo com o ideário social-liberal (que ressalta a efetiva participação política dos cidadãos), demonstra não somente conformidade com o discurso neoliberal, mas também correspondente ação prática, identificada, sobretudo, na persistência da política de incentivos fiscais e de crédito e serviços subsidiados em benefício da iniciativa privada.

A reforma não se orientou, pois, para o desenvolvimento da democracia e da cidadania e para o melhor atendimento da população (MONTAÑO, 2002); não possibilitou tampouco a sustentabilidade política e a legitimidade das ações governamentais.

Cabe ressaltar, portanto, as categorias utilizadas por Diniz (governabilidade e governance) que, embora distintas e complementares, configuram juntas a ação estatal. O termo governabilidade se refere às condições sob as quais se dá o exercício do poder em uma dada sociedade, tais como:

- Características do regime político (democrático ou autoritário);
- Forma de governo (parlamentarista ou presidencialista);
- Relação entre os poderes;
- Sistemas partidários;
- Sistema de intermediação de interesses.

O termo *governance*, por sua vez, se refere “ao conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade” (DINIZ, 1997, p. 196). A autora lembra que, desde 1990, o Banco Mundial tem ressaltado a importância do conceito de *governance* para expandir a eficácia da ação estatal.

A crise de governabilidade e a crise do Estado são indissociáveis e devem ser focalizadas em suas múltiplas dimensões; as estratégias de enfrentamento da crise não podem perder de vista a meta da consolidação da democracia. Para Diniz (1997), deve-se compatibilizar eficiência do Estado e aprimoramento da democracia, reduzindo o divórcio executivo-legislativo e Estado-sociedade. A autora (1997, p. 200) argumenta que

A noção de eficácia do Estado implica não só em questões ligadas à competência e à eficiência da máquina estatal, mas também aspectos associados à sustentabilidade política das decisões e à legitimidade dos fins que se pretende alcançar por meio da ação governamental.

Assim, aumentar os graus de governabilidade de uma ordem democrática exige não apenas um melhor desempenho da máquina burocrática, com elevação de seu nível técnico, mas também uma maior responsabilidade do Estado frente às demandas dos diferentes segmentos da população (DINIZ, 1997).

As idéias neoliberais se explicitam nas propostas de reforma do Estado no Brasil e nos documentos elaborados pelos organismos internacionais e pelo Banco Mundial. O relatório sobre o desenvolvimento mundial elaborado pelo Banco Mundial em 1997 focaliza o Estado no que se refere ao seu papel e efetividade. O relatório coloca a necessidade de um

Estado efetivo para se alcançar um desenvolvimento sustentável, tanto econômico quanto social. Destaca que as atividades do Estado devem ser compatíveis com sua capacidade, que por sua vez deve ser melhorada mediante o revigoramento das instituições públicas. Os Estados com fraca capacidade institucional devem centrar esforços na prestação de bens e serviços públicos que os mercados não podem oferecer. O documento conclui que, independentemente de sua capacidade institucional, os Estados devem incentivar e aproveitar a iniciativa privada e voluntária e os mercados competitivos (BANCO MUNDIAL, 1997).

O relatório salienta que, para se alcançar um setor público efetivo, é preciso que os países desenvolvam uma forte capacidade centralizada de formulação e coordenação de políticas, sistemas eficientes e efetivos de prestação de serviços e um servidor motivado e capacitado. Propõe que os países adotem mecanismos de controle da ação arbitrária e da corrupção do Estado e que, através do revigoramento das instituições públicas, seja promovida uma aproximação entre o governo e o povo (indivíduos, organizações do setor privado e outros da sociedade civil devem encontrar espaço para a participação social e política). Essa aproximação acarreta a descentralização do poder e dos recursos do Estado.

A política implementada a partir da reforma do Estado tem aumentado a pobreza e as desigualdades sociais, dificultando também o acesso aos serviços básicos; observam-se alterações na cobertura, na universalidade e na equidade das políticas públicas, que se tornam cada vez mais focalizadas (dirigidas a indivíduos com carências concretas), descentralizadas, ou melhor, desconcentradas (o nível municipal deve executar e financiar as políticas sociais) e precarizadas. A resposta do Estado às questões sociais é a privatização da seguridade e das políticas sociais e assistenciais. Conforme salienta Faleiros (1999), os direitos sociais não se globalizaram; pelo contrário, o Estado neoliberal reduziu os direitos trabalhistas, previdenciários e de proteção social e aumentou a dificuldade de acesso aos direitos universais.

Observa-se, assim, a uma ineficiência estatal no que se refere ao atendimento das demandas coletivas. O que existe é uma democracia deficitária no que tange à garantia de igualdade de condições para o exercício de uma cidadania plena, uma inércia na prestação de serviços básicos e a ausência de canais para a expressão de direitos elementares. Assim, para que haja uma reforma essencial do Estado e uma mudança qualitativa de seu papel, são necessárias transformações radicais que o coloquem na “posição de sustentáculo fundamental das estratégias empresariais de conquista dos mercados externos e de luta pelos mercados internos, além de promotor ativo de uma melhor distribuição da renda e das condições de vida da população” (FIORI, 1995, p. 114-115).

É preciso concordar com Nogueira quando ele sublinha que a reforma do Estado deve ir além dos aspectos financeiros e administrativos. Ela implica na democratização do Estado, na renovação de seus critérios de atuação e numa reforma dos padrões de relacionamento entre Estado e sociedade; ela depende de uma intervenção que, abrangendo toda a esfera pública, converta as ações estatais em ações efetivamente públicas, sendo que o controle por parte da sociedade se dá através do resgate da democratização e da política (NOGUEIRA, 1998).

Nogueira (1998) ressalta que a reforma democrática do Estado entrou nos anos 1990 com uma pauta bem definida, estruturada por quatro movimentos principais:

- Modernizar as instituições básicas da política; recuperar a política e valorizar a representação;
- Transformar a estrutura organizacional e o funcionamento do executivo; ampliar a capacidade que a Presidência tem de planejar, dirigir e coordenar as ações da Administração Pública;

- Compensar o forte desequilíbrio federativo inerente à constituição histórica da República presidencial no Brasil; redefinir a questão da centralização e descentralização;
- Reestruturar em profundidade e modernizar a Administração Pública; dignificar a função pública.

A reforma democrática “exigida pelas circunstâncias nacionais era bloqueada e deslegitimada incessantemente pela lógica da globalização e pela nova hegemonia que se cristalizava no país” (NOGUEIRA, 1998, p. 171).

A reforma do Estado deve ter como motor, de acordo com Nogueira, o aprofundamento da democratização, o retorno da política ao posto de comando, a iniciativa, a imaginação criadora e a disposição para negociar dos governantes, dos partidos, dos sindicatos, das diversas organizações sindicais.

O Estado brasileiro precisa estabelecer e pôr em prática uma clara e audaciosa política de recursos humanos; ser radicalmente democratizado; constituir um aparato burocrático capaz de produzir inovação organizacional e gerencial permanente, coordenar e planejar, atuar de modo descentralizado e estimular a gestão intergovernamental; encontrar formas de se refinar, de se fortalecer e de ser novamente legitimado. O Estado precisa ser democratizado, ágil e flexível; precisa ser forte para se impor com soberania na nova estrutura da economia mundial, regular democraticamente a economia, coordenar o desenvolvimento e desenhar políticas sociais ativas, agressivas e radicais (NOGUEIRA, 1998).

A reforma do Estado deve ser o prolongamento de uma reforma da própria sociedade; é a remodelação das relações entre Estado e sociedade. A sociedade civil, nesse sentido, deve se reorganizar para fazer com que o Estado trabalhe para ela; a reforma só avançará quando a política e o espaço das decisões se abrir para os mais amplos segmentos sociais (NOGUEIRA, 1988).

Paralelamente ao movimento de transformação do Estado, acontecem a flexibilização das relações de trabalho e as transformações no mundo do trabalho e no direito ao trabalho. Será discutida aqui, portanto, a seguinte questão: de que forma a flexibilização das relações de trabalho, a globalização e a política neoliberal cooperaram para a eliminação dos direitos relativos ao trabalho e para os crescentes níveis de exclusão social? Não se pretende todavia desconsiderar, através dessas discussões, os aspectos positivos da flexibilização das relações de trabalho e da globalização. Esse debate envolve grandes paradoxos e buscar-se-á levantar algumas questões. A ênfase deste estudo estará nos prejuízos que a flexibilização e a globalização trouxeram à classe trabalhadora.

2.3 A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Globalização, neoliberalismo e flexibilização das relações de trabalho entrelaçam-se intimamente. Embora o termo globalização possua inúmeros significados e provoque divergências teóricas, não há como negar que, com a intensificação da globalização e a revolução tecnológica, profundas transformações têm ocorrido nos processos produtivos da maior parte das organizações brasileiras, o que vem contribuindo para elevar as taxas de desemprego existentes nos setores industrial, comercial e de serviços. As estratégias utilizadas pelo Estado no sentido de promover a estabilidade econômica em detrimento do desenvolvimento social contribuem também para aumentar o quadro de exclusão social.

A globalização é vista como a marca de uma era de universalização, de abertura das fronteiras nacionais, de circulação do capital, de progresso técnico e de comunicações instantâneas. Está associada ao que se chama “a terceira revolução” e implica em profundas mudanças nos modos de produção da humanidade. Analisando as sociedades modernas, Ianni (1992, p. 125) afirma que:

A despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório.

Assim, a globalização não apaga as contradições e as desigualdades sociais a nível nacional e mundial, mas desenvolve-as; não significa homogeneização, uma vez que a sociedade global é cenário de um desenvolvimento desigual, atravessado por tensões e conflitos próprios de um processo mesclado por movimentos de integração e fragmentação, globalismos e localismos, antagonismos e convergências, coletividades e individualidades (IANNI, 1995). O termo globalização faz referência a um novo ciclo de expansão do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial; complexo, contraditório e de amplas proporções, esse ciclo une os países numa rede de trocas. Envolve nações e nacionalidades, culturas e civilizações, grupos e classes sociais, regimes políticos e projetos nacionais, assinalando a emergência da sociedade nos aspectos econômicos, culturais, financeiros, ambientais e comerciais.

Com a globalização, o capital já não tem domicílio fixo e os fluxos financeiros fogem do controle dos governos nacionais, gerando a crise do Estado-Nação. Para Bauman (1999), devido às regras do livre mercado e ao livre movimento do capital e das finanças, a economia é progressivamente emancipada do controle político.

Subestimar a sobrevivência de formações institucionais tão relevantes como o Estado-Nação exige cautela, embora seja imperativo reconhecer as tendências em direção à sua debilitação (FREITAS JÚNIOR, 1997). O autor ressalta que é no contexto do capitalismo globalizado que o Estado perde sua capacidade política. Para ele, a globalização deve ser entendida como um “fenômeno social, consistente na aproximação de distâncias geográficas e na homogeneização das expectativas de consumo, de imaginários culturais e de práticas políticas, decorrente da globalização econômica” (FREITAS JÚNIOR, 1997, p. 7).

Para os países em desenvolvimento, a globalização se apresenta como um desafio, tanto em função da globalização financeira, que coloca em risco a estabilidade do sistema financeiro nacional, quanto em função da globalização política, que internacionaliza os processos de decisão e coloca para a maioria dos países em desenvolvimento uma reduzida capacidade de tomar decisões de forma relativamente autônoma. Como foi visto anteriormente, no âmbito da sociedade global, organizações públicas e privadas como o FMI e o Banco Mundial estão não somente produzindo e atuando como também tomando decisões e influenciando todo o corpo social (IANNI, 1995).

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, produzido para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), afirma que a globalização tem levado países e populações pobres à marginalização. Richard Jolly, assessor especial do PNUD e coordenador principal do relatório, afirma que

Em nível internacional, os países mais pobres devem ter acesso equitativo à expansão das oportunidades mundiais do comércio, tecnologia, investimento e fluxos de informação. Chegou o momento de redefinir a nossa noção de cooperação internacional e ajuda externa e mover-nos no sentido de um novo ideal de parceria real entre os setores em escala mundial (RDH, 2002, p. 8).

Como forma dos governos minimizarem os prejuízos da globalização, o relatório sugere que os governos administrem o comércio e os fluxos de capital mais cuidadosamente, invistam nos pobres reduzindo a pobreza, administrem novas tecnologias, estimulem as exportações das pequenas empresas e melhorem a gestão governamental. Isso envolve, segundo o relatório, um ambiente político internacional para a erradicação da pobreza, um sistema comercial mundial mais justo e o perdão das dívidas (RDH, 2002).

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional se uniram em Washington, em setembro de 2002, para fazer duras críticas aos países ricos pelo fato de suas economias estarem crescendo às custas de barreiras comerciais, de subsídios e outros subterfúgios que eles continuam aplicando contra os produtos dos países em desenvolvimento. Assim, a

globalização tem aprofundado as contradições, as desigualdades, a exclusão social e o desemprego, trazendo desafios econômicos, sociais e políticos para os países subdesenvolvidos e para aqueles que se encontram em processo de desenvolvimento. Para Menegasso (1998), é uma ilusão pensar que os empregos que estão sendo eliminados pela globalização serão recuperados rapidamente. Os efeitos da terceira revolução industrial, partindo das conseqüências desta para o trabalho, criam um paradoxo graças ao qual os avanços da ciência e da tecnologia convivem com o desemprego. Assim, com o avanço da tecnologia, “descobriu-se como prolongar a vida humana, como sobreviver na adversidade do ciclo da vida e da natureza, mas não se descobriu como tornar a vida melhor, sem exclusão social, sem violência e com respeito à dignidade do ser humano” (MENEGASSO, 1998, p. 93).

Sob estes aspectos, é indispensável repensar as perspectivas e possibilidades da democracia e da cidadania frente à globalização. Para Gómez (2000), a globalização gera restrições à cidadania democrática de base territorial, mas pode abrir possibilidades para a ampliação de uma cidadania democrática de base cosmopolita. Principalmente na América Latina, onde tanto a democracia participativa quanto a democracia econômica se caracterizam por baixos níveis de participação e mobilização da cidadania, pela ampliação da desigualdade econômico-social e da exclusão, pela instabilidade e pela crise de legitimidade política, o que está em jogo é o presente e o futuro da democracia. Gómez (2000, p. 139) argumenta que “o desafio maior consiste em articular para reforçar — e não para substituir ou eliminar — processos simultâneos e diversos de democratização do poder em bases locais, nacionais, regionais e global”.

O neoliberalismo é a filosofia adotada pelo capitalismo com vistas a afirmar seu domínio em um mundo que se globaliza; é a saída mercadológica encontrada pelo capital para superar a crise advinda no início da década de 1970. O neoliberalismo pode ser compreendido

enquanto uma ideologia que expressa um conjunto de valores e idéias defendidos e reivindicados por representantes como Friedrich Hayek⁴ e Milton Friedman. Esses pensadores, imbuídos do propósito de combater o keynesianismo, tanto na versão norte-americana (New Deal) quanto na versão européia (Welfare State), defendem uma concepção de sociedade em que prevalece como critério ético a “máxima liberdade”. O neoliberalismo teve seus primeiros representantes nos governos Ronald Reagan e George Bush, nos Estados Unidos da América, e Margaret Thatcher, na Inglaterra. Em seguida, generalizou-se como resposta-padrão à chamada crise do intervencionismo do Estado e tem se constituído na prática, em meio a uma intensa dinâmica de desintegração social.

A globalização neoliberal⁵ opera através das suas instituições internacionais de controle e regulação do capitalismo contemporâneo e reflete uma crítica ao keynesianismo e aos direitos trabalhistas. É nesse sentido que a lógica do neoliberalismo remete à flexibilização e à desregulamentação de direitos conquistados. Analisando o projeto neoliberal, Montaño (2002, p. 26) assim o sintetiza:

Representa a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço tecnocientífico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (...) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “reforma do Estado”.

A desregulamentação dos direitos deve ser entendida dessa forma, considerando as questões sociais, econômicas e políticas. Especificamente, o Direito do Trabalho passa por um profundo processo de desregulamentação; processo que tem suas raízes na alteração do modo de acumulação de capital e, conseqüentemente, do modo de organização da produção.

⁴ A preocupação de F. Hayek estava no avanço das lutas políticas sindicais e nos compromissos do Estado Social com as classes trabalhadoras.

⁵ O adjetivo neoliberal é utilizado aqui para diferenciar esse tipo de globalização daquela pretendida por nós, ou seja, a globalização da democracia, da liberdade e da igualdade entre os homens.

A Revolução Industrial significou uma grande revolução na capacidade de produção e acumulação do homem e provocou mudanças profundas na estrutura institucional, cultural, política e social. As novas relações sociais que nascem com a Revolução Industrial estabelecem novas relações de produção capitalista. O Estado se apresenta com características não-intervencionistas e as constituições dos Estados baseiam-se no individualismo e no liberalismo econômico. A nova ordem social capitalista está centrada na acumulação de capital, sendo que o lucro e o mercado ocupam papel principal.

O mais famoso teórico do liberalismo, Adam Smith, considerado o pai do liberalismo econômico, toma como problema econômico central o trabalho entendido como atividade produtiva. Enquanto os mercantilistas faziam a riqueza depender do ouro e os fisiocratas relacionavam-na diretamente à terra, Smith identifica a origem da riqueza no trabalho do homem. Suas idéias influenciaram a economia política e tornaram-se a sustentação da economia liberal clássica. O liberalismo está fundamentado na inviolabilidade da propriedade privada, no individualismo econômico, na liberdade de comércio e de produção, na plena liberdade de ação concedida aos interesses privados, na obediência à liberdade de contrato, na livre concorrência e no livre câmbio. Ao Estado cabe a manutenção da ordem e da segurança, a preservação da propriedade privada e o fornecimento de infra-estrutura para o desenvolvimento do capitalismo.

A primeira grande crise do capitalismo, que perdurou por meio século, teve seu auge com a Grande Depressão de 1929/33. Ela teve como efeito a queda da produção, o desemprego em massa, a redução dos níveis salariais e a corrosão da taxa de lucratividade. Com a crise de 1929, o liberalismo sofre uma forte contenção. A convicção de Keynes (explicitada em 1926 no seu ensaio "*The End of Laissez-Faire*") de que o Estado deve intervir ativamente na economia, torna-se a convicção geral das elites após a quebra da Bolsa de Nova

York, no final dos anos vinte. Na teoria keynesiana, considera-se que o Estado tem a capacidade de equilibrar a poupança e o investimento através dos gastos públicos.

A partir do início da Grande Depressão, o fordismo se alia ao keynesianismo (para colocar seus produtos e serviços à disposição da sociedade, o fordismo depende do papel de fomentador e regulador social do Estado), possibilitando a caracterização do longo período de expansão do pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, como um período fordista-keynesiano, cuja base era “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (HARVEY apud MIQUELUZZI, 1998). O objetivo do keynesianismo não era apenas eliminar o desemprego em massa, mas também estimular a demanda. O Estado estabelecia regulações, realizava investimento público em setores como transporte e equipamento público e os governos buscavam fornecer complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. As intervenções do Estado objetivavam a criação de empregos e o conseqüente crescimento da produção e da demanda industrial e por serviços. Para solucionar o problema do desemprego, o keynesianismo propunha a intervenção do Estado na economia a partir de grandes investimentos governamentais⁶. Analisando o regime fordista-keynesiano, Miqueluzzi (1998, p. 260) argumenta que:

O regime fordista-keynesiano assegurou a expansão do período pós-guerra, favorecendo o trabalho sindicalizado, a produção e o consumo de massa, elevando os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados e gerando um ambiente relativamente estável para os lucros das empresas.

No modelo fordista de organização do trabalho, o trabalhador desempenha uma única tarefa de forma repetitiva e especializada. Com a produção em massa e contando com grandes estoques, o controle de qualidade é feito *ex post*, ou seja, após a produção. Estruturada de

⁶ As idéias de Keynes influenciaram alguns pontos do *New Deal*, programa de recuperação econômica adotado por Franklin D. Roosevelt em 1933 nos Estados Unidos. O *New Deal* já prefigurava certos aspectos do Estado de Bem-Estar Social, sistema econômico que interage com as propostas do keynesianismo (TENÓRIO, 2000).

forma verticalizada, a organização fordista domina todo o processo produtivo, desde a exploração de matéria-prima até o transporte das mercadorias. Para Ford,

Produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY apud MIQUELUZZI, 1998, p. 258).

O aumento nas taxas de inflação se deu em função dos compromissos assumidos pelo Estado keynesiano no que se refere à concessão aos trabalhadores de melhores condições sociais de vida e da implementação das políticas de infra-estrutura para a expansão do capitalismo (RAMOS, 1981). Além da estagnação econômica e da inflação, houve a crise do petróleo, decorrente da decisão dos países integrantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de aumentar o preço do petróleo e promover um embargo árabe às exportações do produto para o Ocidente durante a guerra com Israel em 1973. O período de 1965 a 1973 evidencia, para alguns autores, o fato de que o fordismo e o keynesianismo, que preconizavam a intervenção do Estado na economia e objetivavam promover ações na área social e criar empregos no serviço público, são incapazes de conter as contradições inerentes ao capitalismo.

Assim, a crise do fordismo situada em 1973⁷ e considerada por nós como uma das crises do capitalismo, já apresentava sinais na década de 60 e pode ser interpretada segundo os mais diferentes pontos de vista. Tenório (2000, p. 220), citando Katz et al., sintetiza alguns pontos de vista:

⁷ Henry Ford, implantou a indústria automobilística em grande escala nos Estados Unidos da América, e utilizou as teorias de Taylor no processo produtivo. Por essa razão muitos autores denominam essa forma de administração como taylorismo ou fordismo

Cabe ressaltar que o fordismo foi um modo de regulação próprio de alguns grandes países que viveram sua primeira e segunda revoluções industriais antes de 1929. Faltam evidências que sustentem a extensão do conceito aos demais países que se industrializaram depois da Segunda Guerra Mundial. Não é considerado adequado o conceito de fordismo e de crise fordista ao modo de regulação do capitalismo brasileiro e à sua crise dos anos 80 (FIORI, 1995, p.164-165).

Existem aqueles, como os regulacionistas, que a interpretam enquanto esgotamento de um dado regime de acumulação (intensivo), somado ao colapso do modo de regulação (monopolista); há aqueles que trabalham com a perspectiva da crise como esgotamento de um dado paradigma tecnológico e a circunscrevem ao âmbito estrito das relações de produção. A crise do fordismo também é entendida nos termos da crise de governabilidade contida na problemática nacional.

A partir de diferentes concepções, constata-se que a crise do fordismo decorre de sua inflexibilidade no que se refere à organização da produção e à relação capital-trabalho. Contrapondo-se à forma de administração da produção denominada fordismo ou taylorismo, surgiu um novo modelo de produção que se desenvolveu no Japão, na fábrica de automóveis Toyota.

O modelo de organização toyotista, no que se refere à organização do trabalho, se contrapõe à rigidez funcional fordista, propondo relações de trabalho flexíveis; no que se refere à organização da produção, esse modelo se contrapõe à concepção da empresa auto-suficiente, propondo a parceria empresarial. No modelo toyotista, o processo de produção não é massificado e nem seus produtos são homogeneizados; organiza-se, ao contrário, a partir de pequenos lotes que contêm grande variedade de produtos. Para reduzir os custos e aumentar os lucros, o toyotismo não pressupõe grandes estoques. A grande inovação desse modelo para a organização da atividade industrial é a produção por demanda: não se produz mais de acordo com a capacidade produtiva, mas em função da capacidade aquisitiva do mercado. A informatização e as facilidades devidas aos meios de comunicação e transporte possibilitam que os fornecedores entreguem as peças necessárias para a produção na hora certa (*just in time*). O controle de qualidade no toyotismo é feito durante a própria produção. A empresa baseada no modelo toyotista faz uso da subcontratação e terceiriza as atividades-meio; visa com essas medidas diminuir os custos via extinção de setores da empresa, trazendo tanto os benefícios de ordem financeira, tecnológica e competitiva para as empresas, quanto a precarização das condições de trabalho.

Quanto ao modo de organização do trabalho, no toyotismo temos um trabalhador polivalente, que desempenha múltiplas tarefas. “Contudo, as múltiplas tarefas também são repetitivas, tanto que há autores que concebem o toyotismo como um modelo pós-fordista” (RAMOS, 1998, p. 252). A ruptura do toyotismo em relação ao fordismo é considerada uma questão polêmica; o modelo toyota não se contrapõe ao princípio de produção em massa, mas sim à necessidade de produzir grandes lotes.

Assim, frente à necessidade de superar a crise e manter ou alcançar a maior taxa de lucros, é adotado o modo de acumulação flexível de capital, que se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A acumulação flexível surge como uma forma do capitalismo superar suas crises e suas contradições internas; visa a reprodução do capital e sua concentração nas mãos da elite capitalista. As inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial forneceram as condições necessárias para o “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (RAMOS, 1998, p. 66). O processo de produção passa da produção em massa, uniforme e padronizada do fordismo para a produção flexível, que possibilita uma grande concentração de capital.

Apesar das expressões fordismo e pós-fordismo gerarem debates a respeito da validade ou não desses conceitos, Tenório (2000) utiliza esses pares como conceitos antitéticos. Para o autor, o conceito de fordismo, que vai dos anos de 1910 ao final dos anos de 1960 (correspondendo ao manuseio de máquinas-ferramentas), se remete à rigidez organizacional e o de pós-fordismo, que vai dos anos de 1970 aos dias de hoje (correspondendo à operacionalização de máquinas eletrônicas), faz referência à flexibilização organizacional.

O conceito de fordismo⁸ é utilizado por Tenório para caracterizar o gerenciamento tecnoburocrático de uma mão-de-obra especializada sob técnicas repetitivas de produção de serviços ou de produtos padronizados. Já o termo pós-fordismo ou modelo flexível de gestão organizacional é utilizado para caracterizar a diferenciação integrada da organização da produção e do trabalho sob a trajetória de inovações tecnológicas em direção à democratização das relações sociais nos sistemas-empresa.

O autor salienta ainda que o conceito de fordismo está associado ao estudo das organizações que atuam como sistemas mecânicos, enquanto que sob o “pós-fordismo as organizações passam a ser estudadas como sistemas orgânicos, simultaneamente ao advento do modelo gerencial japonês (anos 1970) e, principalmente, com a intensificação do uso da tecnologia de base microeletrônica” (TENÓRIO, 2000, p. 131).

Pode-se dizer que a principal característica do sistema pós-fordista de produção seja a sua flexibilidade; tal qualidade se manifesta em termos tecnológicos, na organização da produção e das estruturas institucionais, no uso da subempregada, na flexibilização dos mercados de trabalho, das qualificações e das práticas laborais.

Assim, o avanço científico-tecnológico trouxe características modernizadoras ao paradigma da flexibilização organizacional sob o ponto de vista da organização da produção (uso de técnicas operacionais e/ou equipamento de base microeletrônica em substituição às tecnologias eletromecânicas; as conseqüências desse paradigma flexibilizador tem provocado insegurança no trabalhador) e sob o ponto de vista da organização do trabalho (aproximação hierárquica entre planejamento e execução, substituição do trabalhador-massa pelo trabalhador societário, diminuição das diferenças hierárquicas, autonomia crescente dos indivíduos, ênfase nos trabalhos em grupo; isto contribui para a valorização do trabalhador como cidadão) (TENÓRIO, 2000).

⁸ Tenório considera o fordismo um método de organização da produção e do trabalho complementar ao taylorismo. (TENÓRIO, 2000, p. 140).

As inovações que modificam as estruturas da produção e do trabalho permitem que se passe do processo de automação rígido inerente ao fordismo para a automação flexível do pós-fordismo. Tenório (2000) assinala os aspectos positivos e negativos desse processo.

Como aspectos positivos, pode-se elencar os seguintes pontos: o trabalho monótono, pesado e repetitivo é substituído por atividades mais leves, seguras e intelectualizadas; o tempo de trabalho é diminuído com a conseqüente liberação das pessoas para o lazer; o trabalhador adquire um entendimento mais amplo e interativo do seu processo de trabalho; os trabalhadores se mobilizam fazendo circular mais informação e estimulando a participação coletiva, a delegação de responsabilidade e a descentralização das decisões.

Os aspectos negativos referem-se sobretudo ao aviltamento do trabalho, à desqualificação dos trabalhadores e à diminuição e/ou extinção dos postos de trabalho, provocando desemprego.

Assiste-se hoje a um intenso debate sobre os impactos que as novas tecnologias, assim como as novas formas de organização do processo de trabalho que as acompanham, têm sobre o trabalho. Diversos estudos contemporâneos procuram desvendar as conseqüências das inovações tecnológicas de base microeletrônica para as condições de trabalho e de emprego, para os vínculos contratuais e para a exclusão social.

Não se pode deixar de destacar, entretanto, que o debate sobre a evolução tecnológica e os processos de flexibilização das relações de trabalho tem sido utilizado inúmeras vezes para justificar a desregulamentação das relações de trabalho; os aspectos positivos dos processos de flexibilização, como já foi destacado acima, não podem deixar de ser considerados, sob o risco de se incorporar exclusivamente o viés negativo de uma questão de dimensões complexas.

Alguns autores consideram que o principal impacto da crise do capitalismo contemporâneo é o desemprego estrutural. Para Chaves (1997), o desemprego estrutural é um

fenômeno cujos componentes “são decorrentes das alterações nas bases técnicas da produção e nas estruturas de sua organização”. É consequência, portanto, de uma vertente técnica e outra organizacional. A vertente técnica se refere à introdução de novas tecnologias associadas à microeletrônica; elas possibilitam rápidas mudanças na produção e demandam menos operários. A vertente organizacional aplicada a essa nova tecnologia proporciona a intensificação do trabalho e contribui assim para o desemprego estrutural.

Analisando a crise econômica internacional e a ruptura do pacto keynesiano, Mattoso, em seu livro “A desordem do trabalho”, de 1995, observa que a fragmentação e a desestruturação do trabalho têm se ampliado, acentuando a paralisação política e reduzindo a solidariedade e a coesão social. Esse processo, segundo o autor, gera a ampliação da insegurança no trabalho, num processo que se dá em diferentes níveis: insegurança em pertencer ou não ao mercado de trabalho; insegurança no emprego (a partir de 1980, as formas de proteção foram questionadas e reduzidas; reduziram-se os empregos estáveis ou permanentes; houve redução do trabalho integral e crescimento do trabalho temporário; os trabalhadores passaram a ser contratados em condições mais precárias no que se refere à contratação, condições salariais, acesso à seguridade social, assistência médica e aposentadoria); insegurança na renda (os rendimentos tornam-se variáveis, instáveis e sem garantia) e insegurança na contratação (ampliam-se contratos de tempo parcial e estabelecem-se relações de trabalho sem contrato) (MATTOSO, 1995).

Assim, conclui Mattoso, trata-se de uma verdadeira síndrome de insegurança, que está relacionada com a perda de uma perspectiva de futuro e com a crescente degradação das condições de vida e de trabalho. Ao lado de um grande desenvolvimento das forças produtivas, conclui o autor, temos indivíduos e famílias vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes.

Dentro desse contexto, a abertura dos mercados gerou no Brasil uma desregulamentação que assumiu tanto a forma do desemprego quanto a da desqualificação. A desregulamentação da previdência social, a reforma do Estado, as privatizações e o ataque às estruturas da Consolidação das Leis do Trabalho, produziram desemprego, regulamentação do trabalho precário e desregulamentação do trabalho com vínculo empregatício.

O trabalho informal reúne uma massa de brasileiros alijados de seus direitos trabalhistas, de direitos de proteção social e do reconhecimento de direitos de cidadania. “Lembramos que o trabalho formal nunca excedeu no Brasil a cobertura de 50% da PEA- População Economicamente Ativa” (SPOSATI, 2001, p. 67). Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, o setor informal tem servido como amortecedor contra o impacto da reestruturação, ocupando 60% da população trabalhadora.

Observa-se na sociedade brasileira, a partir de 1990, o aumento no grau de informalidade do mercado de trabalho, o crescimento da renda do setor informal, a diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada e o aumento do grau de escolaridade da mão-de-obra que se encontra no mercado de trabalho. O aumento do desemprego atinge índices nunca antes alcançados. As mudanças no mundo do trabalho e nas relações de trabalho, a partir da implementação de critérios de “flexibilidade”, ocasionaram a precarização desse mercado e o direito ao trabalho ficou bastante prejudicado.

O desemprego não deve, portanto, ser pensado de maneira isolada. Ele está relacionado com o modelo de globalização imposto aos países pobres; tal modelo estabelece uma menor participação no comércio internacional, trazendo como conseqüências o baixo crescimento econômico, mudanças estruturais do ponto de vista tecnológico e organizacional e aspectos conjunturais que condicionam a gestão da política econômica adotada pelo governo em determinados períodos.

2.4 O DIREITO AO TRABALHO

Os processos de terceirização, flexibilização e informalização revelam, como foi visto anteriormente, uma tendência à desregulamentação do Direito do Trabalho, que representa uma árdua conquista dos trabalhadores. O Direito do Trabalho é instrumento de organização da sociedade e está vinculado aos acontecimentos econômico-sociais; ele deve ser mantido para que a cidadania possa ser resguardada.

No Brasil, o suporte legal do direito trabalhista está na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. As garantias básicas do trabalhador encontram-se fixadas na Constituição Federal, no Título II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, Capítulo II – DOS DIREITOS SOCIAIS, arts. 6º ao 11º. Nossa nação tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (CF, art. 1º, III e IV). A ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano, tendo por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social (CF, art. 170); busca-se, além disso, o pleno emprego (CF, art. 170, VIII).

Cabe ressaltar que o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi assumido pelo Brasil a partir da entrada em vigor do Decreto nº 591 de 06 de julho de 1992, que considera que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (PREÂMBULO). Em seu Artigo 6º, o Pacto afirma que:

1. Os Estados que fazem parte do presente pacto reconhecem o direito ao trabalho, que compreende o direito de toda pessoa à possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito, e tomarão medidas apropriadas para salvaguardar esse direito; 2. As medidas que cada Estado parte do presente pacto tomará a fim de assegurar o pleno exercício desse direito deverão incluir a orientação e a formação técnica e profissional, a elaboração de programas, normas e técnicas apropriadas para assegurar um desenvolvimento econômico, social e cultural constante e o pleno emprego produtivo em condições que salvaguardem aos indivíduos o gozo das liberdades políticas e econômicas fundamentais.

Para resguardar a cidadania, os direitos fundamentais do ser humano devem ser resguardados. Entende-se que os direitos fundamentais do ser humano, que têm como sinônimo a expressão Direitos Humanos, compõem-se dos direitos individuais fundamentais (vida, liberdade, igualdade, propriedade e segurança), dos direitos sociais (trabalho, saúde, educação, lazer e outros), dos direitos econômicos (consumidor, pleno emprego e meio ambiente) e dos direitos políticos (formas de realização da soberania popular).

Direitos Fundamentais do homem constitui a expressão mais adequada [...] para designar, no nível do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualificativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais do homem no sentido de que todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados (SILVA apud DORELLA, 2002, p. 22).

A idéia de que os homens possuem direitos é uma invenção moderna que surgiu e se institucionalizou no decorrer do século XVIII. As grandes leis da Antigüidade estabeleciam deveres e não direitos; somente a partir dos novos modelos de sociedade que surgiram nos séculos XVII e XVIII foi possível a inversão entre deveres e direitos (BEDIN, 1997).

O centro do mundo político, a partir dos séculos XVII e XVIII, não é mais o Estado mas sim os indivíduos, que passam a ser vistos como seres iguais (pelo menos em dignidade e direitos). O Estado representa um acordo entre os indivíduos e o poder passa a ser alicerçado no consenso. Essa inversão na representação do mundo político, acompanhada pela correspondente mudança no mundo jurídico, deixa de privilegiar os deveres⁹ para declarar os direitos. Passa-se de um modelo tradicional de sociedade (modelo organicista ou holista) para um novo modelo denominado individualista ou atomista. Esse modelo individualista de sociedade inverte a relação entre o Estado e os indivíduos, entre a idéia de desigualdade e igualdade entre os homens, entre a origem natural do Estado e a origem contratual do mesmo,

⁹ A tradição de estabelecer deveres foi sustentada pelo modelo organicista ou pela perspectiva de análise das relações políticas denominada de *ex parte principis*.

entre o fundamento divino ou tradicional do poder e o fundamento popular do poder e, portanto, inverte também a relação entre os deveres e os direitos dos homens.

O individualismo torna-se assim o valor central da sociedade moderna e possibilita a emergência dos direitos do homem. Foram os pensadores políticos dos séculos XVII e XVIII (HOBBS, LOCKE E ROUSSEAU) que sustentaram a idéia da igualdade entre os homens como um elemento constitutivo da nova sociedade. “Essa unanimidade na defesa da igualdade no mundo moderno foi também reconhecida pelos legisladores que elaboraram as Declarações de Direitos de 1789 e de 1948” (BEDIN, 1997, p. 30). Essas declarações indicam a emergência de um novo modelo de sociedade – modelo individualista – ou uma nova perspectiva de análise das relações políticas – perspectiva *ex parte populi*.

Assim, a perspectiva de análise que passa da questão dos deveres para a dos direitos possibilitou o surgimento dos Direitos do Homem ou, na expressão de Bobbio (1992), da Era dos Direitos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) é a expressão de um sistema de valores socialmente reconhecido; representa um sistema de princípios fundamentais da conduta humana que foi aceito pela maioria dos homens.

O universalismo que surge a partir da Declaração, que pressupõe que a humanidade partilha de alguns valores comuns, foi uma lenta conquista. Com a Declaração de 1948, a afirmação dos direitos é universal e positiva: universal no sentido de que os destinatários são todos os homens e positiva no sentido de que os direitos dos homens deverão ser protegidos até contra o próprio Estado. Bobbio (1992) afirma que a Declaração Universal representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro.

É possível compreender o desenvolvimento dos direitos do homem por meio de duas grandes classificações. A primeira classificação, proposta por Marshall (1967), indica que os direitos civis surgiram no século XVIII, os direitos políticos no século XIX e os direitos

sociais no século XX. Embora seja mais aceita, essa classificação não abrange a questão dos direitos do homem no âmbito internacional.

A segunda classificação, proposta por Germán Bidart de Campos (1991), Celso Lafer (1991) e Paulo Bonavides (1993), classifica os direitos do homem em direitos de primeira geração (os direitos civis e políticos), direitos de segunda geração (direitos econômicos e sociais) e direitos de terceira geração (direitos de solidariedade ou direitos do homem no âmbito internacional) (BEDIN,1997).

Já de acordo com Bedin (1997), a questão dos direitos do homem pode ser classificada da seguinte maneira:

- Direitos civis ou direitos de primeira geração, que surgiram no século XVIII;
- Direitos políticos ou direitos de segunda geração, que surgiram no século XIX;
- Direitos econômicos e sociais ou direitos de terceira geração, que surgiram no início do século XX;
- Direitos de solidariedade ou direitos de quarta geração, que surgiram no final da primeira metade deste século.

Os direitos de primeira geração, que abrangem os chamados direitos negativos, ou seja, os direitos estabelecidos contra o Estado, estabelecem um marco divisório entre a esfera pública (Estado) e a esfera privada (sociedade civil). Eles compreendem as liberdades físicas, as liberdades de expressão, a liberdade de consciência, o direito de propriedade privada, os direitos da pessoa acusada e as garantias dos direitos.

Os direitos de segunda geração podem ser vistos como desdobramento da primeira geração de direitos e são considerados direitos positivos, isto é, direitos que garantem a participação no Estado. O deslocamento de “oposição ao Estado” para “participação no Estado” significa, segundo Bedin (1997), uma nova perspectiva de liberdade, entendida como autonomia. Os direitos políticos aí compreendidos permitem a participação no poder político;

são eles: o direito ao sufrágio universal, o direito de constituir partidos políticos, o direito de plebiscito, de referendo e de iniciativa popular.

Os direitos de terceira geração ou direitos econômicos e sociais surgiram no século XX, no decorrer da segunda década, por influência da Revolução Russa, da Constituição Mexicana de 1917 e da Constituição de Weimar. Compreendem os direitos de crédito, ou seja, os direitos que tornam o Estado devedor dos indivíduos, particularmente dos indivíduos trabalhadores e dos indivíduos marginalizados. Visam garantir um mínimo de igualdade e de bem-estar social. Não são mais os direitos “contra o Estado” ou direitos de “participar no Estado”, mas sim direitos garantidos “através ou por meio do Estado”. Os direitos econômicos e sociais podem ser de dois tipos: os direitos relativos ao homem trabalhador (referem-se ao homem enquanto produtor de bens e participante de uma relação empregatícia) e os direitos relativos ao homem consumidor.

Os direitos de quarta geração surgiram em meados do século XX tendo como marco o ano de 1948, e podem ser caracterizados como direitos de solidariedade. Essa geração de direitos compreende os direitos do homem no âmbito internacional; são os direitos “sobre o Estado”. A questão da soberania deixa de ser compreendida de forma absoluta para ser pensada de forma integrada e coordenada em um sistema de jurisdição internacional (BEDIN, 1997). A desnacionalização dos indivíduos, segundo Bedin, possibilita o surgimento das declarações, cartas e pactos internacionais, e é condição para o surgimento da proteção dos indivíduos e dos grupos sociais, bem como da humanidade fora do âmbito dos Estados. Os direitos de solidariedade se referem ao direito ao desenvolvimento, direito ao meio ambiente, direito à paz e direito à autodeterminação dos povos.

O desenvolvimento dos direitos do homem, especialmente os direitos denominados econômicos e sociais, encontra-se ameaçado frente o surgimento do neoliberalismo¹⁰ e dos princípios estabelecidos pelo chamado “Consenso de Washington”. Entretanto, os direitos econômicos, sociais e culturais fazem parte dos direitos humanos, tanto quanto todos os demais. É necessário, pois, reafirmar os mecanismos já existentes para a sua exigibilidade, sendo esta última entendida como a possibilidade de existência prática dos direitos. Para Bobbio (1992), o problema dos direitos do homem, hoje, não é filosófico mas político, pois não se trata de justificá-los mas de protegê-los e impedir que sejam violados.

Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e o seu funcionamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados (BOBBIO, 1992, p. 25).

O argumento adotado pelos reacionários contra os direitos do homem, particularmente contra os direitos sociais, não é a sua falta de fundamento, mas sua inexequibilidade. No momento da enunciação desses direitos, o consenso é alcançado (ainda que sem muita convicção a respeito de seu fundamento absoluto), mas quando se trata de passar à ação, as oposições se anunciam. Ao comentar a defasagem entre a amplitude do debate teórico sobre os direitos do homem e os limites dentro dos quais se processa a efetiva proteção dos mesmos nos Estados particulares e no sistema internacional, Bobbio (1992) afirma:

Uma coisa é um direito; outra, a promessa de um direito futuro. Uma coisa é um direito atual; outra, um direito potencial. Uma coisa é ter um direito que é, enquanto reconhecido e protegido; outra é ter um direito que deve ser, mas que, para ser, ou para que passe do dever ser ao ser, precisa transformar-se, de objeto de discussão de uma assembléia de especialistas, em objeto de decisão de um órgão legislativo dotado de poder de coerção (BOBBIO, 1992, p. 83).

¹⁰ Bedin argumenta que o neoliberalismo surgiu como reação individual no decorrer dos anos 20 e se transformou em força política, econômica e jurídica com a socialização da idéias de Mises e principalmente com as idéias de Hayek, no decorrer dos anos 70.

Só é possível atingir a plenitude dos Direitos Humanos a partir da existência e da complementaridade de todos os grupos de direito. Trata-se de reconhecer na prática a indivisibilidade dos direitos humanos através da realização desses direitos. Cançado Trindade (2001) afirma a importância da visão holística ou integral dos direitos humanos.

O agravamento das disparidades sócio-econômicas entre os países, e entre as camadas sociais dentro de cada país, provocou uma profunda reavaliação das premissas das categorizações de direitos. A fantasia nefasta das chamadas “gerações de direitos”, histórica e juridicamente infundada, na medida em que alimentou uma visão fragmentada ou atomizada dos direitos humanos, já se encontra devidamente desmistificada. O fenômeno que hoje testemunhamos não é o de sucessão, mas antes de uma expansão, cumulação e fortalecimento dos direitos humanos consagrados, consoante uma visão necessariamente integrada de todos os direitos humanos (CANÇADO TRINDADE, 2001, p. 2).

O que se observa hoje no Brasil é uma tendência de forte retrocesso no que se refere à exigibilidade dos direitos. Na verdade, observa-se um “desmonte” dos direitos sociais básicos do cidadão. A possibilidade de existência prática de direitos fundamentais que não se limitem apenas ao direito à vida e à integridade física, mas se estendam ao direito à educação, à habitação, ao trabalho, à terra, à saúde, ao lazer, à informação e a um meio ambiente saudável e preservado parece ainda bastante distante. Os direitos individuais e a capacidade de consumo de cada um parecem se sobrepor aos direitos sociais (e portanto universais).

Prevalece assim, não mais o mercado de trabalho, mas a capacidade contributiva de cada indivíduo, independentemente de estar ou não empregado, e independente de qualquer inserção formal sua no mercado de trabalho.... A “questão social” no Brasil de hoje passa a ser assim não mais uma questão de inclusão social via trabalho, forma clássica de regulação social no capitalismo moderno, mas via consumo, o que faz com que prevaleçam, sobretudo nos países “emergentes”, novos padrões de regulação social e que consistem exatamente num processo de desregulação dos direitos de cidadania regulada até então vigentes e de ruptura de contratos sociais preestabelecidos (COHN, 2000, p. 398).

Para Castel (2000), o direito social se organiza a partir do trabalho (que deve ter uma função integradora) e sua proteção.

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da

vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito (CASTEL, 2000, p. 239-240).

Assim, Castel caracteriza a questão social a partir da desagregação de uma sociedade salarial que se construiu com base no trabalho e nas suas proteções¹¹.

No plano internacional, o Direito do Trabalho alcançou impulso e reconhecimento com o Tratado de Versalhes, em 1919, e a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Todavia, seu grande desenvolvimento viria nos anos 50 e 60, perdurando até os anos 70, quando a crise econômica gerou uma situação em que conquistas sociais eram vistas como ônus para empresas e Estados. É a partir dos anos 1980, sobretudo na Europa e Estados Unidos, que o movimento pela flexibilização das normas trabalhistas começa a se desenvolver e o direito laboral entra em crise (BELTRAN, 1997).

Assim, a crise econômica, as novas tecnologias, o elevado nível de desemprego, o desenvolvimento do trabalho informal e do sub-emprego, assim como o incremento de inúmeras formas precárias de contratação, passam a exigir modificações no Direito do Trabalho. Como destaca Bier (1994), o Direito do Trabalho vem introduzindo modificações e adaptações em suas normas; ele passa a dirigir-se também aos desempregados, não se restringindo mais à proteção dos trabalhadores empregados e às relações constituídas. Embora seja possível falar de aspectos positivos dessa realidade, a autora assinala um aspecto negativo referente à “concomitante e contínua degradação da situação do emprego, e de alguns princípios básicos e tradicionais em que se havia assentado o Direito do Trabalho” (BIER, 1994, p. 18).

¹¹ “Sociedade salarial é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade” (CASTEL, 2000, p.243).

Por ter sido valorizado como um direito fundamental de proteção social, “a garantia do emprego, como princípio protetor básico do Direito do Trabalho, continua pois recolhido nas modernas legislações laborais” (BIER, 1994, p. 20). Entretanto, continua a autora, o texto constitucional admitiu “alguma flexibilização em relação a algumas normas de Direito do Trabalho, permitindo que alguns aspectos laborais se flexibilizem sob tutela sindical” (BIER, 1994, p. 21).

A relação entre o Direito do Trabalho e a flexibilização do mercado tem sido alvo de muitas discussões. Para Bier (1994), a garantia de emprego pode ser perfeitamente conciliável com a flexibilização do mercado de trabalho. Todavia, em nosso país,

antes de entrar de forma mais acentuada no processo de flexibilização normativa [...] deveríamos mais bem, exigir um retorno ao regime jurídico de garantia do emprego, necessário para preservar a dignidade da pessoa humana do trabalhador, e inclusive para avançar no processo de transformação ou democratização da empresa capitalista moderna, onde exista realmente uma participação do trabalhador no destino e resultados da produção econômica (BIER, 1994, p. 22).

A desregulação dos direitos de cidadania fica explícita quando se observa a inexistência de políticas públicas capazes de ações que apressem a realização dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais. A Constituição de 1988 representou uma oportunidade de promover avanços no campo das políticas sociais. Entre esses avanços estão os princípios universalistas dos direitos sociais, que visam uma maior igualdade. As inovações trazidas pela constituição apontaram em direção a um novo sistema, ao sugerirem políticas sociais mais redistributivistas e maior responsabilidade pública na sua regulação, produção e operação.

Entretanto, muitos artigos da Constituição de 1988 que deveriam não apenas estabelecer mas garantir os chamados direitos de cidadania, não foram regulamentados via legislação complementar, havendo um recuo na implementação das propostas de universalização dos direitos sociais, em função da crise do Estado (acrescente-se a isso o

descaso e o desvio de fontes de receita) e da incorporação das diretrizes neoliberais, num contexto de crise internacional de reorganização do capitalismo.

As políticas sociais dos Estados e suas estratégias de focalização, privatização e descentralização trouxeram efeitos socialmente injustos. Somam-se a isso as alterações ocorridas a partir de 1970 no cenário mundial, traduzidas na chamada globalização, que trouxe transformações na produção e também nos processos, na organização e nas relações de trabalho. Esses fatores aumentaram a pobreza, a desigualdade (é cada vez maior a apropriação desigual da riqueza produzida por todos) e as injustiças em nosso país e na América Latina, tornando urgente a criação de alternativas econômicas para as classes subalternas.

A questão do emprego tem ocupado papel central nas discussões sobre as políticas sociais. As políticas públicas de emprego têm compreendido medidas de natureza passiva e medidas de natureza ativa. As políticas passivas possuem natureza compensatória e voltam-se para o seguro-desemprego e os programas assistenciais destinados a atender aqueles que não têm acesso ao seguro. As políticas ativas atuam sobre a oferta ou demanda de trabalho. Pressupõem a criação direta de empregos pelo setor público, os subsídios à contratação, a oferta de crédito para pequenas e microempresas e o incentivo ao trabalho autônomo, entre outros.

O desemprego de longa duração e as novas relações no mercado de trabalho (...) obrigam os países a optar por estratégias mais amplas, alargando o campo dos instrumentos passivos e, principalmente, adotando novas e múltiplas medidas e programas no campo das políticas ativas de mercado de trabalho (AZEREDO, 1997, p. 53).

Embora as políticas passivas sejam a base das políticas públicas de emprego, as políticas atuais devem combinar instrumentos passivos renovados e novos instrumentos de política ativa (AZEREDO, 1997).

Dentre os instrumentos utilizados pelos países desenvolvidos destacam-se, no campo das políticas ativas, a política de formação e reciclagem dos desempregados e os subsídios

concedidos à criação de empregos através de programas de ajuda aos trabalhadores para que se organizem em cooperativas, constituam pequenas firmas ou desenvolvam trabalho autônomo (AZEREDO, 1997). As políticas ativas podem possibilitar a “geração de atividades à margem do setor moderno da economia” com capacidade de “garantir a sobrevivência de indivíduos e comunidades e, em alguns casos, de elevação dos padrões de organização e consciência social e portanto de cidadania” (AZEREDO, 1997, p. 57).

No processo de construção de um sistema de políticas públicas de emprego e renda, o Ministério do Trabalho se concentrou nos principais elementos financiados pelo FAT, que é formado pelos recursos arrecadados pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Programa de Apoio ao Servidor Público (PASEP). Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador financiam ações voltadas para a qualificação profissional e para a concessão de créditos como o seguro desemprego, a intermediação de mão-de-obra, a qualificação profissional (Planfor) e o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger).

Estes programas precisam ser analisados quanto à sua abrangência, limitações, impactos diretos sobre o nível de emprego e quanto às transformações nas condições de oferta e procura de trabalho. “Embora positivas, essas respostas mostraram-se insuficientes e marginais ante a magnitude e a dimensão estrutural assumidas pela desorganização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90” (FAGNANI, 1999, p. 151).

Foge aos objetivos deste trabalho uma análise sobre as políticas de emprego no Brasil, mas ela é fundamental para que sejam formuladas políticas e ações que respondam às necessidades do novo mundo do trabalho que tem se configurado no Brasil.

2.5 A SOCIEDADE CIVIL

Como foi visto anteriormente, existem pontos que são fundamentais para que se avance na discussão sobre a questão social no Brasil hoje, assim como para uma melhor contextualização do debate sobre as organizações de economia solidária. Entre esses pontos, figuram a análise do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, dos ajustes dos anos 1980, da reforma do Estado brasileiro e da reestruturação produtiva que altera os processos produtivos, dos contratos de trabalho e dos direitos sociais e trabalhistas.

Outros aspectos devem também ser analisados: é preciso avaliar as novas configurações da sociedade civil, que se traduzem em alternativas para o enfrentamento das questões sociais, assim como alguns aspectos do debate a respeito do terceiro setor.

A noção de sociedade civil se apresenta hoje de maneira controvertida, dando margem a diversas interpretações e a inúmeros debates teóricos e conceituais. Entende-se que é na sociedade civil que se criam as lutas sociais, que por sua vez, visam atender às necessidades coletivas; é nela que se manifestam os conflitos, as disputas políticas e as contradições. A sociedade civil é o lugar onde se produzem as desigualdades sociais e em seu seio encontram-se instituições e organizações que representam interesses de classe muito divergentes (HOUTART, 2001). E é nesse amplo e contraditório espaço da sociedade civil que se embrionam diversos projetos hegemônicos. Semeraro (1999, p. 82) adverte que “qualquer movimento político, de fato, que pretenda construir uma hegemonia na sociedade, precisa não apenas criticar e se separar do projeto global vigente, mas deve principalmente apresentar propostas superiores e mais abrangentes de sociedade”.

Setores da sociedade civil têm se organizado não apenas nos aspectos civis e políticos, mas também na reivindicação de maior democracia e igualdade social, em um claro

compromisso com a democratização, a socialização do poder e o resgate, consolidação e conquista de direitos sociais e cidadania.

Cabe ressaltar que, no Brasil, a sociedade civil desempenhou um papel importante no processo de democratização, ao impulsionar a transição do regime autoritário para a democracia. No período da ditadura militar, a sociedade civil se tornou sinônimo de tudo o que se contrapunha ao Estado ditatorial. As chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs), que surgiram a partir de 1970, possuíam um componente de politização e caracterizavam-se pela oposição ao governo e à ditadura militar. O campo da sociedade civil foi definido, assim, como o campo das forças democráticas em luta contra o autoritarismo. A noção de sociedade civil era utilizada como sinônimo da noção de uma sociedade politicamente organizada em movimentos, organizações e associações (SCHIOCHET, 2001).

Neste momento histórico, a sociedade civil era entendida como uma esfera social que pleiteava sua autonomia e buscava ser reconhecida como o verdadeiro espaço da política, de forma a antagonizar com os seus espaços institucionais (particularmente os partidos e o Estado). A noção de sociedade civil incorporava a possibilidade de uma cultura política mais democrática. As formas de organização da sociedade civil se manifestavam através da articulação dos movimentos sociais, dos movimentos de defesa de direitos, dos sindicatos e das ONGs; buscavam a redemocratização do país e a garantia dos direitos de cidadania para os excluídos.

Nos anos 1970 e 1980, as ONGs se caracterizavam pelo distanciamento e pela oposição em relação ao Estado, e se preocupavam em desenvolver ações autônomas que superassem as ações assistencialistas e clientelistas do Estado. Assim, explicita Landim: “no contexto brasileiro, ‘ONG’ é um termo que evoca o mundo da política, da militância, da cidadania, da modernidade, e que historicamente é carregado com um sentido de ‘anti-governo’ ou ‘oposição’” (1993, p. 34).

É no contexto das transformações do Estado e da sociedade civil que se constituem novos fóruns de organização e participação da sociedade civil relacionados às decisões e à gestão das políticas sociais.

Diante da crise do Estado, do agravamento da questão social e da luta pela democratização do país, a busca por novos espaços de participação da sociedade civil consubstanciou-se, entre outros aspectos, pela definição no texto constitucional de instrumentos ativadores da publicização na formulação e na gestão das políticas públicas (RAICHELIS, 2000, p. 36).

Ao colocar a Saúde, a Assistência Social e a Previdência sob a Seguridade Social, a Assembléia Constituinte apontou “para a viabilidade de mecanismos mais eqüitativos de financiamento, de modelos mais ágeis e flexíveis de gestão democrática e popular e forneceu, nesta mesma Constituição, alguns instrumentos que dariam conta da implementação deste novo desenho” (NOGUEIRA, 2001, p. 97).

A Constituição de 1988 abriu novas possibilidades para o exercício da democracia participativa e definiu novos canais que possibilitaram a ampliação da participação popular nas decisões públicas. No campo de ação das políticas sociais, instituiu os conselhos (compostos por representantes dos diferentes segmentos da sociedade) para colaborar na implementação e controle dessas políticas. A Carta de 1988 reconheceu o nascimento de novos direitos, em estreita consonância com as transformações sócio-políticas que se processavam na sociedade brasileira. Esse processo conduziu à aprovação de diferentes marcos legais que regulamentam artigos da Constituição de 1988, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em Julho de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), aprovada em dezembro de 1993, e o Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros.

Pode-se encontrar na Constituição Federal de 1988 a perspectiva de abertura de novos espaços de participação da sociedade civil no âmbito do Estado. A democracia política aparecia, na década de 80, vinculada à democracia social fundada na maior equidade; buscava-se a ampliação dos direitos sociais, a elevação dos graus de universalismo, a extensão

da cobertura dos programas e a melhoria da efetividade social do gasto. No plano institucional, buscava-se maior descentralização, transparência nos processos decisórios e ampliação da participação social. Todavia, frente aos ajustes fiscais implementados a partir dos anos 1980, as políticas sociais passaram a se caracterizar pela focalização do gasto e pela opção por fundos sociais de emergência e programas compensatórios dirigidos exclusivamente aos grupos pobres. Assim, a inclusão legal dos direitos sociais na Magna Carta e a democratização política do país não foram suficientes para que a cidadania se firmasse enquanto prática cotidiana das políticas públicas e serviços básicos oferecidos à população pauperizada.

Embora a Constituição de 1988 tenha trazido avanços significativos na universalização dos direitos sociais expressos no campo dos direitos trabalhistas e na adoção do conceito de Seguridade Social, que adquire status de política pública, é necessário que a sociedade civil participe do processo de definição das fontes de financiamento e das modalidades de gestão democrática e descentralizada, denunciando as iniciativas governamentais exclusivamente emergenciais, descontínuas e focalizadas. Sob esta ótica, as políticas sociais não devem ser alimentadoras de práticas clientelistas, mas devem estar voltadas para o espaço público da afirmação dos direitos sociais no Brasil (RAICHELIS, 1998). Devem ser compreendidas sob uma perspectiva marxista em contraposição à perspectiva tradicional. Na perspectiva tradicional, as políticas sociais são um mecanismo de redistribuição da renda social; são consideradas concessões que objetivam diminuir as desigualdades. Na perspectiva marxista, as políticas sociais são pensadas como concessões e conquistas; nessa perspectiva, incorpora-se a visão da totalidade (que compreende as funções social, econômica e política das políticas sociais) e a relevância da luta de classes (que indica uma relação entre os sujeitos protagonistas) (PASTORINE, 1997).

É esta a preocupação que anima diversas ONGs. Para Oliveira (2000, p. 40), “a política, pois, das ONGs empenhadas na luta contra a pobreza é, sobretudo, fazer política, publicizar os conflitos, armar os interlocutores sociais de argumentos, de diagnósticos das carências, de denúncia das graves lacunas”.

Nesse aspecto, mais do que proporcionar benefícios diretos ou atuar como prestadora de serviços subsidiada pelo Estado ou em parceria com a iniciativa privada, a sociedade civil é capaz de fomentar a mobilização social; reivindica tanto direitos civis e políticos quanto a democracia e a igualdade social (SEMERARO, 1999). Compreende-se que a sociedade civil não é autônoma em relação ao mercado e ao Estado; nenhum desses sistemas pode ser visto de forma estanque, pois todos eles juntos formam uma só realidade, sujeita a contradições sócio-políticas. Entende-se, ainda, que a sociedade civil pode expressar tanto a hegemonia da direita quanto demandas que se originam das lutas das classes subalternas; é um campo onde se desenvolve a luta pela hegemonia¹² e onde se confrontam diversos projetos de sociedade.

A sociedade civil pode oferecer um espaço para que as classes subalternas se organizem através de suas associações e construam alianças e projetos sócio-políticos que caminhem em direção à emancipação sócio-política, à universalização dos valores de liberdade, responsabilidade e participação; pode ser um espaço para que as classes subalternas lancem os pressupostos para a construção de uma sociedade baseada na participação democrática (SEMERARO, 1999).

As classes subalternas poderiam, dessa forma, resgatar sua capacidade de autodeterminação, de criatividade e de organização; aqui, a sociedade civil se constitui como arena de lutas: da luta pela preservação e ampliação das conquistas históricas dos

¹² Semeraro (1999, p.85) considera que a hegemonia tem íntima relação com a democracia, sendo esta “entendida como forma de busca pública da verdade, como consenso obtido através duma escola permanente de liberdade e de autonomia, como construção duma racionalidade coletiva, animada pelas paixões e pelos afetos de indivíduos conscientes de suas diversidades; democracia é acima de tudo a permanente movimentação de iniciativas que elevam a capacidade subjetiva e a participação dos indivíduos”.

trabalhadores, de lutas que visem a totalidade social e tenham como horizonte a articulação das demais esferas da sociedade (MONTAÑO, 2002).

Concluimos, com Nogueira, que o “grande desafio é saber como politizar e unificar a sociedade civil, pensá-la como algo fundido à economia, à política e ao Estado, como espaço adequado para que atores efetivamente qualificados superem a prevalência dos particularismos e se ponham como intérpretes de interesses gerais” (NOGUEIRA, 1998, p. 285).

Considera-se, assim, que é no espaço da sociedade civil que se manifestam os conflitos, as contradições e as forças ideológicas e culturais. Nela se confrontam diversos projetos de sociedade. Torna-se relevante, a partir desses pressupostos, destacar algumas questões sobre a sociedade civil na perspectiva de Gramsci, uma vez que a teoria ampliada de Estado desenvolvida por Gramsci incorpora a questão da sociedade civil.

A teoria ampliada de Estado, embora possa ser registrada em Rosa Luxemburgo, nos austromarxistas e no “último Engels”, foi melhor sistematizada na obra de Antonio Gramsci, que observou uma época na qual houve uma ampliação do fenômeno estatal e um aumento da socialização da política. Semeraro ressalta que Gramsci parte, antes de mais nada, da realidade concreta das transformações em curso na história do seu tempo e da estrutura das democracias modernas (SEMERARO, 1999). A ampliação do conceito de Estado está na base da reformulação da teoria da revolução socialista em Gramsci. Trata-se, para Coutinho (1994, p. 53), de uma ampliação dialética, pois os “novos elementos tratados por Gramsci não eliminam o caráter de classe e o momento repressivo do poder do Estado, mas os desenvolvem através do acréscimo de novas determinações.”

Essas novas determinações que compõem o conceito de Estado de Gramsci se voltam para a análise da superestrutura, na qual se distinguem duas esferas: a sociedade civil e a sociedade política.

A sociedade civil é concebida como um conjunto de instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão dos valores simbólicos e de ideologias. É o espaço onde se organizam os interesses em confronto e onde se manifestam os conflitos e as contradições; compreende o sistema escolar, igrejas, partidos políticos, meios de comunicação, instituições, etc. Na sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Os portadores materiais da sociedade civil são os aparelhos “privados” de hegemonia, os quais possuem certa autonomia em relação à sociedade política, sendo que a adesão a esses aparelhos é voluntária e não-coercitiva. Eles possuem uma dimensão pública na medida em que são parte integrante das relações de poder em cada sociedade.

Por sociedade política, Gramsci compreende o conjunto dos aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência. São os aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis. Chama-se de sociedade política o Estado em sentido estrito ou o Estado-coerção, que exerce sempre uma ditadura ou uma dominação fundada na coerção. Os portadores materiais da sociedade política são os aparelhos coercitivos do Estado, cujo controle é realizado pelas burocracias executiva e policial- militar.

Essas duas esferas da superestrutura (que formam o Estado em sentido amplo) se distinguem, assim, pela função que exercem na organização da vida social e na reprodução das relações de poder; servem para conservar ou transformar uma determinada formação econômico-social de acordo com os interesses de uma classe fundamental no modo de produção capitalista.

O Estado (supremacia) aparece como momento sintético que unifica a hegemonia/consenso e a dominação/coerção que existem em qualquer forma de governo moderno. Ele

pode assegurar a ordem pela força, mas pode também recorrer aos aparelhos da sociedade civil para obter o consenso em torno de seus atos; trata-se da relação dialética entre sociedade política e sociedade civil. Semeraro (1999, p. 74) chama a atenção para o fato de que “são duas esferas da ‘superestrutura’, distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática, uma vez que a articulação entre consenso e coerção garante a supremacia dum grupo sobre toda a sociedade e a verdadeira estruturação do poder”.

Para Gramsci, as sociedades capitalistas ocidentais, que ele considera as mais avançadas, ganharam uma autonomia em relação ao Estado em sentido restrito, onde o aspecto coercitivo é natural. Nessas sociedades ocidentais, existe uma relação equilibrada entre sociedade política e sociedade civil, e a luta de classes tem como terreno os aparelhos privados de hegemonia, na medida em que essa luta visa a obtenção da direção político-ideológica e do consenso na sociedade.

Gramsci percebe, conforme ressalta Simionatto (1995), que, na sociedade capitalista moderna, o Estado se ampliou e os problemas relativos ao poder se complexificaram na trama da sociedade, fazendo emergir uma nova esfera social que é a sociedade civil. Esta consiste no lugar onde se elaboram as ideologias, os rumos da economia; é o lugar onde se decide a hegemonia e onde se confrontam diversos projetos de sociedade.

A hegemonia, entretanto, não se instaura a partir de movimentos parciais ou desarticulados, mas a partir da criação de uma nova economia e da fundação de uma nova concepção de Estado pois, conforme argumenta Semeraro (1999, p. 87), para Gramsci, “a vontade de mudança, os sentimentos de liberdade e os valores culturais da sociedade civil estão, de fato, vinculados à forma da economia e à organização do Estado”.

Dessa forma, Estado e vida econômica não aparecem separados em Gramsci; o “Estado é a forma concreta dum determinado mundo econômico, dum determinado sistema de produção” (SEMERARO, 1999, p. 88).

Ultrapassando as perspectivas de Hegel e Marx, Gramsci considera que a sociedade civil não é apenas o espaço das iniciativas econômicas, mas também a manifestação das forças ideológicas e culturais. Dessa forma, continua Semeraro, a sociedade civil é o campo da ação política, econômica e social e cultural, onde as classes subjugadas podem se constituir como sujeitos e desenvolver seus valores, recriando o espaço público e assumindo a iniciativa de definir seu projeto de sociedade; “é o espaço da máxima expansão de sujeitos, que com sua efetiva participação e responsabilidade desenvolvem suas capacidades pessoais e coletivas na gestão da coisa pública a ponto de tornar inútil o Estado coercitivo e exterior” (SEMERARO, 1999, p. 190).

A sociedade civil esboçada por Gramsci é, segundo Semeraro (1999, p. 15),

livre, aberta, múltipla, dinâmica e criativa e, ao mesmo tempo, profundamente unificada em torno do objetivo dominante em toda a sua vida, ou seja, a elevação social, cultural e política das massas e dos excluídos, até a sua transformação em protagonistas autônomos duma sociedade verdadeiramente democrática.

O tema ‘sociedade civil’ tem estado presente em documentos do Banco Mundial e por isso torna-se relevante a compreensão da visão do Banco em relação à sociedade civil brasileira. O documento intitulado “Do confronto à colaboração: relação entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil”, elaborado pelo Programa do Banco Mundial no Brasil, exprime a visão do Banco Mundial sobre a Sociedade Civil, as Organizações Não-Governamentais e o governo no Brasil. O documento avalia que o Brasil tem uma sociedade civil vibrante, influente, multifacetada, capaz e, de modo geral, bem sucedida na organização e promoção do desenvolvimento em nível local . Entende que o termo sociedade civil tem uma conotação política e está relacionado a um vasto setor não-governamental e sem fins lucrativos, formado por associações comunitárias, movimentos sociais, ONGs, entidades beneficentes, associações profissionais, igrejas e fundações de empresas (GARRISON, 2000).

Para o Banco, as ONGs foram os mais importantes interlocutores do Banco Mundial nas últimas décadas e figuram como um dos segmentos de maior visibilidade da sociedade.

Destaca que as ONGs têm sua origem em três instituições (a igreja, o mundo acadêmico e os partidos políticos) e que estão se transformando “em entidades mais propositivas, especializadas e voltadas para a obtenção de resultados” (GARRISON, 2000, p. 13). O documento ressalta que alguns analistas consideram que as OSCs jamais substituirão o Estado no provimento de serviços sociais e que estas tem até uma função complementar que serve para fortalecer o papel do Estado.

O documento ressalta que, a partir de 1990, tanto o governo brasileiro quanto os organismos multilaterais passaram a perceber o potencial da sociedade civil na promoção do desenvolvimento social. A partir de meados da década de 90, o Banco Interamericano (BID) adota o termo sociedade civil e o Banco Mundial passa a usá-lo em substituição ao termo ONG.

Fica claro no citado documento do Banco Mundial a busca e a consolidação de uma parceria entre a sociedade e o Estado. Essa parceria está baseada em resultados e conjuga autonomia, flexibilidade e responsabilidade na gestão. Desse modo, ao Estado cabe assumir o financiamento total ou parcial das ações e às organizações sociais qualificadas para tanto cabe absorver a prestação desses serviços, ficando estas últimas responsáveis pelos resultados pactuados através de contratos de gestão (BARRETO, 1999).

O relatório sobre o desenvolvimento mundial (2000/2001) elaborado pelo Banco Mundial e intitulado “Luta contra a pobreza” afirma que:

É possível conseguir uma redução significativa na privação humana e as forças da integração global e do avanço tecnológico podem e devem ser mobilizadas para servir aos interesses dos pobres. Mas isso dependerá do funcionamento dos mercados, instituições e sociedades, bem como das opções de ação pública no âmbito mundial, nacional e local (BANCO MUNDIAL, 2000, p. v).

A busca de parcerias entre Estado e sociedade civil colocou em destaque as Organizações de Serviço Público não-Estatal, que operam com financiamento do Estado. Pereira (1999) afirma que a conseqüente crise fiscal (definida pela perda de crédito público e

incapacidade do Estado de realizar uma poupança pública que lhe permita financiar políticas públicas), somada à necessidade de formas mais eficientes de administração pública, gerou a necessidade de uma entidade nem privada e nem estatal capaz de executar os serviços sociais, assim como a necessidade de formas de controle social direto sobre a administração pública e o próprio Estado.

A importância das organizações de serviços públicos não estatais que operam na área de oferta de serviços de educação, saúde e cultura com financiamento do Estado é salientada por Pereira em seu trabalho “Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal”. Essa esfera encontra-se dentre as quatro formas de propriedade que o autor considera relevantes no capitalismo contemporâneo. São elas:

- Propriedade pública estatal: subordinada ao aparato do Estado;
- Pública não-estatal: voltada para o interesse público sem fins lucrativos;
- Corporativa: defende o interesse de um grupo ou corporação sem fins lucrativos;
- Privada: voltada para o lucro ou consumo privado.

Para Pereira, essa noção do público não-estatal reforça a importância da sociedade como fonte do poder político e amplia a democracia. Isso não significa, para o autor, que o Estado deixe de ser responsável pelos serviços públicos; pelo contrário, o financiamento público torna-se cada vez mais necessário (PEREIRA, 1999).

Tratando da relação entre Estado e sociedade civil, Giddens defende a ideia de que o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil com o objetivo de fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade. Tal parceria teria como base o que Giddens chama de a nova economia mista, que “busca uma sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados mas tendo em mente o interesse público” (GIDDENS, 1999, p. 79-80).

As Organizações Públicas Não-Estatais, que estabelecem com o Estado uma relação expressa em fomento e fiscalização, possuem para Pereira (1999) inúmeras vantagens:

- Pluralização da oferta de serviços sociais e desenvolvimento do princípio da competição (aumento da qualidade);
- Flexibilização e desburocratização da gestão social (autonomia financeira e administrativa);
- Responsabilidade de dirigentes e participantes pela organização;
- Maximização dos direitos sociais;
- Desenvolvimento da solidariedade, dedicação, flexibilidade, experiência especializada e habilidades específicas.

Pereira (1999), inclui em sua análise alguns desafios que devem ser enfrentados pelas Organizações Públicas-Não Estatais. São eles:

- As regulações não podem atentar contra a diversidade;
- A responsabilidade do Estado, no que se refere à execução de uma política social abrangente e profunda, deve ser preservada;
- O financiamento deve assegurar autonomia das entidades sociais e o uso dos recursos públicos com responsabilidade.

O autor conclui que o espaço para o público não-estatal na produção de serviços sociais e nas formas de controle social será cada vez maior no século XXI. Propõe, assim, a substituição do Estado social burocrático (que realiza de forma monopolista e ineficiente os serviços sociais) e do Estado neoliberal (que se pretende mínimo e renuncia às suas responsabilidades sociais) pelo Estado Social Liberal (PEREIRA, 1999). Pereira propõe um Estado Social Liberal que:

- Proteja os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não-estatais;

- Introduza de forma eficiente a competição e a flexibilidade na provisão dos serviços;
- Seja democrático pelo fato de suas atividades submeterem-se ao controle social.

Para a equipe do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, a reforma do Estado exige a reforma da gestão pública. Assim, foi implementado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado¹³ que visava estabelecer no país uma administração pública gerencial de caráter sócio-democrático e delimitar as funções do Estado, conceituando suas áreas de atuação:

- Núcleo Estratégico - formado pelos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e pelo Ministério Público. Inclui também as Secretarias formuladoras de políticas públicas, as agências executivas e as agências reguladoras. É o setor responsável pelas decisões estratégicas, pela definição das leis e das políticas públicas e pela cobrança de seu cumprimento.
- Núcleo de Atividades Exclusivas - compreende as atividades da Polícia, da Fazenda, da Receita Federal, da Segurança Pública e da Seguridade Social. Tem como atribuição regulamentar, fiscalizar e fomentar.
- Núcleo de Serviços Não-Exclusivos - refere-se às atividades realizadas simultaneamente pelo Estado, pelo setor privado e pelo setor público não-estatal. Compreende as universidades, hospitais, centros de pesquisa, entidades de assistência e outros.
- Setor de bens e serviços para o mercado - compreende as atividades econômicas orientadas para o lucro. Compreende as empresas do setor de infra-estrutura do Estado.

¹³ O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e debatido na Câmara da Reforma do Estado em setembro de 1995. Em novembro de 1995, foi aprovado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

A transferência de serviços “não-exclusivos” do Estado para as organizações sociais ocupou lugar de destaque nas questões da Reforma do Estado. Em documento do MARE de 1997 é ressaltada a importância da descentralização dos serviços: além de ter seus custos reduzidos, o Estado torna-se mais eficiente, uma vez que lhe são retiradas as atividades que podem ser melhor executadas por entidades públicas apoiadas pelo Estado. Assim aparece com clareza, nos documentos do MARE, a proposta de descentralização dos serviços públicos através da institucionalização das entidades da sociedade civil:

descentralizar e melhorar o desempenho gerencial na prestação de serviços públicos na área social, mediante implantação de “Organizações Sociais”, sem vinculação administrativa com o Estado, mas fomentadas com recursos públicos e controladas por contratos de gestão (MARE, 1997, p. 08).

Observa-se, assim, que as propostas de Reforma implicam em uma mudança na relação entre Estado e sociedade civil, mudança que fica delineada através da Lei 9790/99 (a chamada Lei do Terceiro Setor), que cria institucionalmente as “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP). A Lei 9790/99 trouxe duas importantes medidas: criou um novo sistema de classificação institucional — que reconhece as ONGs como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e introduz medidas preventivas contra entidades sem fins lucrativos fraudulentas — e cria o “termo de parceria”. Para o Banco Mundial, este tipo de convênio possibilita que as relações contratuais entre governo e sociedade civil sejam mais ágeis e eficazes (GARRISON, 2000).

A criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público ocorreu em meio a debates e negociações entre atores da sociedade civil e governo federal, e tem recebido inúmeras críticas, que abordam desde as formas de negociação para a elaboração do projeto de lei até as formas estabelecidas para o controle administrativo das verbas destinadas às entidades civis.

Uma questão que merece maior discussão, mas foge dos objetivos dessa dissertação, refere-se ao aspecto da autonomia das organizações da sociedade civil, que recebem

financiamento total ou parcial, através de contrato de gestão. Em que medida, a institucionalização das relações entre Estado e sociedade civil pode comprometer a autonomia das organizações, assim como a capacidade da sociedade civil se organizar e participar da proposição e gestão das políticas públicas? Enquanto organismos criados pela sociedade civil para a defesa e ampliação dos direitos de cidadania, as organizações da sociedade civil não têm sacrificado sua independência? Em que aspectos a responsabilidade do Estado, no que se refere à execução de uma política social abrangente e profunda tem sido preservada? Que transformações significativas têm ocorrido na relação Estado/sociedade civil, a partir das Reformas e da criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público?

O tema é merecedor de amplos debates e pesquisas. Entende-se que o terceiro setor não se compõe unicamente das organizações que, sob a legislação reguladora específica, apresentam determinadas características e cumprem exigências burocráticas para se registrarem como entidade sem fins lucrativos. Algumas questões a respeito do terceiro setor serão discutidas ainda neste capítulo.

Cabe porém destacar que a Reforma Gerencial do Estado, proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e a busca de novas relações entre Estado e sociedade civil, não viabilizou o crescimento e a distribuição de renda e riqueza. A pobreza de natureza estrutural exige soluções de natureza macroeconômica e estrutural que viabilizem programas de expansão de empregos e renda (ABRANCHES, 1989).

Na seqüência, serão discutidas as propostas de economia solidária que têm sido apresentadas como crítica ao individualismo e como opção para parte da população excluída do mercado de trabalho, assim como a relação existente entre o terceiro setor e a economia solidária. Estas fazem parte de um contexto em que o capitalismo transforma as relações de trabalho atuais e propicia o surgimento da informalização, da flexibilização do trabalho e do desemprego, com o conseqüente aumento dos desníveis sociais e da exclusão social.

2.6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Existe um enorme espaço para a difusão de cooperativismo no Brasil. O país já possui 6.094 cooperativas, com 5 milhões de associados e 169.000 empregos diretos. Isso corresponde a 6% do PIB, com um faturamento de cerca de 50 bilhões em dólares (VERAS NETO, 2002). A doutrina cooperativista, tal como formulada pelo economista Sandroni (1999), é bastante relevante e sintetiza a história do cooperativismo:

Doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos em comum. Sua realização prática prevê a criação de cooperativas de produção, consumo e crédito. O cooperativismo pretendeu representar uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo, mas sua origem encontra-se nas propostas dos chamados socialistas utópicos. O iniciador deste movimento foi o inglês Robert Owen, que patrocinou a criação da primeira cooperativa na Europa, a sociedade Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, integrado por tecelões. Na França, o movimento cooperativista representou uma negação do capitalismo e foi incentivado por Charles Fourier, Saint-Simon e Louis Blanc, os quais procuraram organizar cooperativas de produção, principalmente com artesões arruinados pela Revolução Industrial. Mais tarde, em lugar do conteúdo socialista, o cooperativismo adquiriu características mais atenuadas de reforma social, nas formulações de Beatrice Potter Webb, Luigi Luzzatti e Charles Gide. No Brasil, o cooperativismo iniciou-se no final do século XIX, principalmente no meio rural (SANDRONI, 1999, p.132).

Assim, em sua gênese sócio-histórica, o cooperativismo contrapôs-se ao princípio de exploração capitalista e representou uma alternativa tanto ao capitalismo quanto ao socialismo. A relação entre o capitalismo e o cooperativismo é particularmente tensa, pois as estratégias de sobrevivência microscópica devem sobreviver num contexto de instabilidade macroscópica (SOUZA, 2000). Para o autor, há uma dialética intrínseca ao movimento cooperativo.

Ele é, por um lado, limitado e, por outro, detentor de uma força muito potente. Se é verdade que é limitado nas suas aspirações internas diante do ambiente monopolista do movimento do capital, é, ao mesmo tempo, fonte de conflito com este mesmo capital na medida em que é o argumento produtivo concreto capaz de demonstrar que é possível produzir sem a presença do capitalismo. É impossível produzir sem

que um homem, necessária e diretamente, seja explorado por outro (SOUZA, 2000, p. 248).

Analisando a história do cooperativismo no Brasil, Veras Neto (2002) elenca os fatores que contribuíram para o surgimento das cooperativas no final do século XIX e que estiveram associados a circunstâncias históricas:

- A situação sócio-econômica criada com a abolição da escravatura;
- A proclamação da República que propiciou, em fins de 1889, um ambiente mais favorável à liberdade de associação (surgem as primeiras organizações efetivamente intituladas sociedades cooperativas);
- A Constituição Republicana de 1891, que assegurou a liberdade de associação e o início da legislação sobre o associativismo por parte do Estado.

Menegasso (2000) salienta que a partir da década de 70 é introduzido no Brasil o conceito de “economia solidária”.

Ela inclui os grupos de produção comunitária, vendas comunitárias, autogestão, cooperativas de trabalho e grupos de trocas, entre outros. Comporta organizações que realizam atividades econômicas marcadas sobretudo por um objetivo social, pela predominância do princípio de reciprocidade, contrariamente à economia de mercado, onde predomina o intercâmbio comercial. Ela ainda define uma forma de economia marginal. É importante lembrar que estas novas formas organizacionais estão sendo consideradas novos espaços, novas formas de geração de trabalho e renda, construídas a partir de uma lógica associativa e não economicista (MENEGASSO, 2000, p.13).

Para Magalhães (2002), no Brasil, ao longo de quase todo o século XX, o cooperativismo esteve vinculado a projetos políticos burgueses, não estabelecendo qualquer articulação com a realidade imediata dos trabalhadores.

O marco jurídico do cooperativismo é estabelecido a partir da lei 5.764/71. As sociedades cooperativas, segundo esta lei, constituem-se de pelo menos vinte pessoas físicas, que são os verdadeiros donos da cooperativa e portanto são os responsáveis pela tomada de decisões dentro da mesma. Os cooperados, dentro do que a legislação estabelece, devem

assumir cinco funções: realizar o planejamento, tomar decisões, determinar a execução, controlar as ações da cooperativa e avaliar os resultados.

Analisando a evolução dos fundamentos legais do cooperativismo, Perius (2002) conclui que o ordenamento jurídico das sociedades cooperativas brasileiras se divide em três fases: a primeira vai de 1903 a 1938 e corresponde à fase da constituição do ordenamento; a segunda, que se estabelece entre 1938 e 1988, corresponde à fase intervencionista do Estado e a terceira fase, caracterizada como autogestionária, é inaugurada a partir da Constituição de 1988. É a partir da Constituição Federal de 1988 que, segundo Perius (2002), as cooperativas alcançam autonomia e buscam implementar a autogestão.

Alguns autores argumentam que foi somente nos anos 1990, quando se percebeu que os excluídos do mercado de trabalho brasileiro não seriam incorporados por nenhum dos projetos de desenvolvimento econômico até então em debate, que se promoveu o reencontro do cooperativismo com a proposta política da classe trabalhadora.

Embora exista ainda uma imprecisão conceitual no que se refere às expressões economia social, economia solidária, economia popular e economia popular solidária, a terminologia economia solidária tem sido adotada no Brasil¹⁴.

Neste trabalho, será utilizada a expressão economia solidária, que é definida por Singer, (1999^a) como a forma de organizar produção e/ou distribuição que adota o princípio da democracia na tomada de decisões e da eqüanimidade (justiça) na distribuição dos resultados.

Muitas questões têm sido levantadas a respeito da economia solidária. Questiona-se se o termo define uma prática pontual e de dimensão apenas microeconômica ou se é possível falar de um projeto que objetiva promover, de forma sustentável, as pessoas e coletividades sociais a sujeitos dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas,

¹⁴ Sobre essas diferentes categorias, ver Lisboa (2000a), Menegasso (2000), Andion (199?) e Gaiger (2000).

preservar a natureza e o meio ambiente, visando à suficiência em resposta às necessidades de todos. Questiona-se se a economia solidária está orientada apenas para diminuir os problemas gerados pela globalização neoliberal ou se tem a vocação de constituir-se no fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento humano plural, sustentável e socialmente justo. Questiona-se se há contradições e conflitos em seu interior ou se é possível a pura solidariedade. Questiona-se de que modo se pode conviver com o capitalismo sem ser integrado ou absorvido por ele. Questiona-se como tratar a questão da solidariedade numa sociedade imbuída de valores consumistas e mercantilistas e como difundir a proposta de se viver em redes de economia solidária. Questiona-se se a solidariedade entre cidadãos livres pode ser um princípio econômico em oposição ao princípio liberal, que só reconhece o mercado e a competição. Ou ainda, como se pode falar em comunidade e valorizar as pessoas numa sociedade que multiplica os excluídos¹⁵.

Enfim, pode-se observar inúmeras questões e preocupações levantadas nos fóruns de discussão sobre a temática da economia solidária e sobre a necessidade de se realizar investigações sobre as organizações que desenvolvem um projeto — não apenas econômico, mas social e político — centrado na valorização do trabalho, do saber e da criatividade humana.

A discussão sobre economia solidária tem sido inserida nos debates da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Em seu 7º Congresso Nacional, a CUT aprovou como uma de suas estratégias a construção de uma economia solidária. Dentre as tarefas da CUT nesta área estão: o combate ao falso cooperativismo, o incentivo à organização dos desempregados, a luta pela criação de linhas de crédito e políticas públicas, a realização de mobilizações conjuntas em defesa do emprego, a implementação de um programa de educação em

¹⁵ Estas e muitas outras questões foram levantadas durante o Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2001, dentro do eixo temático “Produção de riquezas e reprodução social”.

economia solidária e a atuação na construção de um novo cooperativismo através da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)¹⁶ (CUT, 1999).

De acordo com o diagnóstico do Projeto de Desenvolvimento Solidário da CUT,

A acelerada expansão da precarização do trabalho e o aumento estrutural das taxas de desemprego aberto levarão cada vez mais pessoas e/ou grupos em situação de risco ou excluídos do mercado de trabalho, a buscarem formas alternativas de sobrevivência, pois o mercado formal de trabalho estará cada vez mais restrito (CUT, 1999, p. 4).

As organizações de economia solidária se contrapõem à onda privatista e privatizante ao criticar a racionalidade do lucro e a exploração do trabalho. O professor Paul Singer, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, lidera um grupo de cooperativa, cuja característica mais marcante é estabelecer uma crítica ao capitalismo e tentar a cooperativa como alternativa ao desemprego e a exclusão. Na economia solidária, os valores de solidariedade, democracia, autogestão e autonomia devem se sobrepôr aos valores do capital; devem coexistir com o mercado capitalista e, ao mesmo tempo, criticá-lo. Analisando as possibilidades das organizações de economia solidária, Singer assim as retrata:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente (SINGER, 2000, p.138).

As organizações de economia solidária se distinguem, de acordo com Singer (2002), por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre seus membros mediante a prática da

¹⁶ A Agência de Desenvolvimento Solidário foi criada com o objetivo de gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social sustentável, democratizar o crédito através de um Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, promover a educação permanente dos trabalhadores para a economia solidária, sistematizar e construir novos conhecimentos empíricos e teóricos no campo da economia solidária, organizar redes de economia solidária e viabilizar a inserção dos empreendimentos econômicos solidários no mercado, formular propostas para a criação de leis e de políticas públicas para a economia solidária e difundir os princípios da economia solidária na sociedade (MAGALHÃES, 2002).

autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

O princípio da autogestão, que caracteriza as organizações de economia solidária, refere-se ao poder compartilhado e à natureza democrática das tomadas de decisão. Para Albuquerque (2002), o conceito de autogestão não se refere a uma simples modalidade de gestão; ele possui um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico). Para o referido autor, duas determinações essenciais do conceito de autogestão podem ser identificáveis. A primeira é “superar a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa” e a segunda é a “autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição e escolha do que fazer” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 24).

Sob estes aspectos, a essência da autogestão na economia solidária “está fundada na repartição do poder, na repartição do ganho, na união dos esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 25).

As organizações de economia solidária, para Andion (1997), possuem traços comuns:

- Possuem um objetivo social onde prevalece a lógica solidária;
- Criam uma relação social de proximidade que gera sentimento de identificação e pertencimento à coletividade;
- Incluem formas plurais de trabalho compostas de assalariados, voluntários e outros parceiros;
- Contam com a participação de diferentes atores na gestão interna e na construção da oferta e da demanda dos bens e serviços;

- Pressupõem a utilização de diferentes recursos, como os recursos de mercado (provenientes da comercialização de bens e serviços), recursos não-mercantis (provenientes de financiamentos do Estado e de outras instituições) e recursos não-monetários (provenientes da solidariedade e do voluntariado).

A cooperação é outro traço fundamental observado nas organizações de economia solidária e “significa tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um(a) do(a)s participantes” (TIRIBA, 2002, p. 48).

Embora a literatura demonstre que as organizações de economia solidária possuem traços comuns, é preciso reconhecer as formas específicas de cooperação, autogestão e solidariedade que são desenvolvidas de acordo com a história, a cultura e o espaço ambiental de cada uma das organizações; procura-se, assim, respeitar a diversidade destas organizações e suas diferentes práticas e processos de cooperação e gestão. Todavia, a lógica da economia solidária parece se consolidar pela utilização da democracia na tomada de decisões e pela equanimidade na distribuição dos resultados. Ela desponta como alternativa à ampla fragmentação e desestruturação do trabalho e ao desemprego estrutural, como uma alternativa individual e coletiva de sobrevivência e de desenvolvimento humano e como instância da prática da cidadania para uma parcela da população que foi excluída ou que nunca conseguiu ingressar no mundo do trabalho assalariado.

Falar de economia solidária não é o mesmo que falar de economia informal. Embora apresentem características similares, é possível distinguir a economia popular da economia informal. Icaza e Tiriba (2002) argumentam, com muita propriedade, que a racionalidade da economia popular se contrapõe à racionalidade econômica capitalista. Para as referidas autoras, uma análise sob essa perspectiva “permite entender os limites das leituras que percebem as iniciativas dos setores populares apenas no sentido de experiências da ‘economia informal’ ou ‘submergida’ ou mesmo ‘ilegal’” (ICAZA e TIRIBA, 2002, p. 104).

Observa-se no Serviço Social a existência de uma deficiência teórica relacionada às organizações de economia solidária. São organizações que se diferenciam das instituições filantrópicas e beneficentes (que não estabelecem, em sua grande maioria, uma parceria com o Estado que implique em recebimento financeiro) e que ainda estão muito distantes das organizações de mercado (que se voltam para a exploração dos trabalhadores e a obtenção de lucro). Elas não se “conformam” às teorias adotadas pelas organizações de mercado; estão longe dos mecanismos de burocratização tradicionais; caracterizam-se pela democracia, flexibilidade, autonomia, envolvimento e comunicação entre os participantes (MENEGASSO, 2000).

Estas organizações, em geral, diferem bastante dos modelos estruturais e das práticas empregadas pelas burocracias. Existe uma preocupação com o efetivo resgate da condição humana. Autenticidade, respeito à individualidade, dignidade, solidariedade, afetividade, são alguns dos aspectos mais marcantes (SERVA, s.d.).

As atividades desenvolvidas por essas organizações não são motivadas pela idéia da maximização do lucro e não estão totalmente sujeitas ao mercado e a controles burocráticos; nelas os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas têm grande peso (LISBOA, 2000a)¹⁷. As formas de organização social para o processo produtivo, que repousam na apropriação coletiva dos meios de produção, na autogestão e no trabalho associado, rompe com a prática individualista e possibilita a geração de trabalho e renda e a melhoria das condições de vida daquela parcela da população que foi excluída social e economicamente; trata-se de um modo de produção em cujo âmago está o valor da solidariedade, tanto no interior de cada empreendimento, quanto nas relações exógenas destes (LISBOA, 2000a).

¹⁷ Um dos componentes essenciais da economia popular solidária é o seu caráter marcadamente geográfico. Trata-se de uma economia comprometida com seu entorno, principalmente (e em primeiro lugar) com a comunidade na qual está inserida e que utiliza fundamentalmente os recursos localmente disponíveis (LISBOA, 2000).

Cabe ressaltar a preocupação de Singer (1999b) com os tipos de cooperativas que precisam ser criadas no quadro da economia solidária como alternativa ao neoliberalismo. Para o autor é necessário distinguir entre o cooperativismo tradicional e o novo cooperativismo, que traz a necessidade de enfrentar o neoliberalismo e a atual crise das relações de trabalho. O novo cooperativismo, para Singer (1999b), se opõe à devastação que a globalização ocasiona no seio da classe trabalhadora.

Observa-se que o novo cooperativismo salientado por Singer tem se desenvolvido a partir de instituições de apoio que se tornam fundamentais para o desenvolvimento dessas experiências. Essas instituições podem ser agrupadas em três grupos: aquelas ligadas ao movimento cooperativo tradicional e às associações rurais, aquelas ligadas a organizações religiosas ou a movimentos sociais e aquelas ligadas às instâncias governamentais. Tratar-se-á, a seguir, da relação que tem se estabelecido entre as organizações de economia solidária e as organizações do terceiro setor.

2.7 TERCEIRO SETOR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O aumento da participação da sociedade no tratamento das seqüelas da exclusão social, econômica, política e cultural das classes subalternas é considerado a razão da emergência e/ou expansão do terceiro setor, entendido como o conjunto de instituições, organizações não-governamentais (ONGs) e Fundações que, desempenhando funções públicas, encontram-se entre o Estado e o mercado, sem declarar fins lucrativos. Fala-se de aumento da participação por se considerar que, historicamente, a sociedade civil sempre teve um papel de intervenção nas seqüelas da exclusão social. As associações voluntárias por exemplo, antecedem o surgimento do Welfare State, e estiveram sempre presentes nas comunidades, em estreita relação com as organizações religiosas e étnicas, principalmente.

Analisando o mito que considera as organizações sem fins lucrativos essencialmente novas na maior parte do mundo, Salamon (1998) resgata a presença de atividade voluntária organizada na Antigüidade na China, no Japão e na Europa Oriental. No Brasil,

As formas tradicionais de solidariedade social fundadas nas relações de parentesco e nos laços comunitários sempre se mantiveram vivas. Num contexto de políticas sociais ineficientes e excludentes, elas sempre ocuparam um lugar decisivo na sobrevivência da população carente (LISBOA, 2000b, p. 4).

Como já foi visto nos capítulos anteriores, alguns aspectos da conjuntura nacional e internacional, em conjunto com as transformações nas relações de trabalho, geraram o desemprego e a precarização dessas relações, aumentaram a pobreza e a exclusão social e criaram condições para novos relacionamentos entre Estado e sociedade civil.

Não é o objetivo deste trabalho, embora já se tenha levantado alguns aspectos nos capítulos anteriores, esgotar os diversos fatores que decerto contribuíram para o crescimento do terceiro setor¹⁸ e nem elencar as debilidades teóricas que o termo terceiro setor carrega¹⁹. O que importa no momento é a constatação da diminuição do papel do Estado e do crescimento do papel das organizações da sociedade civil, que são chamadas a intervir nas seqüelas da exclusão social e a estabelecer parcerias tanto com o Estado quanto com o mercado.

No Brasil, como já foi mencionado, o termo sociedade civil ganhou importância durante os últimos anos do regime militar, na década de 80, quando se referia aos grupos que se opunham ao regime político vigente. Já o termo terceiro setor teve origem nos Estados Unidos nos anos 70 e foi popularizado por cientistas sociais como Alan Wolfe e Lester Salamon, que faziam referência ao tripé formado por governo (primeiro setor) e economia ou

¹⁸ O notável crescimento do terceiro setor deve-se, segundo Salamon (1998), a quatro crises (crise do moderno Welfare State, crise do desenvolvimento, crise ambiental global e crise do socialismo) e a duas mudanças revolucionárias (revolução nas comunicações e crescimento econômico).

¹⁹ Montañó, em seu trabalho “Terceiro setor e a questão social”, faz uma extensa análise das fragilidades teóricas do termo terceiro setor.

mercados (segundo setor), aos quais se soma o setor social (terceiro setor). É a partir dos anos 1980 que o termo passa a ser utilizado também por pesquisadores europeus, que buscam na expressão terceiro setor uma alternativa para as desvantagens do mercado (associadas à maximização dos lucros) e também para as desvantagens do governo (associadas à burocracia inoperante). Esses autores identificam no terceiro setor a capacidade de combinar a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública; este setor tem um caráter mais abrangente do que os outros dois por englobar entidades beneficentes, associações culturais e fundações empresariais (COELHO, 2000).

Analisando o crescimento do terceiro setor, Salamon (1998, p. 5) assinala que

O crescimento do Terceiro Setor decorre de várias pressões, demandas e necessidades advindas das pessoas, como cidadãos, das instituições e até dos próprios governos. Ele reflete um conjunto nítido de mudanças sociais e tecnológicas, aliado à contínua crise de confiança na capacidade do Estado.

No Brasil, o termo terceiro setor aparece pela primeira vez nos escritos de Rubem César Fernandes e Leilah Landim. Para Fernandes (1994), o terceiro setor diz respeito a um conjunto de organizações e iniciativas privadas que não geram lucros e respondem a necessidades coletivas; tais organizações visam, portanto, a produção de bens e serviços públicos. Na América Latina, afirma Fernandes, o terceiro setor é designado através de uma fórmula negativa: não-governamental e não-lucrativo. Essa dupla negação sugere, paradoxalmente, que há algo em comum entre o terceiro setor, o Estado e o mercado. Embora não fazendo parte do governo, o terceiro setor cumpre, assim como o Estado, uma função eminentemente pública e, embora não fazendo parte do mercado, ou seja, não sendo lucrativo, como ele as organizações deste setor são independentes e autogeridas (FERNANDES, 1994).

Para Drucker (1997, p. 03), a dupla negação (que reúne os qualificativos “sem fins-lucrativos” e “não-governamentais”) mostra o que estas organizações têm em comum: diferentemente do governo, que tem a função de controlar, e do mercado, que fornece bens e

serviços, o terceiro setor não fornece bens ou serviços e nem controla. Seu “produto” é um “ser humano mudado”. De acordo com o autor, “a organização sem fins lucrativos, existe para provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade”.

Para Landim (1993), muitas organizações do terceiro setor estão se distanciando do caráter privado e não-governamental e se aproximado das organizações paraestatais, por terem sido instituídas pelo Estado.

A literatura mostra que o termo terceiro setor é foco de inúmeras conceituações e interpretações; trata-se de um espaço ainda indefinido em que se dá uma crescente disputa de significados.

Salamon (1998) chama atenção para o fato de que as

Organizações sem fins lucrativos são incrivelmente diversificadas e analisar seu acelerado crescimento no âmbito mundial não é tarefa fácil. A falta de dados sistemáticos, as variações terminológicas e a grande gama de papéis que desempenham tornam essas organizações difíceis de serem identificadas em cada lugar, dos inúmeros em que elas vêm emergindo. Sérios problemas de definição conceitual combinam-se com o variado tratamento jurídico que essas organizações recebem nas estruturas legais nacionais (SALAMON, 1998, p. 6).

O que parece comum na conceituação dos diferentes autores é que o terceiro setor trata das instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem o propósito de atender o interesse público (THOMPSON, 1997; BAVA, 2000).

Domènech et al. (1998) avisa ser tarefa difícil fazer uma definição de organizações não-lucrativas que seja do agrado de todos mas, considerando as características que lhes são comuns, o autor assim define as organizações não-lucrativas:

Una asociación u organización no lucrativa es una entidad constituida para prestar un servicio que mejore o mantenga la calidad de vida de la sociedad; formada por un grupo de personas que aporta su trabajo voluntario; no dedicada al lucro personal de ninguno de sus miembros/socios/fundadores; y que no tiene carácter gubernamental (DOMÈNECH ET AL. ,1998, p. 32).

Por reunir instituições muito diversas, o terceiro setor constitui um campo dialético e contraditório, onde se produz um choque de valores e tendências; seu “sucesso” dependerá da

democratização das instituições que regulam a vida social e da redefinição de seus objetivos a favor da equidade e da justiça social (THOMPSON, 1997). Entende-se que é a partir da constante redefinição de seus objetivos que o terceiro setor poderá assumir seu papel complementar e cooperar para a construção de uma proteção social universal. Cabe ressaltar que a constante redefinição dos objetivos em favor da equidade e da justiça social é extremamente relevante em face das dificuldades encontradas pelas organizações no que se refere à captação de recursos e à autonomia.

Analisando o papel do terceiro setor na sociedade civil, Bava argumenta:

A força do Terceiro Setor reside na capacidade de mobilização dos cidadãos e da sociedade civil organizada, na força e legitimidade de suas instituições, na afirmação de uma sociedade solidária, em que possam estar articulados em alianças distintos atores sociais que se mobilizam conjuntamente em defesa do interesse público (BAVA, 2000, p. 50).

A idéia de que o terceiro setor é capaz de mobilizar cidadãos em busca de direitos sociais e políticas públicas universais é combatida por alguns autores. Entre eles pode-se destacar a posição de Carlos Montaña, que realiza em seu trabalho “Terceiro Setor e a questão social” um estudo crítico sobre o terceiro setor. Para o autor,

O debate do “terceiro setor” desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, no caso, promovendo a reversão dos direitos da cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória (MONTAÑO, 2002, p. 19).

Montaña (2002, p. 22) ressalta que o terceiro setor pressupõe a “um novo padrão para a função social de resposta às seqüelas da ‘questão social’, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda mútua”. Quando se retira do Estado a responsabilidade de intervir na “questão social”, continua Montaña, a dimensão de direito universal do cidadão no que se refere às políticas sociais de qualidade fica esvaziada.

Analisando as debilidades teóricas do termo terceiro setor, assim como as abordagens hegemônicas sobre o mesmo, Montaño salienta a necessidade de se analisar o conceito de terceiro setor a partir da totalidade histórica.

A partir das mudanças da realidade contemporânea, promovidas pelo embate desigual entre o projeto neoliberal e as lutas dos trabalhadores, verdadeiras transformações estão se processando nas respostas da sociedade à chamada “questão social” e suas refrações (MONTAÑO, 2002, p. 183).

O fenômeno que traduz um novo padrão de resposta à questão social deve ser interpretado, segundo Montaño(2002, p. 184), “como ações que expressam funções a partir de valores”. Assim, para o autor,

O que é chamado “terceiro setor”, numa *perspectiva crítica e de totalidade*, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: *um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua* (MONTAÑO, 2002, p. 186, grifos do autor).

Fica configurada, dessa forma, segundo o autor, uma nova modalidade de abordagem da questão social, modalidade que objetiva “acabar com a condição de *direito* das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter *universalista*, com a *igualdade de acesso*, com a base de *solidariedade e responsabilidade social e diferencial*” (MONTAÑO, 2002, p. 189, grifos do autor).

Analisando as respostas da sociedade à chamada questão social, em uma perspectiva de totalidade histórica, torna-se necessário resgatar a relação entre o público e o estatal. Durão (2002) ressalta que é preciso pensar em uma esfera pública ampliada, rejeitando a redução do público ao estatal. Para o autor, é legítimo e necessário o acesso das organizações da sociedade civil aos fundos públicos, assim como o controle social dos mesmos. O acesso das organizações da sociedade civil aos fundos públicos tem sido defendido pela ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) e, embora essa questão não

possa ser aprofundada neste trabalho, trata-se de um tema extremamente instigante para a pesquisa e para as discussões sobre o futuro do terceiro setor.

Para Salamon (1998), a evolução do terceiro setor dependerá de como serão compreendidos os mitos e as percepções a seu respeito. O autor se refere ao mito da virtude pura (um certo romantismo permeia a percepção da capacidade que o terceiro setor tem de mudar a vida das pessoas), ao mito do voluntarismo (a crença de que organizações sem fins lucrativos dependem principalmente, ou até exclusivamente, da ação privada voluntária e do apoio filantrópico) e ao mito da imaculada concepção (a falsa percepção de que as organizações sem fins lucrativos são essencialmente novas na maior parte do mundo). A tarefa para o terceiro setor é “encontrar um *modus vivendi* com o governo que propicie suficientes suportes legal e financeiro, preservando grau significativo de independência e autonomia” (SALAMON, 1998, p. 11).

A partir do breve levantamento bibliográfico realizado sobre o tema, pode-se constatar que o terceiro setor é composto tanto por organizações que desenvolvem ações pontuais, assistenciais e emergenciais (mas nem por isso menos relevantes), como por organizações que lutam por democratização, garantia e ampliação dos direitos sociais e por caminhos alternativos na área da produção. Semeraro (1999, p. 15), ao analisar a expansão e a diversidade das formas associativas que hoje despontam no Brasil, afirma que “a força da imaginação, o espírito de iniciativa e de responsabilidade que derivam dessas experiências interativas podem desencadear processos de inovação cultural e disseminar formas educativas capazes de renovar profundamente o Brasil”.

Parecem acertadas as reflexões de Oliveira (2000, p. 40), para quem

As organizações que se instauram na sociedade civil devem ser incentivadas a desenvolver sua capacidade de fazer política numa perspectiva de publicizar os conflitos, armar os interlocutores sociais de argumentos, de diagnósticos de carências, de denúncia das graves lacunas e de imprimir uma nova racionalidade de valores (OLIVEIRA, 2000, p. 40).

Analisando as organizações do terceiro setor como espaço para a carreira do administrador, Jordan (1997) afirma:

É possível concluir que o Terceiro Setor ainda tem muito para crescer, em tamanho, em conhecimento, em profissionalização, em número de funcionários contratados e principalmente em número de pessoas atendidas, em número de projetos executados com sucesso e também no aumento da qualidade de vida da população. Logo, cada vez mais profissionais, dentre eles administradores, serão contratados por essas organizações e conseqüentemente o Terceiro Setor será um campo que constituirá uma ótima oportunidade de carreira para esses profissionais (JORDAN, 1997, p. 15).

Estabelece-se, dessa forma, a necessidade e o desafio do reconhecimento e do conhecimento das novas formas organizacionais que se instauram na sociedade, particularmente das organizações que se distanciam de qualquer concepção liberal e se voltam para a assunção de ações pautadas por princípios éticos e políticos, relacionadas a projetos sociais que intervêm nas seqüelas da exclusão social, econômica, política e cultural das classes subalternas, e que visam o interesse público, o atendimento das demandas sociais e o resgate da cidadania numa perspectiva de garantia dos direitos sociais.

Nesse momento, é necessário e conveniente articular os conceitos de terceiro setor e economia solidária, assim como levantar alguns aspectos da polêmica que discute atualmente se as organizações de economia solidária pertencem ou não ao terceiro setor.

Essa discussão pode ter se originado da influência que teve no Brasil a vertente francesa, que considera a economia social como associada à economia solidária. A economia social é comumente definida como um conjunto de organizações cujas atividades produtivas respondem aos princípios da livre adesão, da democracia interna, da lucratividade limitada, do respeito em relação à dimensão humana da atividade e da solidariedade. Percebem-se assim pontos de congruência entre a economia solidária e a economia social.

A partir de um estudo bibliográfico, pode-se considerar que esse debate e as controvérsias que ele traz se justificam em função, primeiramente, do fato que as organizações de economia solidária desenvolvem valores e práticas semelhantes aos

desenvolvidos pelas organizações do terceiro setor, isto é, de respeito à dignidade, solidariedade, afetividade, justiça, equidade e participação, entre outros. A comunhão desses princípios e a intersecção de características pode levar a uma equivocada visão de que economia solidária e terceiro setor possuem a mesma natureza e desempenham os mesmos papéis.

Além da comunhão desses princípios, as organizações pertencentes ao terceiro setor e as organizações de economia solidária são organizações não-estatais que buscam a autonomia.

Um ponto que deve ser destacado diz respeito ao caráter não-lucrativo do terceiro setor. A não-lucratividade do terceiro setor é consensual dentro da literatura que trata do assunto; todavia, embora se possa dizer que as organizações de economia solidária não objetivam a maximização dos lucros, elas possuem fins lucrativos a partir do momento em que objetivam a geração de renda para os cooperados. Entretanto, a racionalidade que permeia tanto as organizações do terceiro setor como as de economia solidária é não-estatal e não-mercantil.

Para Coelho (2000), no terceiro setor é possível encontrar organizações que defendem interesses coletivos (que se referem a um determinado grupo) e, muitas vezes, interesses públicos (entendidos como aqueles que se referem ao conjunto da sociedade).

Segundo Franco (1997, apud Coelho, 2000), nem todas as entidades pertencentes ao terceiro setor possuem fins públicos. Algumas possuem fins coletivos privados, uma vez que não produzem bens ou serviços de caráter público ou de interesse geral da sociedade.

No entendimento desta pesquisadora, o fim público das organizações de economia solidária descortina-se quando essas organizações visam recuperar a dignidade, a democratização das relações de trabalho e o resgate da cidadania; possuem fim público quando produzem bens ou serviços que interessam à sociedade como um todo (as

experiências dos recicladores e o serviço que produzem é a clara expressão da importância do trabalho que realizam a favor da sociedade como um todo) e se voltam para o fim coletivo quando objetivam a geração de emprego e renda especificamente para os indivíduos que compõem essas cooperativas.

Maria da Glória Gohn, em seu trabalho “O novo associativismo e o Terceiro Setor”, de 1998, analisa o cenário da participação e da organização popular nos anos 1990, ressaltando que as ações coletivas não mais se fundam na simples contestação-pressão, como nos anos 70, mas buscam criar espaços de articulação entre a sociedade e os órgãos públicos. Para Gohn, nos anos de 1990, as ONGs constituem um universo próprio no cenário organizativo, com inúmeras formas de expressão e com diversas posições no espectro ideológico-político. Elas passam a enfrentar a mais grave crise econômico-financeira desde que foram criadas, e passam a buscar a auto-suficiência financeira a partir da incrementação ou construção de caminhos no setor da produção. A autora ressalta ainda que o crescimento das ONGs é um fenômeno mundial, sendo que o terceiro setor já está sendo caracterizado como uma área estratégica na economia. Para a autora, além de atuar na área da economia informal e gerenciar milhares de empregos, o terceiro setor começa a se fazer presente na economia formal, por meio de cooperativas de produção que atuam em parceria com programas públicos.

O trabalho cooperativo tem sido apontado como uma das saídas para a crise do emprego na economia formal, no mundo contemporâneo. O setor informal se expande criando uma nova economia, a social, articulada sob novas regras de contrato social, baseada em redes de solidariedade (GOHN, 1998, p. 21).

Não se pretende esgotar aqui todas as contradições que se manifestam no bojo dessa discussão, mas apenas levantar alguns aspectos que possam cooperar para o amadurecimento do tema, uma vez que as características dessas organizações ainda não foram suficientemente estudadas.

Entende-se que a principal relação que se estabelece entre o terceiro setor e a economia solidária está no fato de que as organizações do terceiro setor podem desempenhar um papel fundamental na conformação e no crescimento dos empreendimentos econômicos solidários. Para Gaiger (2000), o crescimento da economia popular solidária se deve à ação contínua das organizações do terceiro setor. No Brasil, o autor destaca que “o atual surto de solidarismo econômico decorre, em boa medida, do trabalho persistente de instituições e agências autônomas frente ao Estado e sem ânimo de lucro” (GAIGER, 2000, p. 22).

A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que é uma organização do terceiro setor criada com o objetivo de gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário, é um exemplo do importante papel desempenhado pelo terceiro setor, como incubador de experiências de economia solidária.

No Brasil, destacam-se ainda os órgãos ligados à Igreja, como a Cáritas e a Fase (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), os movimentos pela reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as agências formadas pelo movimento sindical urbano, como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), além de universidades que se integram desde 1995 em uma rede própria denominada Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP)

Outra relação entre terceiro setor e economia solidária, já salientada acima, está na evidência de que ambas desenvolvem valores semelhantes e exigem uma gestão social própria. Dessa maneira, as questões levantadas sobre a gestão social e as competências dos profissionais de Serviço Social nas organizações de economia solidária podem ser apropriadas pelas organizações que compõem o terceiro setor; em muitos momentos desta pesquisa, as organizações de economia solidária e organizações de terceiro setor foram analisadas lado a lado.

2.8 GESTÃO SOCIAL

As tremendas mudanças que caracterizam a nova era, assim como as atuais demandas do mundo do trabalho, exigem que se pense sobre as modalidades de gestão e sobre os tipos de gestor que correspondem às “exigências da época” (NOGUEIRA, 1998). Neste sentido, o gestor público precisa ser técnico e político; precisa ser um profissional da articulação:

Precisam se converter em líderes, especialistas tecnopolíticos capacitados para pesquisar, negociar, aproximar pessoas e interesses, planejar, executar e avaliar. Devem se transformar em profissionais competentes para pensar a crise, os movimentos da economia, da cultura e da política, a dinâmica dos grupos, dos indivíduos, e da comunidade (NOGUEIRA, 1998, p. 190,191).

Profissionais que estejam habilitados tanto para compreender as novas determinações do Estado e da sociedade quanto para adotar renovados estilos de trabalho, tanto para o manejo e a seleção de volumes crescentes de informações quanto para a negociação com múltiplos atores socioinstitucionais e a dinamização do processo decisório (NOGUEIRA, p. 194).

Entende-se que as características do gestor público levantadas por Nogueira devem servir de base para se discutir a gestão social desenvolvida pelo Serviço Social junto às organizações do terceiro setor e às de economia solidária, uma vez que a preocupação com a gestão não é exclusiva das empresas privadas ou das administrações públicas.

O campo da gestão nas organizações de economia solidária deve superar a visão que considera a gestão social como um equivalente dos processos administrativos meramente burocráticos, normalmente atribuído a profissionais de outras áreas com sólida formação e domínio de técnicas administrativas. O gestor social deve não apenas incorporar técnicas administrativas, mas desenvolver sua capacidade de articulação política e social. Deve, como salienta Nogueira, ser um profissional da articulação, num tipo de operação onde ganham peso os processos de participação social e política.

Considera-se, assim, que a gestão social desenvolvida pelo Serviço Social deve pressupor a compreensão, por parte dos assistentes sociais, das novas determinações do

Estado e das novas configurações da sociedade civil dentro de um contexto político e econômico. Têm-se o desafio, como já foi salientado, de buscar elementos para a inteligibilidade da realidade, das novas questões que emergem e das atuais perplexidades do pensamento contemporâneo. Com essa preocupação foram resgatados aspectos da crise do Welfare State, da Reforma do Estado, da globalização da economia e internacionalização do mercado, do enfraquecimento do modelo do Estado-Nação, do crescimento das organizações da sociedade civil e das mudanças no campo da organização do trabalho. É nesse contexto que as atuais demandas do mundo do trabalho requerem um trabalhador cidadão com habilidades e capacidades mais abrangentes.

Cabe ressaltar que a proposta de se discutir a gestão social nas organizações de economia solidária não objetiva estabelecer um modelo acabado de gestão social pois, como já foi mencionado anteriormente, as organizações possuem realidades específicas e um modelo de gestão é o resultado da articulação entre dimensões técnicas, políticas e sociais.

Entende-se que a gestão social se refere à gestão das demandas e necessidades dos cidadãos (Carvalho, 1999) através de um processo descentralizado e participativo. É na sociedade civil que nascem as demandas e necessidades que posteriormente comporão a agenda estatal, sendo portanto fundamental a discussão sobre a gestão das ações desenvolvidas por organizações de economia solidária e sobre a gestão das ações do terceiro setor no que se refere ao tipo de racionalidade necessário para que se garantam processos descentralizados e participativos.

As organizações do terceiro setor e as de economia solidária possuem um diferencial em relação aos valores que as permeiam. Domènech et al. (1997), em uma primeira aproximação dos valores defendidos pela maioria das organizações não-lucrativas, destaca os seguintes:

La tolerancia, la libertad, la justicia, el compromiso, la igualdad, la responsabilidad, el humanismo, el civismo, la amistad, la participación, la paz, la no violencia, la

solidaridad, el respeto al multiculturalismo, el respeto al medio ambiente y la calidade de vida (DOMÈNECH et al., 1997, p. 36).

Esses valores, que são comuns às organizações do terceiro setor e às de economia solidária, estabelecem a necessidade de uma gestão que permita que as organizações tenham impacto na sociedade em transformação constante e contribuam para sua governabilidade e para o aprofundamento da democracia (DOMÈNECH et al., 1997).

A questão dos valores e a relação entre a racionalidade instrumental e a substantiva parece ser um dos maiores desafios na construção da gestão no terceiro setor e nas organizações de economia solidária. Em seu trabalho “A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa”, de 1997, Serva elenca e analisa alguns processos organizacionais sob o ponto de vista de sua racionalidade substantiva ou instrumental. A partir de sua pesquisa, Serva conclui que, na dinâmica do cotidiano das organizações de economia solidária, manifesta-se tanto a razão substantiva quanto a razão instrumental. “Os comportamentos dos membros de um grupo produtivo não são retilíneos, suas ações desenrolam-se por meio de trajetos tortuosos, isto é, de avanços e retrocessos nas direções substantiva e instrumental, gerando contradições, estabelecendo contrapontos” (SERVA, 1997, p. 24).

Parte-se do princípio de que, nas organizações de economia solidária, predominam os laços culturais, as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas. Elas contam, portanto, com a participação dos envolvidos no empreendimento, inclusive nas discussões e nas decisões a serem tomadas. Os modelos gerenciais para esse tipo de organização são influenciados por uma racionalidade substantiva que condiciona as pessoas a buscar a emancipação e a auto-realização.

São elementos da racionalidade substantiva os acordos e consensos, o entendimento, a comunicação livre, o julgamento ético, a autenticidade, a honestidade, a integridade e franqueza dos indivíduos nas interações, a liberdade de ação e de expressão, os valores de

solidariedade e o respeito à individualidade e à liberdade. As pessoas que participam das organizações do terceiro setor e das organizações de economia solidária compactuam, em sua grande maioria, com os objetivos sociais das organizações às quais pertencem, possuem clareza de sua missão e encontram-se comprometidos com valores emancipatórios (SERVA, 1997).

Por outro lado, as tecnologias aplicadas nas organizações privadas muitas vezes caracterizam-se pela predominância da racionalidade instrumental, voltada para o cálculo, com fins independentes dos meios, êxito, resultados, desempenho, utilidade, rentabilidade e maximização dos lucros. Nelas destaca-se a lógica utilitária, a hierarquia bem definida, a divisão do trabalho parcelada, os controles bem definidos, a busca da eficiência e da eficácia máxima (obsessão por resultados), o caráter formal da comunicação e a ênfase na competência e no mérito. Nessas organizações onde predomina a racionalidade instrumental, busca-se o sucesso individual pautado no cálculo utilitário e no êxito econômico, despreendido da ética (SERVA, 1997).

Reconhece-se, dessa forma, que os modelos gerenciais do terceiro setor e das organizações de economia solidária devem ser marcados predominantemente pela racionalidade substantiva, que possibilita a emancipação do homem e sua auto-realização, permitindo, além disso, o estabelecimento de relações gratificantes, a concretização das potencialidades e a satisfação social. O cotidiano das organizações expressa tanto elementos da razão substantiva, quanto da razão instrumental. Neste sentido, os gestores sociais devem se esforçar para garantir que os elementos da racionalidade substantiva prevaleçam em relação aos elementos da racionalidade instrumental, para que se possa instaurar um modelo de sociedade, pautado especialmente nos valores da emancipação humana; valores que pressupõem a liberdade, a igualdade e a reciprocidade de direitos e obrigações.

É frente a essas contradições que se torna urgente a discussão a respeito da gestão social. Tal gestão deve ser compatível com a realidade das organizações de economia solidária, isto é, deve fazer prevalecer as noções de bem público e de cidadania .

O reconhecimento da cidadania implica a adoção de programas e estratégias voltadas ao fortalecimento emancipatório (empowerment) e à autonomização dos grupos e populações-alvo das ações públicas. Uma pedagogia emancipatória põe acento nas fortalezas dos cidadãos usuários dos programas e não mais tão somente nas suas vulnerabilidades. Potencializa talentos, desenvolve a autonomia e fortalece vínculos relacionais capazes de assegurar inclusão social (CARVALHO, 1999, p. 28).

Tradicionalmente, o processo de gestão é uma atividade dinâmica que consiste em tomar decisões sobre objetivos e recursos. “É inerente a qualquer situação em que haja pessoas utilizando recursos para atingir algum tipo de objetivo. A finalidade última do processo de gestão empresarial é garantir a realização de objetivos por meio de recursos” (MAXIMIANO, 2000, p. 25). A gestão é considerada a função mais importante de uma organização, possuindo vários componentes: a) Planejamento – consiste em examinar o futuro e traçar um plano de ação a médio e longo prazo; b) Organização – consiste em montar uma estrutura humana e material para realizar o empreendimento; c) Comando – consiste em manter o pessoal em atividade em toda a empresa; d) Coordenação – consiste em reunir, unificar e harmonizar toda a atividade e esforço; e) Controle – consiste em cuidar para que tudo se realize de acordo com os planos e as ordens (MAXIMIANO, 2000). Ou seja, a gestão é o processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros da organização, utilizando os recursos disponíveis para alcançar os objetivos estabelecidos; é uma atividade dinâmica que consiste em tomar decisões sobre objetivos e recursos.

Segundo Domènech (1997, p. 58), gestão significa “planificar los recursos de la organización y organizar el trabajo de las personas para poder alcanzar los objetivos propuestos. Significa controlar la marcha de la organización y sus resultados, y solucionar los problemas que vayan apareciendo”.

Está acontecendo hoje um recuo dos modelos burocrático-formais tradicionais a nível mundial. Para Kliksberg (1994), estamos passando da “administração à gerência” e o setor social deve ingressar na nova era e montar estruturas organizativas não-convencionais. A gestão social deve ser capaz de romper com os conceitos tradicionais de gestão; deve ser entendida como “um conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolva por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo seu caráter burocrático em função da relação direta entre processo administrativo e a múltipla participação social e política” (TENÓRIO, 1998, p. 09). A gestão social deve se contrapor à gestão estratégica, caracterizada por ser um tipo de ação utilitarista, embasada no

Cálculo de meios e fins e implementada através da interação de duas ou mais pessoas sendo que uma delas tem autoridade formal sobre a (as) outra (as). É uma combinação de competência técnica com atribuição hierárquica, o que produz a substância do comportamento tecnocrático (TENÓRIO, 1998, p. 10).

Para Tenório, “gerenciar é orientar a dinâmica da organização”; significa “estabelecer ou interpretar objetivos e alocar recursos para atingir uma finalidade previamente determinada” (TENÓRIO, 2001, p. 17). Para o autor, a gerência é realizada através do exercício cotidiano de quatro funções primordiais denominadas funções gerenciais: planejamento, organização, direção e controle; estas “devem ser entendidas como um ciclo que se repete dentro da organização e que está relacionado com a previsão, a divisão do trabalho, a execução e o acompanhamento” (TENÓRIO, 2001, p. 21).

É a partir do planejamento que a finalidade e os objetivos da organização são definidos, assim como as atividades, os recursos e os meios necessários para atingi-los em um determinado período de tempo. Planejar significa pensar o futuro da organização, definindo o que fazer, como, quando e com que recursos (TENÓRIO, 2001).

Para Tenório (2001), fazem parte da função gerencial planejamento: o planejamento estratégico (que permite pensar o futuro da organização a longo prazo, a partir de seu contexto), o cronograma (que possibilita a visualização das atividades da organização ao

longo do tempo) e o orçamento (que possibilita pensar a organização em termos de receitas e despesas, entrada e saída de dinheiro; em termos de fonte de aplicação dos recursos financeiros).

Através da função organização viabiliza-se a execução do trabalho necessário para o alcance dos objetivos. Pressupõe agrupar pessoas, definir recursos, criar atribuições, responsabilidades e normas de modo que os objetivos sejam atingidos.

São objetivos da função organização: definir quem toma as decisões e sobre quais assuntos, estabelecer quem deve realizar quais atividades, apontar quem deve acompanhar e controlar cada atividade e indicar as relações entre os seus diferentes membros.

É a função direção que permite ao gerente tomar decisões e orientar, conduzir e estimular as pessoas a realizarem o trabalho necessário para que os objetivos organizacionais sejam atingidos. Assim, salienta Tenório (2001), para assegurar a execução do trabalho não basta o planejamento e a organização, mas é fundamental a função direção, pois é através dela que o gerente determina como atingir os objetivos propostos. Assim, a função gerencial direção consiste em “conduzir e motivar pessoas a executarem suas tarefas a fim de alcançar os objetivos organizacionais” (TENÓRIO, 2001, p. 22); implica em transmitir às pessoas o que elas devem fazer e conseguir que elas trabalhem da melhor maneira possível e com a melhor utilização dos recursos disponíveis. O gerente, ao desenvolver essa função, deve coordenar os trabalhos a serem realizados, fixar prioridades e exercer a liderança de forma a motivar os subordinados, num claro desenvolvimento de suas capacidades de coordenação e liderança.

A função controle permite avaliar os resultados atingidos comparando-os com os objetivos estabelecidos e os recursos previstos; ela subsidia uma nova etapa do planejamento. A essência dessa função é a comparação do desempenho real, isto é, dos resultados efetivamente obtidos, com o desempenho esperado, ou seja, com os objetivos definidos no

momento do planejamento. A partir da análise dos resultados que estão sendo alcançados, a função controle objetiva identificar eventuais descompassos e suas causas para adotar medidas corretivas, quando necessário.

O controle pode ser tanto externo (quando se refere a mecanismos de fiscalização e de acompanhamento adotados pelas fontes financiadoras ou por outras entidades sobre os recursos e as ações desenvolvidas pelas ONGs) quanto interno (quando se refere estritamente à gestão organizacional).

Portanto, é a partir do desenvolvimento das quatro funções gerenciais (planejamento, organização, direção e controle) que Tenório (2001) considera que a gestão se consolida na organização.

A gestão no terceiro setor e as funções gerenciais requeridas para os gestores são salientadas também por autores como Drucker (1997) e Hudson (1999). É possível estabelecer algumas características comuns que compõem a função gerencial: o planejamento estratégico, o gerenciamento descentralizado, o trabalho em equipe e a liderança. Todavia, não se pode determinar um só tipo de gestão para todas as organizações do terceiro setor; deve-se reconhecer suas especificidades e imprevisibilidades.

Assim, quando o Serviço Social discute a questão da gestão social, deve primeiramente compreender que os problemas encontrados no campo social são imprevisíveis; as condições se alteram permanentemente. É nesse sentido que Kliksberg se pergunta: Como impulsionar programas sociais que operam “com rigidez, critérios burocráticos e procedimentos fixos, quando tais programas exigem ‘o oposto’: flexibilidade, interpretação da realidade, adaptação a fatos não previsíveis?” (KLIKSBERG, 1994, p. 128). É neste sentido que se entende que a competência não pode estar contida nas predefinições da tarefa, mas deve se desenvolver em situações mutáveis e complexas.

Outro aspecto que deve compor a pauta de discussões do Serviço Social no que se refere à gestão do terceiro setor e das organizações de economia solidária diz respeito à questão da eficiência do gerenciamento social. É necessário compreender que se pode obter bons resultados na área social, a partir de métodos gerenciais adequados e da participação da população assistida.

A terceira questão trata da ênfase que o Serviço Social tem dado à gestão meramente burocrática (não trata-se aqui de uma crítica a todos os processos burocráticos, mas às disfunções da burocracia). O mito da eficiência burocrática está baseado “numa concepção muito formalista sobre como realmente operam os processos organizativos na economia e na sociedade” (KLIKSBURG, 1994, p. 133). A gestão social deve ser pensada em contraposição ao paradigma burocrático e autocrático. Um programa social não pode ser imposto para a população de forma paternalista, mas deve partir daquilo que a comunidade considera suas prioridades básicas. A população deve ter parte ativa no programa; deve ser ouvida e respeitada e estar envolvida em todo o processo, ou seja, no planejamento, na execução, na monitoração e na avaliação. A partir de uma gestão social que incorpora metodologias participativas, que por sua vez possibilitam o desenvolvimento das capacidades de auto-sustentação, é possível atingir os objetivos estabelecidos. A gestão social deve considerar, assim, a especificidade de cada comunidade, sendo que os programas sociais não devem ser globais mas descentralizados, o que possibilita maior participação.

Considerando-se os aspectos acima, é preciso reconhecer que os profissionais que conduzem os programas sociais desempenham um papel importante dentro dos mesmos. Nesse sentido, como desenvolver capacidades gerenciais apropriadas? Como desenvolver as funções gerenciais de planejamento, organização, direção e controle, relacionadas com a previsão, a divisão do trabalho, a execução e o acompanhamento, de forma a consubstanciar

um gerenciamento mais participativo? Que competências são necessárias para que se consolide uma gestão social?

No que se refere à gestão social é importante lembrarmos que ela é um processo que apresenta também contradições e dubiedades. Neste sentido é preciso considerar que no contexto da organização e no processo de gestão estão presentes as duas dimensões da razão: a instrumental e a substantiva. São características do modelo instrumental, segundo Serva (1997):

- Cálculo - projeção utilitária das conseqüências dos atos humanos;
- Fins - metas de natureza técnica, econômica ou política;
- Maximização dos recursos - busca da eficiência e da eficácia máximas, sem questionamento ético no tratamento dos recursos disponíveis;
- Rentabilidade - medida de retorno econômico dos êxitos e dos resultados esperados.

O modelo de gestão desenvolvido pelo Serviço Social deve estar marcado predominantemente pelos elementos que caracterizam o modelo substantivo, a saber:

- Autorealização – processo de concretização do potencial inato do indivíduo, complementado pela satisfação;
- Entendimento – ações pelas quais se estabelecem acordos e consensos racionais mediados pela comunicação livre;
- Julgamento ético – deliberação baseada em juízos de valor que se processa em debate racional;
- Valores emancipatórios – valores de mudança e aperfeiçoamento do social na direção do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento, presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo;

- Autenticidade – integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações;
- Autonomia – condição plena para os indivíduos agirem e se expressarem livremente nas interações (SERVA, 1997).

Pode-se concluir que o Serviço Social deve conciliar na sua prática a necessidade de racionalidade científica, que supõe “uma seqüência de atos decisórios, ordenados em momentos decisivos e baseados em conhecimentos teóricos científicos e técnicos” (BAPTISTA, 2002, p. 13), e a necessidade de emancipação humana, ou seja, equacionar competência teórica, competência técnica e competência política.

Cabe salientar ainda que os dilemas gerenciais do assistente social parecem fundar-se no fato de estar o assistente social, na grande maioria das vezes, inserido em organizações preponderantemente burocráticas que determinam, a partir de seus pressupostos e da sua concepção de serviço, uma gestão também burocrática. Embora não seja objetivo desse trabalho discutir as organizações, não se pode deixar de salientar que a racionalidade permeia todas as organizações. Entretanto, a participação dos assistentes sociais em organizações que se baseiam na burocracia, isto é, naquelas em que a ênfase está no caráter legal das normas, no caráter formal da comunicação, na rígida divisão do trabalho, na hierarquização da autoridade, na rotina dos procedimentos e no mérito, não está padronizando o desempenho dos assistentes sociais e dificultando que assumam um estilo de gestão democrática?

Para o Serviço Social, o desafio é desenvolver uma gestão social sem esquecer ou renegar os elementos da eficácia organizacional. Não se pode desconsiderar o fato de que quase todos trabalhamos em uma organização ou para uma organização e “dependemos, para exercer nossa eficiência e para nossa sobrevivência, do acesso a ela, seja como empregado ou como fornecedor de serviços” (DRUCKER, 2001, p. 50).

A área da gestão tem sido estudada pela profissão mais sob o ponto de vista da obtenção de eficiência nos processos de planejamento, implementação e gestão de políticas públicas estatais do que sob o ponto de vista da gestão das organizações não-estatais, um dos campos de trabalho do assistente social. Deve-se ressaltar, dessa forma, que dentre os vários segmentos dos processos de gerência social que podem ser implantados, destacam-se as organizações do terceiro setor e as organizações de economia solidária. A expansão desses setores tem desafiado diversas categorias profissionais a conhecer tanto as especificidades dessas organizações (que têm assumido ações relacionadas a projetos sociais que intervêm nas seqüelas da exclusão social, econômica, política e cultural das classes subalternas) quanto a especificidade de seus processos de gerência social.

O desafio é ainda a capacitação técnica; capacitar-se para participar e coordenar os processos administrativos das organizações sociais, capacitar-se no que se refere às tecnologias de gerência social, conhecer os contextos de gestão privada e pública, suas diferenças, especificidades e interações, contrapor-se ao paradigma burocrático e autocrático e, ao mesmo tempo, ter clara percepção do contexto econômico e social e consciência da dimensão política de suas ações. Deve assumir uma gestão social que se caracterize pela democracia, flexibilidade e envolvimento e comunicação entre os participantes e que coopere para a efetividade final dos programas sociais.

2.9 AS COMPETÊNCIAS

A discussão sobre competências para a gestão é fundamental para o Serviço Social, pois as transformações societárias e as novas exigências, condições e relações de trabalho exigem novas formas de gestão social. A fundamentação teórica da discussão a respeito das competências para a gestão é fundamental para subsidiar a pergunta de pesquisa desta dissertação, isto é, em que medida o profissional de Serviço Social desenvolve a gestão social, no contexto das organizações de economia solidária?

Parte-se portanto da premissa de que, para o desenvolvimento da gestão social, é imprescindível o desenvolvimento de competências que garantam processos democráticos e descentralizados.

A palavra competência pode ser utilizada de maneiras diferentes, e encontra-se relacionada a abordagens distintas. Embora o número de organizações que se preocupam com a questão das competências para a gestão tenha aumentado, ainda existe muita confusão e desentendimento com relação ao conceito.

A partir da literatura, pode-se identificar duas acepções para o termo competência: uma delas se foca na organização, isto é, nas capacidades e nos recursos da organização como um todo; a outra focaliza o indivíduo. Contudo, as competências individuais são vistas como relevantes pois os funcionários podem agregar valor ao desempenho organizacional e contribuir assim para que os objetivos da organização sejam alcançados.

Para Green (2000), é possível estabelecer-se um vínculo entre a missão, a visão e os valores da organização e o que as pessoas falam e fazem no cotidiano de trabalho, através de competências essenciais, valores centrais e habilidades individuais.

Para organizar as diferentes formas de uso das competências na prática, o autor utiliza-se de um modelo denominado “escopo de competências”:

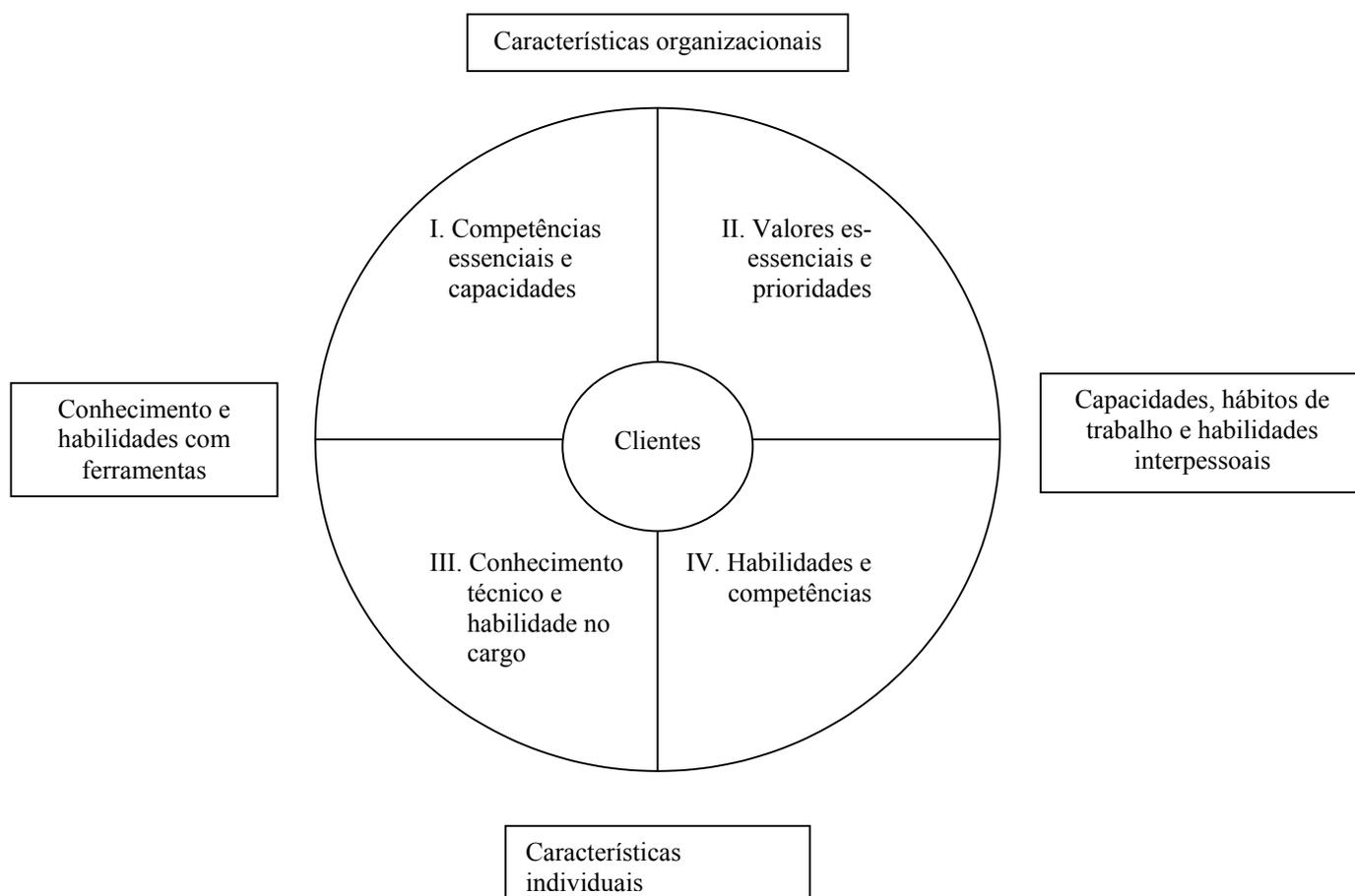


TABELA 1: O ESCOPO DE COMPETÊNCIAS

Fonte: GREEN, Paul. 1999.

Uma competência essencial é um conjunto dos conhecimentos técnicos e das habilidades. Por estar presente nas múltiplas divisões da organização e nos diferentes produtos e serviços, ela é o centro do propósito organizacional; ela fornece à organização sua vantagem competitiva. É a partir da combinação das capacidades organizacionais (aquelas que permitem que a organização desenvolva seu trabalho de maneira efetiva) e das habilidades das pessoas que se tem uma organização ágil.

As competências essenciais e capacidades devem ser expressas em uma declaração de missão da organização. A declaração da missão “deveria aludir a como suas competências essenciais e capacidades implementam seu propósito” (GREEN, 2000, p. 30).

Os valores essenciais se referem às crenças compartilhadas pelas pessoas que trabalham na organização; expressam as normas e limites de comportamento. As prioridades refletem a ênfase de uma organização na utilização de competências individuais; refletem hábitos de trabalho compartilhados. As prioridades colocam ênfase “nas habilidades de desempenho associadas a qualidade, sistemas de trabalho e participação” (GREEN, 2000, p. 61).

Para assumir as responsabilidades no trabalho, utiliza-se o conhecimento técnico e as habilidades que devem suportar as competências essenciais e as capacidades de uma organização.

As habilidades de desempenho e competências incluem hábitos de trabalho, estilos de comunicação, liderança e trabalho em equipe, e variam de organização para organização. As competências auxiliam os gerentes e funcionários a interligar, planejar, esclarecer e comunicar, tornando-se ferramentas para a direção e a mudança (GREEN, 2000).

Historicamente, a competência tem sido utilizada para se referir a características individuais. Todavia, Green (2000) utiliza a palavra habilidade em vez de competência quando se refere às características individuais para se realizar um trabalho.

As competências essenciais e as capacidades combinadas com valores essenciais e prioridades refletem a identidade da organização, que inclui visão, missão, valores e cultura.

O conhecimento técnico e a habilidade no cargo, juntamente com as habilidades de desempenho e as competências, compõem as habilidades utilizadas pelos indivíduos para desempenhar suas tarefas específicas.

Assim, segundo Green (2000), os significados de competência, capacidade e habilidade, em um nível amplo, refletem as características organizacionais, incluindo as competências essenciais, as capacidades, os valores essenciais e as prioridades. “Em um nível individual, refletem as habilidades dos indivíduos, que incluem conhecimento técnico e

habilidades em ferramentas de trabalho e habilidades de desempenho, que, por sua vez, incluem outras características, como liderança e organização” (GREEN, 2000, p. 43).

A habilidade de liderança é destacada por diversos autores como competência fundamental na contemporaneidade. Band (1997), ao afirmar que as habilidades de liderança devem hoje se diferenciar dos padrões tradicionais, identifica a lista que se segue:

- Habilidades de previsão;
- Habilidades de visão;
- Habilidades de empowerment;
- Habilidades de coerência de valores e
- Habilidades de auto-compreensão.

Liderar uma ação rumo ao desconhecido exige fundamentalmente uma mudança nas formas de pensar a organização. A liderança pressupõe a criação de novas realidades e a fuga do pensamento linear e predeterminado (NISEMBAUM, 2000). “Poderemos exercer liderança quando as pessoas não forem mais ‘vítimas’ das circunstâncias, do seu ‘destino’ e possam, sim, participar da criação de novas circunstâncias” (NISEMBAUM, 2000, p. 17).

Para o referido autor, é fundamental que as organizações trabalhem com o conceito de competência, pois ele permite que os objetivos operacionais e estratégicos da organização sejam alcançados. Ele ressalta que, embora o conceito de competência não seja novo (está entre nós desde a época dos artesãos aprendizes Da Idade Média), é um conceito que tem ganhado espaço. Todavia, existe confusão e expectativas desencontradas em relação à sua utilidade, o que gera diversas definições e abordagens.

A competência é caracterizada pela integração e pela coordenação de um conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes que possibilitam a produção de uma atuação diferenciada. Nisembaum (2000) trabalha com dois níveis de competências: as da organização, que incluem as essenciais e as básicas, e as individuais e específicas.

As competências básicas referem-se à capacidade que as organizações têm de trabalhar pré-requisitos fundamentais para administrar com eficácia; são condições necessárias mas não suficientes para que as organizações alcancem liderança e diferenciação no mercado.

Uma competência é considerada essencial quando seu valor é percebido pelos clientes, contribui para a diferenciação entre concorrentes e aumenta a capacidade de expansão; é a base para um diferencial competitivo. O conceito de competência essencial só pode ser entendido como um conceito dinâmico e em permanente mudança; por ser um processo dinâmico, a identificação de competências requer revisão periódica.

O conceito de competências essenciais surgiu em 1990, na Harvard Business Review, em artigo intitulado “The Core Competence of the Corporation”, de autoria de Gary Hamel e C. K. Prahalad. O termo *core competence* designa as competências estratégicas, únicas e distintivas de uma organização. Pode ser um conhecimento técnico ou uma tecnologia específica que agrega valor (FERNANDES, 2001).

O desenvolvimento de competências essenciais pode proporcionar à organização um diferencial competitivo e abrir novas portas (NISEMBAUM, 2000).

A característica do conceito de competências essenciais desenvolvido por Hamel e Prahalad é a de competir pelas capacidades, e não simplesmente por produtos e serviços. As capacidades, quando são únicas e difíceis de copiar, transformam-se em elementos-chave (NISEMBAUM, 2000, p. 33-34).

Sob esses aspectos, as competências essenciais permitem que uma organização seja capaz de desenvolver, selecionar e implementar estratégias que agreguem valor a partir de recursos e capacidades específicas.

As competências individuais devem dar sustentação às competências essenciais. Dessa forma, as competências essenciais e as individuais devem estar interligadas.

O autor ressalta que não existe uma concordância em relação ao conceito de competência individual. Para Lyle M. Spencer Jr e Signe M. Spencer, “a competência é uma

característica fundamental de um indivíduo e está casualmente relacionada a um critério de eficácia e/ou performance superior num trabalho ou situação” (SPENCER e SPENCER apud NISEMBAUM, 2000, p. 89).

Outra definição de competências individuais é a de F.A. Olafson:

Competências são capacidades internas que as pessoas trazem aos trabalho dela (...) entendemos por competência a capacidade treinada ou a habilidade de desenvolver alguma atividade ou desempenhar alguma função mais ou menos por conta própria, e esta atividade envolve tanto operações concretas como operações simbólicas ,e na maioria dos casos, uma combinação de ambas (OLAFSON apud NISENBAUM, 2000, p. 90).

O autor ressalta a definição do *National Training Board* da Austrália, por considerá-la mais abrangente e capaz de interligar as competências individuais e as essenciais: as competências individuais integram a capacidade de transferir e aplicar habilidades, conhecimentos, atitudes e comportamentos a novas situações e ambientes. Direciona-se a todos os aspectos de performance do trabalho, incluindo a exigência de responder a quebra de rotinas e desvios, assim como lidar com responsabilidades e expectativas do ambiente de trabalho, incluindo a capacidade de trabalhar com outros (NATIONAL TRAINING BOARD apud NISENBAUM, 2000, p. 90).

Para Fernandes (2001), os conhecimentos e habilidades necessários para os gestores no novo milênio são os seguintes:

- Relacionamento interpessoal;
- Conhecimentos atualizados;
- Capacidade para pesquisar, selecionar, analisar, sintetizar, discernir, apreender e manipular informações;
- Aceitar e conviver com mudanças contínuas;
- Capacidade de liderar;
- Visão das transformações e dos movimentos do meio ambiente.

Gerenciar pessoas significa tomar decisões em direção a resultados, para que as aptidões coletivas e o clima organizacional melhorem. O gestor deve atuar como facilitador, motivador, mediador e educador; deve favorecer o surgimento de idéias que conduzam à produtividade e à inovação, assim como propiciar o compartilhamento do conhecimento (FERNANDES, 2001). O autor arrola ainda as principais características e habilidades fundamentais para o que chama de “força de trabalho alinhada com os novos tempos”. São elas: integridade, iniciativa, inteligência, habilidade social, recursividade, imaginação, flexibilidade, entusiasmo, senso de urgência e visão global.

A competência deve estar baseada em habilidades que envolvem todas as dimensões do indivíduo. Essas habilidades incluem a capacidade crítica e de autonomia, o espírito de iniciativa, a criatividade, a audácia, a responsabilidade e a flexibilidade face à mudança (ARRUDA, 1997).

Algumas características são consideradas imprescindíveis para o trabalhador do terceiro milênio. Para Azambuja (1996, p. 5 apud ARRUDA, 1997, p. 269), são elas:

- Disposição para um aprendizado contínuo;
- Capacidade de rompimento com antigos paradigmas;
- Pensamento sistêmico e holístico;
- Criatividade e inovação;
- Capacidade crítica;
- Disposição para o trabalho em equipe;
- Respeito pelo ser humano e pelo ambiente que o cerca;
- Habilidade para usar informações, fatos e dados;
- Familiarização com a informática.

A diversidade de características apontadas como constituintes do novo perfil do profissional/trabalhador tem sido assinalada por diversas fontes. A variedade de

características que aparecem ou não articuladas à expressão competência, traduzem, segundo Silva (1997), o que se pode tomar como a totalidade das dimensões que a categoria competência vem condensando. As principais dimensões sintetizadas pela autora são:

Criatividade; comunicação; capacidade para relacionar-se e para o trabalho em equipe; maleabilidade intelectual, versatilidade; capacidade de antever e de resolver problemas; desenvolvimento de raciocínio lógico e pensamento abstrato-teórico; alfabetização computacional; constante mediação teoria-prática; capacidade de crítica e autonomia; responsabilidade e flexibilidade face à mudança; visão de empreendedor; iniciativa; motivação e capacidade para aprender; imaginação, ousadia, inovação; liderança; ética e honestidade; cooperação; atuação no âmbito da qualidade; aquisição e aplicação de conhecimentos transversais; visão transdisciplinar, conhecimento global e específico, inclusão de todos os saberes no processo; aprendizagem permanente; capacidade para articular os inúmeros saberes, inteligência ou quociente emocional (que implica autoconhecimento, administração das emoções, automotivação, empatia e relacionamento) (SILVA, 1997, p. 254).

A competência supõe, assim, uma grande quantidade e diversidade de saberes, e envolve capacidades e habilidades técnicas, sociais, emocionais, comportamentais e políticas, entre outras; exige ainda habilidade de adquirir e aplicar conhecimento teórico e analítico.

Para Andrade (1997), a competência dos profissionais de Serviço Social não pode ser sustentada apenas por um conjunto de saberes puramente técnicos e por posições ideológicas; ela se relaciona com a compreensão das exigências da dinâmica do campo social, que é permeado por lutas políticas, assim como pelo capital científico-cultural e ético-político acumulados.

Analisando a competência dos profissionais de Serviço Social enquanto dimensão do processo de formação, Andrade (1997) considera que a competência pressupõe:

- Um conjunto de saberes e conhecimentos;
- A capacidade de articular, reconstruir e atualizar os inúmeros saberes e conhecimentos para interagir na dinâmica do mundo do trabalho e da vida social;
- O desenvolvimento de habilidades e potencialidades com ênfase na criatividade, capacidade crítica, autonomia, compromisso, espírito de iniciativa e flexibilidade perante o novo.

Sarmiento (2002) adverte que, embora desde a gênese da profissão a gestão social tenha sempre se constituído como objeto formal e principal de atuação do assistente social, hoje as ações não podem se limitar à execução de políticas sociais. É necessário, segundo o autor, que se reconstrua o perfil sócio-técnico e ideopolítico do profissional de Serviço Social, frente às novas exigências sócio-institucionais. Nesse sentido, o assistente social precisa “desenvolver um exercício crítico e propositivo comprometido com a consolidação da igualdade de direitos e da equidade social e contra todas as formas de exclusão social” (SARMENTO, 2002, p. 116).

Assim, é fundamental que no desenvolvimento de suas competências o profissional de Serviço Social construa “uma ação profissional que contribua para o fortalecimento da ação política de vários segmentos, tornando a necessidade um sentimento consciente, que mobiliza intenções e impulsiona ações”(SARMENTO, 2002, p. 124).

O tema competências gerenciais tem sido bastante discutido junto às organizações em geral e, no momento atual, nas do terceiro setor. Esta discussão traduz a preocupação das organizações em relação aos desafios que enfrentam para desenvolverem seus objetivos, e traduz também a preocupação de que a capacitação e a profissionalização dos quadros das organizações da sociedade civil não incorpore a lógica do setor privado. Deve-se ter em mente que a gestão de programas sociais e das organizações da sociedade civil é muitas vezes distinta da gestão da empresa privada. É frente a esta constatação que se torna necessária a discussão sobre as competências dos profissionais de Serviço Social no contexto das organizações de economia solidária.

Mas o que significa competência? Saber? Saber fazer? Saber ser? Para Macedo (1999), a palavra competência se refere à capacidade de selecionar, organizar, relacionar e interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

Zarifian (2001), preocupado com estas questões, destaca três aspectos que alimentam a definição multidimensional de competência: a tomada de iniciativa e de responsabilidade do indivíduo diante de situações profissionais com as quais se depara; o entendimento prático das situações, que se apoia sobre os conhecimentos adquiridos e os transforma; a faculdade de mobilizar redes de atores e instituições (governamentais, acadêmicas, empresariais e sindicais) em torno das mesmas situações; a co-responsabilidade e partilha do que está em jogo em cada situação.

O autor salienta que a competência só se manifesta a partir das ações, isto é, na atividade prática. “É dessa atividade prática que poderá decorrer a avaliação das competências nela utilizadas” (ZARIFIAN, 2001, p. 67).

Analisando as competências gerenciais básicas necessárias para todas as organizações, Reis (2002) arrola as seguintes: liderança, persuasão, trabalho em equipe, criatividade, tomada de decisão, planejamento e organização e determinação.

A definição de liderança está relacionada com a capacidade de:

- Transmitir uma visão clara para o crescimento da organização;
- Motivar os subordinados a atingir excelentes resultados;
- Desenvolver uma equipe forte para alcançar o potencial da unidade ou da organização.

A persuasão diz respeito à eficácia na:

- Comunicação dos pontos de vista e na apresentação de seus argumentos;
- Negociação com habilidade para conseguir os melhores resultados para a organização;
- Presença e credibilidade dentro e fora da organização.

A competência gerencial de trabalho em equipe é definida como a capacidade de:

- Integrar-se bem na equipe;

- Cooperar na divisão de recursos;
- Participar do intercâmbio de idéias para melhorar o desempenho da equipe.

A criatividade está relacionada à capacidade de:

- Estar aberto a novas idéias;
- Produzir soluções inovadoras para os problemas da organização;
- Ser um agente de mudança.

A competência gerencial relacionada à tomada de decisão envolve a:

- Adoção de enfoque analítico frente às situações complexas;
- Capacidade de avaliar alternativas criticamente, levando em conta a organização como um todo;
- Aptidão em assumir a responsabilidade por suas decisões;
- Oferta de recomendações sólidas.

A competência gerencial de planejamento e organização compreende:

- Amplo conhecimento da organização como um todo;
- Elaboração de estratégias para atingir objetivos de curto, médio e longo prazo;
- Eficácia na coordenação de recursos para atingir os objetivos da organização.

A determinação envolve a capacidade gerencial de:

- Estar voltado para melhorar resultados;
- Reavaliar e atualizar o próprio nível de conhecimento profissional;
- Ser perseverante e determinado apesar dos contratemplos.

A gestão social que se faz necessária hoje deve considerar os aspectos que se referem à imprevisibilidade e à variabilidade, uma vez que os problemas que surgem na realidade nem sempre constam do planejamento prévio e nem das suposições mais prováveis (KLIKSBERG, 1994). É neste sentido que a gerência no campo social deve ser uma gerência adaptativa, isto é, os gerentes devem ser capazes de trabalhar pesquisando o futuro. Kliksberg (1994) salienta

que os gerentes na América Latina são treinados para se basear no passado (projetar dados históricos em orçamentos, marketing, programas sociais). Para além desse preparo específico, na gerência adaptativa, os gerentes devem ser capazes de pensar em termos de cenários múltiplos. “Necessita-se treinamento para substituir o estilo de pensamento unicenário pelo de multicenário” (KLIKSBERG, 1994, p. 145).

Analisando a complexa tarefa que é gerenciar instituições e programas sociais, Kliksberg arrola as características necessárias aos gerentes:

São necessários gerentes que, entre outros aspectos, estejam capacitados para mover-se em contextos de alta turbulência como os que rodeiam os programas sociais, tenham habilidades especiais para a coordenação de esforços de múltiplas instituições e ONGs, tenham desenvolvido capacidades para a negociação, pratiquem estilos gerenciais modernos com orientação participativa, sejam capazes de operar processos permanentes de monitoração e avaliação para ir ajustando os programas ao feedback da realidade (KLIKSBERG, 1994, p. 416).

Assim, são atributos necessários aos gestores sociais a capacidade de coordenação, articulação e negociação.

Existe atualmente uma clara demanda pela formação especializada do gerente social. Kliksberg e Sulbrandt destacam que, na América Latina, a gerência qualificada é imprescindível para que se possa implantar políticas sociais e para a gestão de programas sociais. Respondendo a essa demanda, o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento elaborou, com a cooperação do Projeto Regional das Nações Unidas de Modernização do Estado, o Projeto de um Programa Latino-Americano de Formação de Gerentes Sociais. O Programa Latino-Americano de Desenvolvimento de Gerentes Sociais, que é dirigido a funcionários em atividade no setor governamental da região com responsabilidades gerenciais na condução de organismos sociais ou programas sociais concretos e a dirigentes de ONGs com amplos projetos no campo social, tem uma proposta curricular que está centrada em dois grandes eixos: a) O gerente social e o contexto; b) Tecnologias avançadas de gerência social (KLIKSBERG e SULBRANDT, 1994).

O primeiro eixo, o gerente e o contexto, apresenta-se como fundamental uma vez que os programas sociais são profundamente afetados pelo contexto global. A gerência deve ter uma percepção lúcida dos processos em andamento no contexto e de sua possível evolução.

Compõem-se das seguintes áreas temáticas:

- Contexto econômico e social latino-americano, tendências previsíveis na década de 90;
- Os dilemas da política social da região;
- Papel do Estado nas sociedades latino-americanas;
- Políticas públicas;
- Processos de modernização e transformação do Estado;
- Estratégias para a superação da pobreza.

O segundo eixo, tecnologias avançadas de gerência social, objetiva não limitar o conhecimento ao contexto organizacional e se desenvolve nas seguintes áreas:

- Gerência estratégica de organizações públicas;
- Gerência interinstitucional;
- Técnicas de negociação;
- Gerência avançada de pessoal;
- Elaboração de projetos sociais;
- Técnicas de focalização e medição em programas sociais;
- Financiamento de programas sociais;
- Gerência de tecnologias para programas sociais;
- Participação comunitária em programas sociais;
- Monitoração e avaliação de programas sociais ;
- Economia popular.

O programa resumido exposto acima objetiva a eficiência na gerência social. Observa-se que o assistente social, na sua formação acadêmica, volta-se mais para o primeiro eixo, isto é, para a análise de contexto, com pouca capacitação no que se refere às tecnologias de gerência social, definidas como conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade (HOLANDA, 1986).

O grande desafio da atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objeto de estudo e de ação para o assistente social (IAMAMOTO, 1997, p. 34).

Assim, a partir da aplicação de conhecimentos científicos e a partir de uma visão do contexto global que afeta os programas sociais, os assistentes sociais capacitam-se para criar sistemas de planejamento do trabalho, gerenciamento de pessoas e monitoramento das ações; capacitam-se para que os processos gerenciais convertam-se em estratégias de ação. Os processos gerenciais podem contribuir para que os assistentes sociais planejem, administrem e monitorem o trabalho e que incentivem as pessoas a contribuir de maneira eficiente; devem ser contínuos, relevantes e regularmente atualizados para que funcionem e conseqüentemente melhorem a eficiência da organização.

Hudson (1999) destaca os principais processos relevantes para a administração operacional de organizações do terceiro setor:

1. Planejamento de serviços - Os planos de serviço definem os objetivos, estratégias e planos para cada um dos serviços definidos pela organização. O processo para definição das estratégias de serviço começa com uma revisão dos serviços (coleta de dados sobre o ambiente externo e interno para identificar aspectos que o plano deve incorporar) e termina com a preparação de um plano;

2. Planejamento operacional e provisão orçamentária - Objetiva vincular as atividades propostas a um orçamento. O processo começa com diretrizes aprovadas pelo conselho e termina com o acordo sobre o orçamento para o ano seguinte. Os planos

operacionais devem destacar o número de pessoas que serão beneficiadas, o total de ajuda a ser dada, os padrões de qualidade, o custo de cada tipo de ajuda dada, o cronograma de implementação e os mecanismos para revisão do desempenho e dos resultados;

3. Administração de pessoal - Os processos de gerenciamento de pessoal devem levar em conta quatro elementos: recrutamento, integração, supervisão e avaliação. Esses processos objetivam desenvolver as capacidades e as habilidades das pessoas, cooperando para que os objetivos da organização sejam atingidos;

4. Participação e comunicação - Os processos que permitem às pessoas participarem ativamente da administração são: comunicação, consulta, consenso e decisão. Os administradores precisam decidir quem consultar e, quando o consenso não existir precisam assumir a responsabilidade pela tomada de decisão;

5. Administração financeira - O processo de administração financeira assegura que os administradores tenham a informação financeira de que precisam para executar suas tarefas. O gerenciamento contábil é um serviço que tem de satisfazer às diferentes necessidades dos vários usuários;

6. Monitoramento do desempenho - As organizações devem se esforçar para desenvolver e melhorar os sistemas utilizados para monitorar o desempenho estratégico. Esse sistema deveria ter três objetivos: fornecer indicadores de desempenho, permitir à organização realocar recursos e medir a qualidade para que a administração possa adotar providências capazes de melhorar o padrão dos serviços que oferece. O desempenho deve ser medido a partir de indicadores quantitativos e qualitativos.

A partir da análise dos processos administrativos elencados por Hudson, constata-se que o profissional de Serviço Social deve participar deles, para converter as estratégias em ação e alcançar eficácia, eficiência e efetividade.

Uma questão que merece maior aprofundamento é a que se refere à relação entre competência e formação profissional. Drucker (2001) assevera que os indivíduos devem assumir cada vez mais o próprio processo de aprendizado contínuo, o próprio desenvolvimento e as diferentes oportunidades de carreira que irão surgir ao longo de sua vida profissional.

Preocupada com a formação profissional do assistente social, Gentili (2000, p. 130), afirma que os profissionais têm enfrentado dificuldades para

Demonstrar alto padrão de competência técnica e eficiência administrativa, e não raro vê-se profissionais procurarem aprimoramento técnico em outras instituições. O que se vê com frequência nas organizações onde trabalham assistentes sociais é a adoção de medidas normativas para atendimentos que obedecem mais a critérios burocrático-institucionais que profissionais.

Ao discutir a instrumentalidade do Serviço Social, Guerra (2000) salienta que a instrumentalidade deve ser entendida como uma mediação que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente.

Pela mediação da cultura profissional, o assistente social pode negar a ação puramente instrumental, imediata, espontânea e a reelaborar, em nível de respostas socioprofissionais. Na elaboração de respostas mais qualificadas, na construção de novas legitimidades, a razão instrumental não dá conta. Há que investir numa instrumentalidade inspirada pela razão dialética (GUERRA, 2000, p. 61).

A razão instrumental “é limitada às operações formal-abstratas e às práticas manipulatórias e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas” e a razão dialética ou substantiva e emancipatória “incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos” (GUERRA, 2000, p. 61).

Cabe salientar que, para Guerra, a instrumentalidade se refere não ao conjunto de instrumentos e técnicas, mas “a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico (GUERRA, 2000, p. 53).

Para Sarmiento (2000, p. 100), o assistente social deve ser

Um profissional qualificado na execução, gestão e formulação de políticas sociais públicas, com uma postura crítica e, ao mesmo tempo, criativa e propositiva, ou seja, um profissional que possa responder com ações qualificadas que detectem tendências e possibilidades impulsionadoras de novas ações, projetos e funções, rompendo com as atividades rotineiras e burocráticas.

A função gerencial requerida ao Serviço Social, tanto nas organizações públicas quanto nas privadas, exige dos profissionais uma compreensão crítica da realidade e um amplo conhecimento técnico. São imprescindíveis a capacitação intelectual e o conhecimento de novas culturas e formas de trabalhar, para que o projeto ético-político da profissão seja contemplado (SARMENTO, 2000).

Com a preocupação de sintonizar o Serviço Social com os novos tempos, Iamamoto (1997) considera que

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (IAMAMOTO, 1997, p. 8).

Dessa forma, além de conhecer a realidade em sua complexidade e identificar as demandas e possibilidades de ação profissional que esta realidade apresenta, o Serviço Social deve criar os meios, as estratégias e táticas para transformá-la na direção de seu projeto sócio-profissional, projeto ético-político que se encontra estabelecido em seu código de ética e que se baseia nos valores democráticos e humanistas da participação política e nos valores de cidadania.

Falar das competências do Serviço Social significa reportar-se aos pressupostos da profissão; tais pressupostos estão contidos no código de ética e traduzem a visão de homem e sociedade da profissão. O Código de Ética de 1993 reafirma os valores da liberdade e da justiça social e coloca a democracia como valor ético-político central. Entende que a democracia é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação

dos valores essenciais da liberdade e da igualdade e de garantir o desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais, e das tendências à autonomia e à autogestão social (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993).

São princípios ético-profissionais do Serviço Social contidos no Código de Ética de 1993:

- O reconhecimento da *liberdade* como valor ético central e das demandas a ela inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- A ampliação e consolidação da *cidadania*, considerada tarefa primordial de toda a sociedade com vistas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras;
- A defesa do aprofundamento da *democracia*, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida e da garantia do direito ao trabalho digno para a totalidade dos cidadãos;
- A *equidade e justiça social*, de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- A garantia do *pluralismo*, por meio do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

- A opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia ou gênero;
- A articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional;
- O exercício do Serviço Social sem ser discriminado nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade ou condição física.

Analisando os princípios contidos no Código de Ética, constata-se que, para que ele se consolide enquanto projeto político e ético-profissional e contribua para a superação de uma prática meramente burocrática, é preciso fomentar permanentemente a qualidade na formação profissional e a consciência política da categoria. O Código de Ética se configura como uma possibilidade de reafirmação do projeto do Serviço Social, que busca a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade e da democracia. Deve portanto respaldar as discussões sobre as competências do Serviço Social na consolidação de uma gestão social, nos mais diversos segmentos da prática profissional.

Discutindo os rumos ético-políticos do trabalho profissional, Iamamoto (2001, p. 75) argumenta que

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade.

Assim, continua Iamamoto, hoje é necessário que o profissional de Serviço Social volte os olhos para a sociedade civil. É necessária uma aproximação em relação às condições de vida e de trabalho da população para

Decifrar suas experiências e interesses expressos não só no campo das organizações coletivas, político-partidárias ou sindicais, mas em suas lutas por melhorias parciais de vida e no conjunto de suas expressões associativas e culturais que expressam modo de viver e de pensar, de enfrentar e resistir a essas desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 76).

O Código de Ética indica o rumo ético-político para o desenvolvimento das competências dos profissionais de Serviço Social. O desafio é a materialização dos princípios éticos no cotidiano do trabalho, evitando que se transformem em indicativos descolados do processo social (IAMAMOTO, 2001).

Sob estes aspectos, os profissionais de Serviço Social devem, no exercício da profissão, desenvolver estratégias técnico-operativas embasadas em seu projeto ético-político. Esses pressupostos subsidiarão o desenvolvimento das competências dos profissionais de Serviço Social para a gestão social no contexto das organizações de economia solidária e garantirão os processos participativos e o resgate e consolidação da cidadania.

As considerações teóricas até aqui apresentadas, tem sua pertinência com os propósitos do presente estudo uma vez que elas podem situar a economia solidária no movimento sócio-histórico da contemporaneidade. É a partir da busca de elementos para a inteligibilidade da realidade que pode-se analisar as novas demandas que emergem e as possibilidades de ação do profissional de Serviço Social.

No capítulo que se segue, passar-se-á a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

As organizações consideradas, a partir de critérios definidos por esta pesquisa, como de economia solidária e que possuem profissionais de Serviço Social inseridos em instituições sediadas na grande Florianópolis, foram selecionadas a partir de levantamento feito no cadastro do site denominado Portal Social (www.portalsocial.ufsc.br). O Portal Social, espaço virtual de informação e interação, é um projeto que foi criado e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Organização e Gestão de Políticas Sociais – Gerasol, da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Gerasol é um núcleo interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão formado por professores, alunos de graduação, mestrado e doutorado dos cursos de Serviço Social, Engenharia de Produção, Administração e Ciências Contábeis, além de representantes de organizações sem fins lucrativos. Tem como objetivo a gestão das organizações da sociedade civil e a articulação dos serviços com as políticas sociais.

A partir do segundo semestre de 2000, o Núcleo iniciou o cadastramento das organizações que prestam serviços sociais na região da Grande Florianópolis, criando um banco de dados para gerenciar as informações referentes às organizações cadastradas. Cabe ressaltar que, até março de 2002, foram cadastradas 456 organizações, e deste total existiam informações detalhadas a respeito de 166.

No intuito de atualizar o cadastro do Portal Social e ter um mapeamento mais abrangente sobre as organizações de base comunitária que geram trabalho e renda na Grande Florianópolis, realizou-se uma busca através das seguintes fontes: Associação Nacional dos trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - Anteag; Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Jusesc; Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Osesc; Ministério do Trabalho; Secretaria Municipal de Habitação

e Desenvolvimento Social; Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - NESSOP.

A partir da análise das 166 organizações já cadastradas no Portal Social e da análise das demais organizações encontradas pela pesquisa, identificaram-se 23 organizações que poderiam ser consideradas como de economia solidária. Essas vinte e três organizações foram visitadas pelos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e fizeram parte da pesquisa intitulada “Tecnologias apropriadas para a geração de trabalho e renda nas associações de base comunitária”.

A partir da análise dos resultados parciais da pesquisa desenvolvida pelo Núcleo Gerasol, constatou-se que, entre as 23 organizações, inicialmente selecionadas, poucas puderam, segundo os critérios definidos por essa pesquisa, ser consideradas como organizações de economia solidária, e nem todas as caracterizadas como tal possuíam profissionais de Serviço Social, inseridos em instituições públicas ou privadas sediadas na Grande Florianópolis, envolvidos direta ou indiretamente com elas.

A partir dessa realidade, o universo da pesquisa totalizou cinco organizações, das quais três contam com a intervenção direta ou indireta de profissionais de Serviço Social vinculados a órgãos governamentais, uma conta com assistente social vinculada a organizações não-governamentais, e uma possui assistente social vinculada à própria cooperativa. Embora uma das organizações desenvolva suas atividades fora da Grande Florianópolis, ela fez parte desta pesquisa por receber o acompanhamento direto de profissional de Serviço Social inserido em instituição sediada na Grande Florianópolis.

A análise de organizações que possuem parceiros diferentes e contam com a intervenção de diferentes profissionais de Serviço Social que atuam na área da economia solidária cooperou para que os objetivos deste trabalho fossem alcançados.

O número de assistentes sociais pesquisadas totalizou seis profissionais, uma vez que em uma organização encontrou-se o trabalho de duas profissionais de Serviço Social. Embora tenha-se localizado oito profissionais de Serviço Social que trabalham ou trabalharam direta ou indiretamente com as organizações de economia solidária que se encontravam dentro do escopo desta pesquisa, dois deles não se dispuseram a participar da entrevista, apesar da insistência da pesquisadora, o que levou a um total de seis profissionais pesquisados.

Quanto às entrevistas junto aos representantes das organizações, foco desta dissertação, foram realizadas cinco. Quatro delas foram realizadas com um membro da diretoria. Em uma única organização a entrevista não foi feita com membros da diretoria, mas com um apoiador da organização, que, embora não oficialmente faça parte da diretoria, realiza as funções que seriam de competência desta e é considerado pela cooperativa como um de seus representantes. Pelo fato de esta entrevista trazer dados significativos para esta pesquisa e em função de sua singularidade, por tratar-se de apoiador que participa de funções relevantes dentro da organização de economia solidária pesquisada, optou-se por incluí-la, embora não estive inicialmente dentro de nosso escopo de pesquisa.

Para facilitar a compreensão da delimitação desta pesquisa e dos sujeitos que dela fizeram parte elaborou-se o quadro que se segue. Ressalta-se entretanto, que os nomes reais das organizações foram substituídos por nomes fictícios escolhidos por esta pesquisadora.

ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS	ANO DE FUNDAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	NÚMERO DE MEMBROS	APOIADOR	ATUAÇÃO DO A.S.	Nº DE A.S.
Associação Ar	1995	Lixo reciclado	25	- Voluntários da Igreja	Indireta	1
Terra	1992	Confecção de barbante	04	- ONG ligada à Igreja - Anteag - Incubadora tecnológica da FURB	Direta	1
Associação Fogo	1999	Lixo reciclável	34	- Prefeitura - Fundação Banco do Brasil - Fetesc - Comcap - Aflov	Direta e Indireta	2
Cooperativa Água	2001	Lixo bruto	90	- Prefeitura - Igreja - Empresa	Indireta	1
Cooperativa Vida	1995	Transporte coletivo	30	-----	Direta	1

TABELA 2: SÍNTESE DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS
Fonte: Elaborado por Luciana Ronconi.

Cabe ressaltar que, neste estudo, ao se fazer o relato dos depoimentos dos entrevistados, optou-se pelo anonimato dos profissionais de Serviço Social e dos dirigentes das organizações. Dessa forma, os nomes que se encontram na análise dos dados são fictícios, escolhidos pelos próprios entrevistados, e os trechos das entrevistas que denunciam as organizações pesquisadas foram omitidos. Esse procedimento foi esclarecido aos participantes da pesquisa.

3.1 AS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, iniciar-se-á com uma rápida contextualização das organizações pesquisadas e o relato e a análise dos dados obtidos junto aos seus representantes. As organizações pesquisadas receberam os seguintes nomes fictícios: Associação Ar, Terra, Associação Fogo, Cooperativa Água e Cooperativa Vida.

3.1.1 TERRA

A Terra intitula-se empresa de autogestão e, embora situada no município de Itajaí, na região do Médio Vale de Santa Catarina, ela recebe acompanhamento direto de um profissional de Serviço Social inserido em uma instituição sediada em Florianópolis. A Terra surgiu a partir do Projeto Alternativo para Sobrevivência; projeto que tinha ideais de partilha, justiça social e relações de trabalho justas. Tendo por base estes ideais e a perspectiva de um projeto que gerasse trabalho e renda, buscaram desenvolver um produto que fosse inovador e que pudesse ter mercado garantido. Surge a Terra, empresa de confecção de barbante.

A empresa conta atualmente com quatro pessoas que trabalham diretamente no projeto, e 15 pessoas se beneficiam indiretamente deste. A retirada mensal dos componentes do grupo gira em torno de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Com a assessoria técnica e financeira da Ação Social Arquidiocesana, e com empréstimo de algumas máquinas da empresa de autogestão Bruscor, situada em Brusque, o grupo inicia a sua produção e tem seu ano de fundação em 1992.

O apoio financeiro da Ação Social Arquidiocesana se dá a partir da disponibilização de recursos oriundos de entidades não-governamentais da Alemanha. O repasse do dinheiro aos grupos que desenvolvem projetos de geração de trabalho e renda é realizado após

avaliação técnica do projeto e aprovação pelo conselho executivo da entidade. O valor financeiro de cada projeto gira em torno de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a 15.000,00 (quinze mil reais), com prazo de carência para efetuar o pagamento de até quatro anos. No primeiro ano os grupos são isentos de qualquer devolução, e os juros cobrados são calculados pelos índices da poupança.

Quando a Ação Social Arquidiocesana começou a interagir e trabalhar com o grupo, este estava passando por dificuldades econômicas; não conseguiam acessar recursos públicos para dar continuidade ao projeto. O processo exigiu pesquisa tanto para a criação do produto, como para sua divulgação e inserção no mercado.

Os objetivos da Terra são de partilha, não exploração de mão-de-obra, qualidade de vida, participação concreta nos movimentos sociais e viver em grupo construindo novas relações. Participam de fóruns, feiras e espaços de debates e troca de experiências entre entidades e movimentos similares de autogestão, socioeconomia, associativismo e cooperativismo.

A organização interna do grupo se dá pelo modelo de autogestão. Buscam exercitar a democracia, a transparência e a ética através de decisões tomadas em conjunto. A partir das decisões em reunião, o grupo se organiza no trabalho cotidiano nas áreas de produção de fio, expedição, compras, vendas, financeiro e atendimento da loja. Estes trabalhos são desenvolvidos pelos membros conforme aptidão, necessidade e disponibilidade, e a retirada mensal é igual para todos os sócios.

Hoje, já existe o resultado do trabalho na vida da comunidade; divulgam e incentivam a possibilidade de um trabalho diferente, aliando o objetivo de sobrevivência à participação na transformação da vida em sociedade. No intuito de alcançar estes objetivos, o grupo participa do Centro de Direitos Humanos do município, da Associação dos Artesãos, da Associação de Moradores e de algumas reuniões dos Conselhos Municipais de Direito, como:

Saúde, Assistência Social, Trabalho e Renda e outros (espaços estes de implantação e deliberação de políticas públicas).

A Terra aluga um galpão para desenvolver suas atividades. Eles não se intitulam como cooperativa, mas como empresa que possui sócios. A empresa funciona das 7 às 24 horas, e recentemente contrataram dois funcionários para trabalhar temporariamente; esses funcionários não são sócios, isto é, recebem salário fixo. Os sócios estão construindo um regimento interno que trata das questões relacionadas a férias, benefícios e entrada de sócios, entre outras.

Além de estabelecer parcerias com a Ação Social Arquidiocesana por meio de encontros com grupos de autogestão e ajuda no encaminhamento de novos grupos de geração de trabalho e renda, a Terra estabelece parceria com a Incubadora Tecnológica da Universidade Regional de Blumenau - FURB, através da participação nas reuniões e discussões, assim como na programação e ministração de cursos para grupos que estão iniciando suas atividades, e programações de feiras.

Outra parceria acontece com a Bruscor, empresa de autogestão de Brusque; parceria que envolveu o empréstimo de equipamentos, que já foram pagos, e parceria que hoje estabelece ajuda na indicação de compra de fio e troca de informações a partir de um espírito de cooperação e não-concorrência.

Com a Anteag, Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, a parceria se desenvolve a partir da participação em reuniões com outros grupos e programação de eventos.

Com relação aos apoios que recebem como grupo, Aline, a representante da organização, em seu depoimento relata que “a gente acaba não tendo um apoio de gente que vem aqui direto. Temos parceria, porque muitas vezes somos nós que damos apoio a outros grupos”. Essas parcerias são vistas como essenciais para o grupo, pois “não consegue-se

trabalhar sozinho, isolado dentro de uma proposta de economia diferenciada” (ALINE). É fundamental, todavia, de acordo com Aline, que os parceiros tenham afinidades ideológicas com a organização; “ter como princípio a questão da solidariedade, a questão da mudança da sociedade, a questão da democracia, do respeito aos grupos e à cultura, ao jeito e à organização de cada grupo” (ALINE).

Além das afinidades ideológicas, Aline em seu depoimento ressalta a importância de os parceiros terem conhecimentos da área específica de trabalho deles e também conhecimento da autogestão. Segundo a representante da organização, encontrar pessoas que saibam trabalhar com a especificidade que é a autogestão não é tarefa fácil, e as universidades são as primeiras “a pecar nisso”.

Nem na universidade... A gente pega a universidade de um modo geral e dentro da Administração, num curso de cinco anos, você não tem uma matéria que trabalha as administrações alternativas... Então se você for contratado para trabalhar em uma cooperativa, você vai ter que ir prá lá e aprender, porque lá vai ser a tua escola (ALINE).

Tratando da questão dos apoios, Aline relata que os apoios que inicialmente as organizações recebem, e que se referem a discussões sobre a filosofia da economia solidária, são fundamentais, mas insuficientes, pois é no cotidiano das organizações que os problemas aparecem.

Na hora de trabalhar aparecem um monte de coisa para você resolver... De impecilho, de problema, de convivência, de administração, de gente que tinha o costume de ser empregado e agora vira patrão, a questão do custo, a questão do preço, a questão da relação com o mercado... E aí as pessoas não sabem fazer e as assessorias acabam também não sabendo como orientar (ALINE).

A Terra, segundo o depoimento de Aline, defende a idéia de que os grupos de apoio tenham a possibilidade de financiar pessoas dos empreendimentos que possam fazer assessoria para outro empreendimento. “De repente eu tenho condições de sair daqui por algum tempo e ir lá dar assessoria para outro empreendimento, porque eu tenho a prática... E uma coisa é você discutir a teoria, e outra, ter a prática” (ALINE).

Quando questionada sobre o papel do profissional de Serviço Social, Aline declara que o trabalho fundamental do Serviço Social seria o de ajudar os grupos a se manterem e se construírem para serem autosuficientes e caminharem sozinhos. O assistente social, para ela, deve ajudar os grupos a buscarem conhecimentos para fazer as mudanças; deve ser uma repassadora de conhecimentos com o objetivo de levar o grupo à independência.

A história da Terra deixa clara a importância que teve para o projeto o apoio técnico e financeiro de uma organização não-governamental. É interessante observar que a representante do grupo prefere falar em parcerias, uma vez que a relação da Terra com outras organizações implica troca, isto é, uma relação em que cada grupo tem condições de apoiar outros grupos.

A representante da organização, Aline, defende a necessidade de os parceiros terem afinidades ideológicas. Os ideais de solidariedade, democracia e de transformação da sociedade, aliados à compreensão da especificidade da autogestão e da filosofia da economia solidária, tornam-se imprescindíveis para o estabelecimento de parcerias.

Um aspecto levantado por Aline, e que é relevante para este trabalho, refere-se ao papel da universidade e dos profissionais que acompanham estas organizações. Para a representante da Terra, a gestão de uma cooperativa possui especificidades, que dizem respeito à questão da democracia, dos valores e da relação com o mercado. Essas questões que emergem do cotidiano trazem dificuldades para a gestão e não são trabalhadas satisfatoriamente pelas assessorias.

Quanto ao trabalho do profissional de Serviço Social, Aline considera que ele deve objetivar a independência do grupo; o profissional deve socializar informações e ao mesmo tempo deve ajudar os grupos a buscarem conhecimentos, de forma que sobrevivam e sejam auto-suficientes.

3.1.2 ASSOCIAÇÃO AR

A Associação Ar teve início em 1995 a partir da iniciativa de uma senhora, dona Aparecida, moradora do bairro Sertão de Imaruí, São José. Por extrema necessidade financeira, a sra. Aparecida e sua filha de 13 anos começaram a catar lixo (papelão e plásticos) nas ruas para posterior venda. Logo, percebendo que a idéia poderia gerar trabalho e renda, Aparecida começou a pedir que as pessoas levassem o lixo para o terreno onde moravam. O trabalho começou a aumentar e outras pessoas da família passaram a ajudar na coleta do lixo. Contavam com cerca de 20 pessoas, quando o Ministério do Trabalho, em vistoria na área, alertou sobre a não-legalidade do trabalho de menores e sobre a necessidade de se regularizar a associação. Dessa forma, a associação deveria registrar as pessoas através de Carteira de Trabalho ou constituir uma associação na qual o lucro seria dividido.

A partir da assessoria de um advogado que voluntariamente e anonimamente orientou na constituição da associação, em 2001 a associação se constituiu como tal. O estatuto foi inspirado no estatuto da Associação Fogo, e teve assessoria da Profa. Thyrza Pires da Escola Técnica Federal, hoje denominada Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - Cefet e de uma profissional de Engenharia da Companhia de Melhoramentos da Capital - Comcap, foram feitas as assembléias para aprovação do estatuto.

A associação recicla o material oriundo da coleta seletiva de lixo. Este material é trazido pela Comcap, que cobra dois centavos por quilo de material. Após a recepção, a triagem e o enfardamento, o material é vendido pela associação para o comprador que melhor pagar. Além da Comcap, a associação conta com um mínimo de lixo da Eletrosul e da Intelbrás.

A Associação Ar é basicamente constituída por mulheres (22), que moram no entorno da associação. O número de pessoas que trabalham na associação oscila de acordo

com a quantidade do material reciclado que eles recebem. Oficialmente possuem aproximadamente vinte e cinco pessoas, mas já trabalharam com trinta e oito. A entrada e a saída da associação são feitas de maneira informal. A faixa etária dos participantes é bastante diversificada, mas pode-se dizer que predominam associados que possuem em média 40 anos de idade.

As decisões na Associação Ar são tomadas em assembléia, e o relatório das contas e o recebimento pela produção são feitos semanalmente às sextas-feiras e acompanhados por três pessoas. O dinheiro conseguido a partir da comercialização do lixo reciclável é dividido igualmente por todos. Anualmente eles fazem um balanço.

O plano que possuem para este ano inclui a aquisição de uma prensa, um carrinho e um elevador para os materiais. A associação não possui nenhum equipamento próprio e paga aluguel para utilizar uma prensa no processo de trabalho. A esteira utilizada para a separação do material foi criada por eles, visando a facilitar a separação do lixo.

A associação recebe apoio da igreja adventista: ajuda com cestas básicas e reuniões semanais sobre dependência de drogas e estudos bíblicos. A presença de técnicos da Prefeitura é rara, e a associação relata dificuldades no trato das questões relacionadas à segurança no trabalho (uso de luvas, fumar no local de trabalho, etc.).

Não é feita nenhuma capacitação para os novos cooperados. Eles aprendem na prática, trabalhando ao lado dos mais experientes. O grupo foi aprendendo sozinho qual a melhor maneira para se reciclar lixo. Muito contribuíram os compradores, que exigiam uma determinada separação do lixo e qualidade na prensagem. O trabalho é feito por todos, o que significa que um cooperado pode estar em qualquer fase do processo de reciclagem.

A sra. Alda, representante da Associação Ar, relata que, a partir do trabalho na associação, muitas mulheres deixaram de “pedir comida nas ruas” e ir à Prefeitura buscar cesta básica. Quando um dos associados ou ex-associados passam por alguma dificuldade de

saúde e não pode mais trabalhar, os cooperados se cotizam para doar medicamentos ou o que chamam de “um quilo de amor”. Trata-se de doação de um quilo de algum produto alimentício. Segundo o depoimento da representante da associação, a vida das associadas melhorou depois que ingressaram na associação. Muitas tornaram-se as sustentadoras do lar, uma vez que muitos homens se encontram desempregados.

A associação é vista pelos associados, não apenas como local de trabalho, mas também como espaço de convivência entre amigos, que juntos lutam pela sobrevivência. O relato a seguir demonstra a importância desse espaço na vida dos associados.

É como um lar, né? Que as pessoas... Quando a gente vê outro que chegou meio chateado, a gente vai perguntar, né, “o que foi que aconteceu, o que que tá acontecendo?”; “ah!, o meu marido me bateu” ou “ah!, lá em casa não tá bom, e eu fico melhor aqui do que em casa”. Então eles começam a se expressar, né? E a gente começa a ouvir e eles gostam (ALDA).

Quando perguntada sobre a importância dos apoios para a associação, a sra. Alda afirma que sente falta de pessoas que a apoiem. Para ela essas pessoas devem ter as seguintes características:

Eu queria assim como assistência social, como uma pessoa que chegasse, e dissesse... Que fosse firme com eles, que dissesse assim “óh, eu preciso que faça isso”, né (ALDA).

A afirmação da Sra. Alda indica a relação que ela estabelece entre apoio e assistência social. Tal expectativa advém do fato de a associação contar com associados extremamente carentes, moradores de uma região com infra-estrutura precária, que enfrentam problemas relacionados a habitação e saúde. Tal afirmação expressa também a forte cultura patronal que considera importante uma voz de comando que determine o que se fazer.

Quando indagada sobre o trabalho do profissional de Serviço Social, a sra. Alda afirma que, embora não conheça realmente o trabalho do assistente social, a presença de um profissional traria confiança para ela e para os associados. “Se eles viesse aqui ao menos uma vez, duas por semana, já nos ajudava... Aí então já era alguma coisa” (ALDA). Segundo sua

avaliação, outras cooperativas conseguem caminhar e sobreviver porque contam com o apoio de assistentes sociais e de outras entidades.

A história da Associação Ar indica as dificuldades que se estabelecem em função da falta de apoiadores. O fato de não possuírem equipamentos próprios e de terem de pagar aluguel para a utilização da prensa, assim como pagar pelo lixo encaminhado pela Comcap, diminui as possibilidades de uma maior renda para os associados. Os órgãos públicos raramente se fazem presentes na organização através de seus técnicos, embora a associação manifeste grandes dificuldades internas e em relação ao seu entorno. A representante da associação, baseando-se no conhecimento de outras associações, considera que os apoios são fundamentais para o sucesso das cooperativas.

Quando questionada sobre o trabalho do profissional de Serviço Social, a sra. Alda manifesta expectativa em relação ao assistente social, dentro da perspectiva do “profissional da ajuda”.

É relevante destacar a importância que os associados dão para o fato de a associação ser um espaço não só de geração de trabalho e renda, mas um espaço onde as pessoas podem trocar idéias e compartilhar problemas.

3.1.3 ASSOCIAÇÃO FOGO

A Associação Fogo foi fundada em julho de 1999 a partir de um projeto da escola Técnica Federal de Santa Catarina, ganhador do 1º Concurso de Projetos Sociais da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Esse projeto previa um programa de capacitação para triagem de resíduos sólidos, reciclagem artesanal de papel e associativismo popular. O curso de capacitação técnica e associativista ocorreu durante seis meses, com apoio da Escola Técnica Federal, hoje denominada Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - Cefet.

O apoio da Cefet direcionou-se, assim, para a coordenação do projeto e disponibilização de professores e monitores para a capacitação técnica e para a capacitação associativista. O projeto teve ainda o apoio da Companhia de Melhoramentos da Capital - Comcap, no que se referia ao fornecimento do lixo seletivo e à concessão do terreno para a construção do galpão. A Prefeitura Municipal de Florianópolis também foi parceira: participou como entidade responsável pelo acompanhamento do projeto, custeou a construção do galpão e doou durante seis meses cesta básica de alimentos e vale-transporte aos integrantes do grupo que participaram do curso de capacitação. O apoio da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho se deu através do financiamento dos equipamentos e pelo apoio técnico para o monitoramento e avaliação do projeto (RIBEIRO, 2002).

A Associação Fogo objetiva desenvolver atividades de recepção, triagem, enfardamento e comercialização de materiais recicláveis. Durante o curso de capacitação, os membros do grupo tiveram a oportunidade de trabalhar em todas as etapas da triagem: a chegada do caminhão, o descarregamento, o abastecimento da esteira, o trabalho de seleção na esteira, o transporte para prensagem, e o enfardamento e o armazenamento para a venda (RIBEIRO, 2002).

O valor auferido com a venda, assim como a comercialização de produtos artesanais feitos a partir de papéis recicláveis, é revertido aos associados, que fazem a partilha da produção de forma equânime a cada quinze dias. A partilha é feita sob a responsabilidade de quatro membros da diretoria.

A Associação Fogo fez parte do projeto “Emergência das Organizações de Terceiro Setor: aprendendo a gerir” desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio do Funpesquisa e sob a coordenação da pesquisadora Dra. Maria Ester Menegasso. Como conclusão dessas pesquisas constatou-se que, apesar das dificuldades enfrentadas, a maioria dos cooperados possuem orgulho do trabalho que desenvolvem. Entretanto, embora o

estatuto aponte a necessidade de todos se envolverem no exercício das atividades administrativas, muitos encontram-se acomodados em relação a essa atividade.

A pesquisa realizada revelou também que a comunicação dentro do grupo é satisfatória. A comunicação formal acontece durante as reuniões semanais, nas quais são discutidos os assuntos necessários, e de forma democrática são tomadas as decisões relacionadas ao trabalho. A divisão do trabalho é feita igualmente, uma vez que todos se encontram treinados para atuar em qualquer atividade. Enfrentam dificuldades nas questões relacionadas com a segurança (falta de uso de luvas, sapatos ou máscaras de proteção). Essas conclusões puderam ser constatadas a partir de observações feitas na organização e a partir da participação em reuniões dos cooperados.

A Associação Fogo conseguiu um aumento significativo da produção após a doação da esteira por parte da Comcap e da baia cedida pela Prefeitura. O acompanhamento da produção é feito pela tesouraria da associação com apoio da equipe técnica da Prefeitura e do Centro Federal de Educação Tecnológica. A grande preocupação da associação está em ter que desocupar o espaço em que se encontram e que é cedido pela Comcap. Essa discussão tem sido freqüente, envolve os apoiadores e demarca diferentes opiniões.

Segundo dados conclusivos da pesquisa mencionada anteriormente, o fato de o projeto Da Associação Fogo ter se desenvolvido de forma planejada possibilitou que os cooperados compreendessem os princípios do cooperativismo, com ênfase na noção da democracia, solidariedade e equanimidade na distribuição dos resultados.

A Associação Fogo conta com o trabalho de 34 pessoas, sendo a maioria mulheres. Predominam associados da faixa etária de 20 a 30 anos. A organização se caracteriza pela alta rotatividade de associados, e, embora algumas razões apontem para este fato, nenhum levantamento científico foi realizado sobre o assunto.

A renda auferida pelos associados da Associação Fogo gira em torno de um salário mínimo, variando de acordo com a produção. Cabe ressaltar que os gastos maiores dos associados se referem à alimentação (um dos associados é incumbido da preparação da alimentação, que é paga integralmente pelos associados e feita de forma comunitária) e ao transporte (o transporte da comunidade onde moram até o local do empreendimento dos associados é feito através da contratação de um ônibus; este gasto representa 1/3 do valor líquido mensal da associação).

Mais recentemente, a Associação Fogo tem contado com o apoio da Fundação Banco do Brasil, através do projeto BB Educar, que objetiva a alfabetização. Os associados são dispensados para as aulas, que acontecem duas vezes por semana no horário de trabalho, sem prejuízo no total da partilha.

Os associados relatam que a vida deles melhorou após ingressar na associação. Alguns relatos foram extraídos dos depoimentos registrados no relatório da pesquisa intitulado “Tecnologias apropriadas para a geração de trabalho e renda nas associações de base comunitária”, que está sendo realizada pelo Núcleo Gerasol. Os relatos a seguir demonstram o que se afirmou anteriormente

Melhorou porque eu tava sem emprego, tá. Tava entrando até pras drogas. Aí a Nega falou comigo que eles tavam precisando de gente pra trabalhar aqui. Eu vim pra cá e melhorou. Parei com isso, né. Pra mim melhorou bastante (CLEIDE).

Pra mim também melhorou, porque a minha família era muito grande, só meu marido trabalhava, né. Catava papel na rua. E... Então nessa parte melhorou... A parte do trabalho né, que agora é, os mais velhos tão todos trabalhando, e também por causa do estudo, né, que eu não tinha condições nem de dar estudo aos meus filhos. E também através da escola, que eu não sabia ler, e eu era muito tímida. Então, nessa parte pra mim melhorou bastante mesmo (RITA).

Pra mim melhorou... Porque... Eu não trabalhava antes de vir pra cá, só ficava em casa. E depois que eu comecei a trabalhar aqui, com certeza eu adquiri mais coisas pra dentro de casa, com o dinheiro que eu ganho aqui. Eu comprei geladeira, comprei também televisão. Então melhorou nisso, porque melhorou a minha renda em casa, e eu consegui adquirir mais coisas (JULIANA).

A Associação Fogo, por meio de seus representantes tem participado de vários eventos na cidade. Dentre eles podem-se destacar: 4º Fórum Comunitário do Lixo,

Florianópolis/ SC, 1º Encontro Internacional de Catadores e Triadores de Resíduos em São Sebastião/SP, II Conferência Municipal de Assistência Social em Florianópolis/SC, II Feira Catarinense de Socioeconomia Solidária em Lages/SC, II Encontro Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis em Chapecó/SC e 1º Seminário de Gestão Ambiental de Florianópolis/SC. Tem participado ainda de Palestras na UFSC e de programas de TV.

A visão de que os apoiadores são fundamentais para o desenvolvimento da cooperativa é expressa pela representante da Associação Fogo, que conta com inúmeros apoios como o da Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do trabalho de uma assistente social, a Aflov a Comcap e o Centro Federal de Educação Tecnológica. O apoio segundo a representante da associação, refere-se tanto ao envio de lixo feito pela Comcap, como à manutenção, ao melhoramento e à expansão do espaço físico da cooperativa que tem sido feito pela Prefeitura. O Centro Federal de Educação Tecnológica, através da Profª. Thirza, coopera para a melhor organização do grupo e para a resolução de dificuldades internas.

Comentando sobre sua experiência em Encontros e Congressos de Catadores de Lixo, Ana, uma das representantes da Associação Fogo, relata que percebe a diferença da Associação Fogo e de outras cooperativas que não têm apoio de instituições públicas ou privadas.

Então tu vai nesses negócios e tu vê isso, tu volta pra associação e tá no céu. Porque aqui, graças a Deus tu tem um galpão, tu não trabalha no sol, tu tem a esteira, tu tem as prensa, tu tem pessoas unidas. E lá não. O grande problema das associações é a desunião. Porque no grupo é fundamental a gente ter união, porque sem união a gente não vai pra frente. Dizer eu vou trabalhar só pra mim, não vou pensar nos outros... Isso não é associação (ANA).

A participação da Associação Fogo em Encontros e Congressos é fundamental, pois nesses espaços acontece troca de experiências e de tecnologias que pode aumentar a produção da Associação. Além disso, percebe-se os problemas que enfrentam as outras associações e a necessidade de preservar a união do grupo (ANA).

Em seu depoimento Ana relata que a intervenção de pessoas externas à cooperativa é sempre positiva, pois os cooperados consideram bastante as sugestões de pessoas realmente interessadas no grupo; eles confiam nelas.

É interessante perceber que esse quesito, “ser interessado pelo grupo”, é fundamental. Os cooperados conseguem diferenciar aqueles “apoiadores” comprometidos realmente com a Associação daqueles que na verdade não se interessam por eles. Outras características são levantadas como sendo fundamentais para as pessoas que querem apoiar a Associação Fogo:

Em primeiro lugar, uma pessoa que goste de estar no meio do lixo e em segundo lugar uma pessoa que se importe com a gente, que saiba que a gente tá aqui é pra trabalhar com lixo, e lixo é um serviço honesto... Porque já chegou bastante pessoa pra trabalhar aqui com a gente, que já sente nojo do lixo... Aí eu acho chato. A pessoa tem que ser carinhosa, porque ninguém vem aqui só pra mandar, querer mandar, mas vem pra conversar, trocar idéias, trazer experiência nova, pessoas que se importem com a gente (ANA).

O apoio para a Associação Fogo foi fundamental desde o seu início. Receberam orientações de um contador, que ensinou ao grupo as melhores formas de se realizar a partilha e o controle dos processos de trabalho, e receberam da Prefeitura os equipamentos que aumentaram a produção e a renda dos cooperados.

Ana, em seu depoimento, relata que a profissional de Serviço Social participa das reuniões do grupo e que seu apoio é fundamental.

Quando a gente tem um problema que a gente não tá conseguindo resolver, a gente fala e ela fica em cima até conseguir resolver aquele problema... Marca médico para quem precisa... Conseguir remédio para a gente, procura para a gente sair para vender o material do artesanato, procura exposição para a gente ir... Quando a gente quer ir viajar, que a gente não tem dinheiro, ela ajuda procurar alguém para pagar para a gente ir. É uma ajuda fundamental para a gente (ANA).

A representante da Associação avalia que existe troca de idéias e muita conversa com a profissional de Serviço Social, mas sentem falta de um profissional da Psicologia. Sua importância decorre do fato de que “tem bastante pessoas que chega estressado... Nem que

fosse uma estagiária, para poder conversar, desabafar, fazer alguma dinâmica... Porque aqui é a nossa casa... A gente passa mais tempo aqui do que em casa” (ANA).

Percebe-se que, diferentemente da Associação Ar, a Associação Fogo, mesmo solicitando constantemente as orientações dos apoiadores, tem claro que o papel do apoiador não é o de mandar e determinar o que tem que ser feito, mas o de trocar idéias e experiências.

3.1.4 COOPERATIVA ÁGUA

A Cooperativa Água foi fundada em outubro de 2001 a partir da organização de cerca de 60 catadores de lixo do aterro sanitário da Prefeitura de São José. A partir de uma parceria com a Prefeitura e com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente, a usina de reciclagem, assim como todos os equipamentos necessários para o seu funcionamento, que se encontravam desativados foram reformados. A cooperativa surge diante da situação de precariedade de trabalho em que viviam os catadores do lixo; foi uma forma de garantir que os catadores não ficassem sem trabalho.

A Cooperativa Água recebe o lixo bruto da cidade para fazer a separação. O lixo que vem da coleta seletiva de lixo é extremamente reduzido, e não comportaria o grande número de cooperados. Atualmente a cooperativa conta com 90 cooperados, e aproximadamente 20 encontram-se na cooperativa desde o início.

É com o lixo bruto que os cooperados desenvolvem a maior parte do trabalho. Esse lixo passa pela esteira para se separar o que reciclável. De aproximadamente duzentos e cinqüenta toneladas de lixo bruto os cooperados separam para a reciclagem apenas dez.

A cooperativa conta atualmente com o apoio do proprietário da empresa Rendaplast, empresa que compra todo o material reciclado. O proprietário da empresa não faz parte da cooperativa, isto é, não ganha a partilha do que é produzido pelos cooperados, mas cuida da

parte administrativa e da manutenção dos equipamentos; é considerado pelos cooperados como um representante da cooperativa e assume funções relacionadas a essa representação.

A empresa Rendaplast é proprietária de parte dos maquinários (dois tratores, uma prensa, um caminhão), e o maquinário da usina, que inclui o guincho, a esteira, duas prensas e um caminhão (que fica direto na cooperativa e cujo motorista é um cooperado), pertence à Prefeitura. A empresa Rendaplast planeja agora construir outro galpão para colocar maquinário que possa lavar o plástico na própria cooperativa.

Quando indagado sobre a importância dos apoios para a Cooperativa Água o sr. Júlio, dono da empresa Rendaplast, afirma que particularmente o seu apoio é fundamental para a cooperativa, pois toda a manutenção, a organização e a administração passam por ele. Para o sr. Júlio o seu apoio é fundamental, pois os cooperados “são pessoas que não têm essa capacidade para organizar, né? São umas pessoas muito leigas, são pessoas que não têm... Sem estudo, pouco estudo, né?” (SR. JÚLIO).

Embora a associação tenha sua diretoria, o Sr Júlio participa das assembleias e relata que todos participaram da elaboração do estatuto e do regimento interno da cooperativa. Esclarece que inicialmente foi formalizada uma associação, mas que o Ministério do Trabalho exigiu que se fizesse uma cooperativa, o que exigiu novas discussões com os cooperados.

A entrada de cooperados na cooperativa é livre e independe de indicação, mas a pessoa que quer trabalhar deve “obedecer as normas da cooperativa” (SR. JÚLIO).

Com relação à partilha, o motorista, o operador de garra e o encarregado ganham uma porcentagem a mais (10 a 15%) sobre o total produzido. Os demais cooperados ganham igual; a média de ganho mensal dos cooperados varia em torno de duzentos e oitenta e trezentos e vinte reais por mês.

A partilha é feita diariamente no final da tarde, e todos os que trabalharam naquele dia recebem o total da produção dividido igualmente. O acesso aos controles financeiros é livre a todos os cooperados. O sr. Júlio assim explica a partilha:

E a turma da cooperativa é, tudo que eles trabalham, é tudo pesado junto, cada mercadoria tem o seu peso e o seu preço, então é tudo marcado. Todo o dia de tarde é pesado tudo que eles entregam, e esse material é rateado entre todos (SR. JÚLIO).

A partir de discussões e reuniões, que acontecem a cada oito ou quinze dias, no horário do expediente, os cooperados decidiram que as ausências no trabalho por motivo de saúde devem ser justificadas com atestado médico. O objetivo não é que o cooperado ganhe o dia, mas que não abuse das faltas e passe a assumir uma postura descomprometida com o trabalho na cooperativa.

A faixa etária dos cooperados é bem variada, mas predominam cooperados com idade entre 20 e 40 anos e ainda mulheres (cerca de 60%). Os cooperados trabalham com os equipamentos de segurança (luvas, botas e máscaras). Esses equipamentos são fornecidos pela Rendaplast, e pôde-se observar e constatar que são usados de forma adequada.

A refeição é feita coletivamente no refeitório e cada cooperado paga o valor de R\$1,50 por dia. Uma cozinheira é funcionária da Rendaplast, e outra cozinheira é cooperada.

Quando questionado o fato de a Rendaplast ser a única empresa compradora dos produtos reciclados pela cooperativa, o sr. Júlio afirmou que o preço pago pela empresa que representa corresponde ao melhor preço pago pelo mercado, para os mesmos tipos de produtos.

Com relação ao grau de satisfação dos cooperados, o sr. Júlio argumenta:

Porque aqui é o seguinte: como é que não vai ficar contente uma pessoa que é desqualificada, que não tem um estudo, não tem uma profissão, e aí ganha trezentos, trezentos e poucos reais por mês, enquanto hoje tem empresa por aí, hoje, que paga duzentos. Entendeu?

Indagado sobre a importância dos apoios para a cooperativa, o Sr Júlio avalia que o apoio que recebem da Igreja Adventista do Sétimo Dia é bastante eficiente, pois, afora os

estudos bíblicos e a presença semanal de pastor e voluntárias da igreja que ministram palestras, diariamente antes do início das atividades é lido um trecho bíblico e são feitas orações.

Essas práticas, segundo o sr. Júlio cooperaram para a melhoria dos relacionamentos. “No começo aqui nós tinha muito problema... Mas hoje, hoje nós tornamos um povo bom aqui dentro” (SR. JÚLIO).

Todos os cooperados participam das reuniões coordenadas pela Igreja Adventista. “No começo ficava um pra lá, outro pra cá, todo mundo se escondendo. Hoje, não. Hoje, todo mundo participa, todo mundo gosta e melhorou assim, como é que se diz? A educação deles, era difícil se lidar com eles” (SR. JÚLIO).

Em seu depoimento o sr. Júlio afirmou que o trabalho desenvolvido pela igreja transformou as pessoas. “Essas pessoas hoje são doces, são pessoas que dá prazer de conversar com elas. E a gente sabe que são tudo coisa da conscientização da gente que vivia assim, sem cultura e sem ninguém pra dar uma palavra amiga. E hoje eles escuta todo dia”(SR. JÚLIO).

Com relação ao trabalho do profissional de Serviço Social, o sr. Júlio afirma que na Cooperativa Água não é necessário o desenvolvimento do trabalho do assistente social. Ele assim expressa sua opinião:

Nós já temos muito melhor que assistente social, nós temos um trabalho aqui... Nós temos uma conscientização do povo aqui, um sistema de educação bem melhor do que de assistente social. Acho que não faria o trabalho que nós temos uma pessoa que faz.

Observa-se, através da história da Cooperativa Água, que o papel do apoiador é fundamental para a sobrevivência da cooperativa. Embora se possa questionar o papel da empresa apoiadora na cooperativa, sua forma de intervenção junto aos cooperados e o desenvolvimento dos princípios do cooperativismo, a cooperativa absorve um grande número de pessoas e tem a garantia da venda de seus produtos por um bom preço. Não se pode deixar

de destacar o papel que a Igreja tem assumido nesta cooperativa, e que tem trazido transformações nos relacionamentos e na vida das pessoas.

Embora a Cooperativa tenha apoio da Prefeitura de São José, especialmente da Secretaria do Meio Ambiente, os profissionais de Serviço Social mantêm um distanciamento deste campo de trabalho. Esta postura traz como consequência um desconhecimento do trabalho do profissional e uma desqualificação deste por parte dos cooperados.

3.1.5 COOPERATIVA VIDA

A Cooperativa Vida, fundada em 1995 por moradores do bairro Costa da Lagoa, tem como objetivo fazer o transporte de passageiros no trajeto Lagoa-Costa da Lagoa. Conta atualmente com 30 cooperados que residem na Costa da Lagoa e possuem a habilidade da pesca ou de manuseio com barco.

Anteriormente à formação da cooperativa, a Prefeitura detinha o transporte de passageiros da Costa da Lagoa, e os ainda não cooperados, individualmente em seus próprios barcos, realizavam o transporte apenas em alguns horários e em situações de muito movimento, como as de temporada em que a demanda (transporte dos turistas) não era absorvida pela Prefeitura.

Quando a Prefeitura deixou de fazer o transporte de passageiros (por dificuldades em manter a qualidade dos barcos), todas as linhas ficaram para a cooperativa. Assim, o trabalho que era realizado individualmente e com muitos conflitos interpessoais hoje é regulamentado através de estatuto interno.

O presidente da associação relata não possuir recursos financeiros para ampliar o atual trajeto em direção a novos locais e assim criar novas linhas de transporte. Isso exigiria investimento para a compra de barcos e trapiches. Para esses novos investimentos a

associação aguarda apoio da Prefeitura, que, segundo informações dos associados, já prometeu essa ampliação do trajeto dos barcos.

Além do transporte de passageiros, a cooperativa realiza esporadicamente, e com agendamento prévio, passeios turísticos para o oceano (Ilha do Campeche); esses passeios ocorrem especialmente no período de férias e correspondem a um aumento de trabalho e receita para os cooperados.

Para ser membro da cooperativa é necessário ser morador da Costa da Lagoa, barqueiro e pescador. Além desses pré-requisitos, a entrada de novos membros na cooperativa se dá mediante a aprovação de todos os cooperados e a compra de cotas por parte do interessado; o valor da cota varia entre R\$ 400,00 a R\$ 500,00.

Os membros da cooperativa, em sua maioria, possuem laços de parentesco. Essa característica do grupo dificulta a administração da cooperativa, já que, quando ocorre algum problema, a punição e a obediência do regulamento interno, em alguns casos, tornam-se difíceis.

Grande parte das pessoas que trabalham na cooperativa são cooperados. A exceção fica por conta de um funcionário, um cobrador de passagem e uma funcionária para a faxina, que recebem salário.

Devido ao próprio serviço que executam e à exigência de o cooperado ser pescador e barqueiro, a cooperativa é formada majoritariamente por homens. Quanto à escolaridade, o presidente informa que alguns cooperados estudam à noite, mas que pelos menos 50% são analfabetos, e o restante dos cooperados possui apenas a 4ª série.

Os cooperados relatam que houve uma significativa melhora na qualidade de vida depois que começaram a trabalhar na cooperativa. Como pescadores, e tendo que buscar trabalho em outras regiões, a vida para eles exigia mais sacrifícios: meses longe de casa e em alto-mar longe da família.

Os barcos com os quais os cooperados operam são pequenos e de propriedade individual; antes barcos de pesca, foram adaptados para o transporte de passageiros (construíram um toldo sobre o barco e bancos para os passageiros). A cooperativa tem como objetivo investir na compra de barcos maiores para transportar mais passageiros, e assim baixar os custos. Já houve alguns contatos com a Prefeita para buscar apoio e recursos para compra dos barcos; todavia, existe uma polêmica na cooperativa quanto ao uso desses barcos, que seriam de propriedade coletiva.

Cada barqueiro tem um custo diferente e um recebimento diferente, conforme o tamanho do barco e o número de passageiros que atende; isto evita que os cooperados tenham prejuízo. Dessa forma, cada barqueiro soma o total de venda de passagens daquele dia e recebe 20% desse valor para suas despesas com gasolina. Os 80% restantes vão para a cooperativa que, após retirar 10%, divide o restante com todos os cooperados que trabalharam naquele dia.

A distribuição dos resultados da semana é feita no sábado, assim como a escala de trabalho da semana seguinte. A escala possibilita que os cooperados possam folgar nos dias em que se dedicam à pesca, uma vez que todos os cooperados aliam suas atividades na cooperativa com a pesca como forma de aumentar seus rendimentos.

O Núcleo de Transporte da Prefeitura é responsável pelo aumento da passagem e pela fiscalização. A cooperativa atende um público de cerca de 450 passageiros em média.

A principal dificuldade da cooperativa segundo seu presidente, é a aplicação das normas estabelecidas no regulamento interno.

A Prefeitura é a única parceira da cooperativa no que se refere à construção dos pontos e dos trapiches. Todavia, técnicos da Prefeitura nunca se fizeram presentes na cooperativa.

A Cooperativa Vida conta atualmente com o trabalho de uma assistente social, que está contratada provisoriamente como cobradora de passagem. Essa profissional pretende, através de seu trabalho junto à cooperativa, desempenhar as funções de assistente social, mesmo que voluntariamente.

A grande preocupação da Cooperativa Vida é a falta de apoio. Segundo a avaliação do representante da cooperativa, a ausência dos apoios impede que a cooperativa cresça. O apoio da Prefeitura se refere apenas à construção de trapiches e pontos de barco. O sr. Carlos, representante da Cooperativa, avalia que a presença de algum profissional junto à cooperativa poderia facilitar a observância das normas internas e ajudar nas discussões em que não há consenso. Nunca teve contato com assistentes sociais e desconhece o trabalho do Serviço Social²⁰.

Os entrevistados das organizações-foco desta pesquisa em sua totalidade apontam para a necessidade de apoio de profissionais dentro da organização, não definindo, entretanto, esse profissional com clareza. Muitas organizações desconhecem o papel do Serviço Social, mas aquelas que possuem intervenção direta dos profissionais relatam a existência de troca de idéias e respeito pelo grupo.

Pôde-se observar também que os apoiadores, mais do que apoiadores devem transformar-se em parceiros. É essa a expectativa que algumas organizações manifestam; parceiros que se identifiquem com o grupo, com a economia solidária e seus valores, e com a extensão dela a outros grupos.

Observa-se, assim, que as cooperativas pesquisadas contam em sua maioria com o apoio da Igreja e um reduzido apoio de órgãos públicos. Aquelas que contam com o apoio de órgãos públicos não contam, entretanto, em sua totalidade, com o trabalho sistemático de profissionais de Serviço Social.

²⁰ Na época da entrevista com o representante da cooperativa, esta não contava ainda com o trabalho da profissional de Serviço Social, contratada atualmente para exercer a função de cobradora de passagens.

3.2 A GESTÃO SOCIAL E O ASSISTENTE SOCIAL

Na análise das entrevistas feitas com as profissionais que acompanham direta ou indiretamente as organizações de economia solidária optou-se por transcrever os trechos mais significativos que cooperam para a compreensão do tema proposto para a pesquisa. Embora algumas falas de profissionais sejam longas, optou-se por não seccioná-las. O objetivo é a compreensão global do pensamento do entrevistado.

No intuito de dar conta dos objetivos desta dissertação, trabalhou-se a análise dividida nos seguintes aspectos: 1) o espaço de inserção profissional do assistente social; 2) o assistente social e o entendimento da economia solidária; 3) as competências do assistente social; 4) a gestão social e o Serviço Social.

3.2.1 O ESPAÇO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

As profissionais, foco desta pesquisa, consideraram que o Serviço Social possui um papel bastante relevante dentro das organizações nas quais trabalham. Para a profissional Adália, o Serviço Social é uma das profissões mais importantes dentro dos órgãos públicos municipais, uma vez que “lida com todas as questões socioeconômicas e políticas do município”. Corrobora com esta visão a profissional Beatriz, que destaca que hoje administradores e Secretarias como a da Educação, Saúde e a do Meio Ambiente manifestam a necessidade do profissional de Serviço Social.

Segundo as profissionais Adália e Beatriz, a crescente importância do Serviço Social é fruto da criação de possibilidades e de conquistas. Beatriz salienta que a profissão tem desafios, mas muito já se avançou e tem muito ainda a avançar. “Hoje, a coordenação de

todos os programas já é de um assistente social. Na verdade era qualquer profissional. A chefia ficava com outra pessoa, e o assistente social só trabalhava na ação. Hoje, não, ele já coordena e atua” (BEATRIZ). Para Adália os profissionais dentro dos órgãos públicos municipais estão criando e conquistando, “só que não são todos, são alguns. Ao mesmo tempo, falta disposição das pessoas para buscarem conhecimento, conhecer a situação X”.

Em seu depoimento, Márcia adverte que, apesar de haver um descompasso entre o referencial teórico que utiliza para sua intervenção e o referencial teórico que norteia a prática, muitas vezes assistencialista, da organização em que trabalha, a importância do trabalho do assistente social está em qualificar as práticas da assistência social, principalmente aquela desenvolvida pelo voluntariado.

A gente tenta qualificar o trabalho profissional com voluntários, e aí o voluntário, não é que ele seja um problema, mas o voluntário da igreja é aquele voluntário que quer fazer aquela prática da caridade social, e deu. Mas vejo que é um desafio, acho que é extremamente importante o assistente social dentro dessa instituição, porque tem uma gama muito grande de trabalho social sendo feito dentro da igreja, e sem qualificação, sem qualificar. Então a importância do profissional é tentar qualificar minimamente possível os voluntários para que eles estejam participando da organização na luta pela defesa dos direitos (MÁRCIA).

No que se refere aos limites que a organização coloca para o desenvolvimento das atribuições do assistente social, a profissional Beatriz argumenta que um grande limite é o número reduzido de profissionais para a grande demanda de trabalho, assim como o pouco incentivo para o aperfeiçoamento e a reciclagem dos profissionais. “As pessoas que se dedicam mais, trabalham mais, se sobrecarregam e acabam não dando conta de tudo o que têm que fazer” (ADÁLIA).

Corroborando essa opinião Márcia, para quem o trabalho junto às organizações de economia solidária requer necessariamente mais pessoas trabalhando, pois “a gente acaba sempre tendo que trabalhar com muitas frentes, e aí quando o dia acaba a sensação é que você não fez nada”. Para ela, especificamente nas organizações de economia solidária, é fundamental mais assistentes sociais e também profissionais de outras áreas como a

Psicologia, a Administração a Economia e a Contabilidade. O trabalho interdisciplinar é colocado por Márcia como fundamental para a sustentabilidade dos grupos, pois, segundo suas palavras, se “a gente tá querendo dar um suporte mais sistematizado para que estes grupos comecem e tenham uma vida longa... Que eles não comecem hoje e fechem daqui a seis meses, a gente tem essa necessidade”(MÁRCIA).

Em seu depoimento Sílvia afirma que a questão dos poucos recursos das organizações para a área social é um limite para o desenvolvimento das atribuições do assistente social. A escassez dos recursos impede, segundo a profissional, que o Serviço social possa desenvolver suas atividades. Além da escassez de recursos, um outro fator apontado como limite refere-se à hierarquia na tomada de decisões. De acordo com sua avaliação “existem projetos que a tua chefia não gosta muito e o projeto é deixado de lado e isso é uma coisa que interfere bastante no trabalho. Algumas articulações depende da tua chefia e às vezes falta apoio, faltava assim... Gerenciamento” (SÍLVIA).

Apesar de os limites e os desafios serem grandes para o desenvolvimento das atribuições dos profissionais de Serviço Social, Márcia acredita que as possibilidades são muitas. A entrevistada cita como exemplo a conquista em trabalhar hoje com a economia solidária. O relato a seguir esclarece sua argumentação.

Até três anos atrás não se falava de economia popular solidária aqui dentro. Se falava de alguns grupos que eram, entre aspas, ajudados. Era repassado dinheiro para alguns grupos, e pronto. E hoje a gente consegue trazer essa discussão para dentro da instituição, mostrar que ela é importante, mostrar que ele é um caminho via assistência social, que o mundo do trabalho tem que começar a ser questionado, tem que começar a ser discutido. E acho que a gente já... Todos os limites que a gente já apontou, a gente teve várias coisas positivas que aconteceram, e as possibilidades estão abertas. A gente conseguiu organizar uma feira de economia solidária com o trabalho que a gente desenvolve na [...] A segunda feira de economia solidária que vai acontecer esse ano que é fruto de todo esse trabalho. O problema é o respaldo que a gente deveria ter para que esse trabalho fosse de fato valorizado pela instituição e visto como uma prática do assistente social, fruto também de uma política de assistência social e não só como algo a parte da instituição (MÁRCIA).

Os limites que a organização traz para o desenvolvimento das atribuições do assistente social são para a profissional Marina, a falta de pessoal, a burocracia, o limite

orçamentário e a falta de autonomia dos profissionais que estão trabalhando “no campo”. Segundo a profissional, “falta mais autonomia para o profissional tomar decisões, não precisar estar dependendo... Dependendo de outras coisas... E tem a burocracia. Principalmente a questão financeira. O nosso trabalho... Quanta coisa eu deixei de fazer por limite de verba” (MARINA).

Analisando as possibilidades de intervenção dos profissionais de Serviço Social, Adália avalia que a organização é composta pelos indivíduos, e os indivíduos é que acabam não buscando as possibilidades de atuação. “As possibilidades, elas existem e elas não são construídas. Existe muita demanda que não está sendo atendida como deveria” (ADÁLIA). A profissional manifesta grandes preocupações em relação à profissão. Dentre elas destacou:

Preocupação em relação à viabilidade das ações; falta de conhecimento de alguns profissionais em relação às ações que eles próprios executam; às vezes não sabem por que estão fazendo aquela determinada função, determinada atividade; sem objetivo. Isto me preocupa.

Me preocupa também a falta de atualização de alguns profissionais de Serviço Social. Isso independe da formação profissional. Acredito que é uma coisa pessoal; algumas pessoas buscam se atualizar, participar sempre das conferências, dos seminários; estar buscando o que se pode fazer em determinada situação.

Uma das maiores preocupações que eu tenho aqui ... É a estatística, a demanda reprimida. As questões sociais que aparecem e que não têm nenhuma ação; uma demanda que ninguém resolve, me parece assistencialista. Falta iniciativa de alguns assistentes sociais, falta disposição das pessoas para buscarem conhecimento, conhecer a situação. Falta realmente profissionais que busquem estratégias para lidar com as questões sociais (ADÁLIA).

A partir de sua experiência profissional e de sua relação com muitos profissionais, Márcia destaca que sua grande preocupação refere-se à desqualificação dos profissionais de Serviço Social, principalmente no que se refere às questões relacionadas com o mundo do trabalho.

Na questão do mundo do trabalho você começa a conversar com profissionais da área e você começa a ver que isso é para eles algo extremamente desconectado da realidade, da política da assistência social. Então eu acho isso um absurdo. Nem a Lei Orgânica da Assistência o pessoal lê, o que é complicadíssimo. Então me preocupa muito a falta de capacitação, a falta de um referencial teórico que possa realmente dar sustentabilidade para a leitura da realidade. São questões que eu acho que deveriam estar sendo mais... Aí eu acho que não é nem questão da universidade, mas do próprio profissional. Ele sai da universidade, se qualificou, fez um curso de graduação e fica a vida inteira trabalhando como profissional da área e não tá nem aí para nenhuma especialização, não busca, não lê nada. Tá muito comum isso (MÁRCIA).

A desvalorização do profissional é, para Marina, uma questão bastante importante. Para ela essa desvalorização vem da desmobilização da categoria, que deveria fazer mais reivindicações e se unir através do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS. Para ela, trata-se de “uma categoria que não luta muito. Talvez por isso seja tão desvalorizada” (MARINA). Todavia, a profissional considera que houve avanços a partir da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, uma vez que a partir da municipalização de projetos muitos assistentes sociais foram contratados.

Em seu depoimento Marina avalia que “a partir da LOAS passou a conhecer e necessitar mais do trabalho do assistente social em alguns locais, principalmente Prefeituras, mas acho que se tem muito a fazer pela profissão”. Na Secretaria Municipal em que Marina trabalha o social tem foco primordial, e a figura do assistente social é imprescindível, uma vez que “todo projeto, todo programa tem assistente social. É importante, mas não valorizado. Existem técnicos que acham que podem fazer o trabalho do assistente social” (MARINA).

Corroborar essa idéia a assistente social Sílvia, para quem a profissão é pouco valorizada. Ela acredita que essa desvalorização do profissional existe em função da visão assistencialista de muitos profissionais. Para ela “o que incomoda é que existem acadêmicas que saem do curso com uma visão muito assistencialista, e isso distorce nosso trabalho. Já escutei pessoas dizerem que assistente social não sabe de nada. Não vêem legal o trabalho do assistente social” (SÍLVIA).

A preocupação de Sandra centra-se no pouco campo de trabalho do assistente social e no grande número de profissionais desempregados. Ela considera que a falta de trabalho desanima os profissionais e os impede de buscar informações e atualização teórica.

As profissionais Beatriz e Adália relatam que desenvolvem atividades bastante diversificadas dentro da organização em que trabalham. Estão ligadas a planejamento, criação

de programas, articulações políticas, encaminhamentos, contato com entidades e atividades burocráticas. Não mencionam, entretanto, nenhuma atividade relacionada à organização e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários.

Márcia relata que seu trabalho é bastante dinâmico. Suas atividades voltam-se para o planejamento e a avaliação das ações, e para o contato direto com os grupos que desenvolvem experiências de economia solidária. O seu relato centra-se nas atividades que desenvolve junto aos grupos de economia solidária.

Lá no grupo você tem que dar conta de um mundo de coisas. Tem que dar conta de estar trabalhando com eles a questão da administração, da economia, a questão do mercado, a questão emocional do grupo, a sociabilidade. Tem que estar discutindo, assim, uma série de questões. Então um dia de trabalho é muito dinâmico. Ao mesmo tempo que você está sentada dentro da instituição trabalhando o planejamento do teu trabalho, fazendo a síntese do teu trabalho, relatando o teu trabalho, no outro dia você está lá com o grupo... Trabalhando com os grupos. (MÁRCIA).

Considera-se, a partir das entrevistas, que o Serviço Social tem assumido um papel relevante dentro das organizações. Em muitas delas o profissional de Serviço Social representa a maioria dos profissionais envolvidos com as questões sociais, e dentro dos órgãos públicos municipais, especificamente, tem sido considerado como um dos profissionais mais importantes. Paradoxalmente, muitas profissionais relatam que a profissão não é valorizada e que falta autonomia dos profissionais. As profissionais entrevistadas não fizeram uma clara análise sobre em que aspectos a burocracia de sua organização pode dificultar o desenvolvimento de ações flexíveis e a adaptação a fatos não previsíveis. Segundo as entrevistadas, a questão da burocracia, a função assistencialista da organização e o excesso de hierarquia na tomada de decisões são desafios que as profissionais de Serviço Social devem enfrentar. Outros desafios e preocupações foram ainda levantados e merecem destaque. Entre eles, a falta de disposição dos profissionais para a busca de conhecimento, a acomodação de grande parte dos profissionais, as dificuldades na utilização de referencial teórico que norteie a prática, a desqualificação dos profissionais no que se refere às questões do mundo do

trabalho, a falta de clareza em relação às suas ações, a necessidade de qualificar a prática da assistência social desenvolvida pelo voluntariado, o número reduzido de profissionais em função da grande demanda de trabalho e a necessidade do desenvolvimento de trabalho interdisciplinar.

Observa-se que, em algumas organizações que trabalham com a economia solidária, o profissional de Serviço Social não participa diretamente do planejamento e da execução das ações; eles não se inserem no espaço de discussão sobre o futuro das organizações. Considera-se fundamental, assim, que, dentro das organizações, a discussão sobre o futuro das organizações de economia solidária, a definição do que fazer, como, quando e com que recursos deve ser feita com a participação do profissional de Serviço Social.

O profissional de Serviço Social, a partir de sua inserção dentro das organizações com as quais mantém vínculos empregatícios, pode cooperar para que haja uma clara estrutura humana e material para o desenvolvimento do trabalho social com as organizações de economia solidária, assim como para que as pessoas envolvidas nos projetos tenham clara definição de suas atribuições. Isso requer que os profissionais se capacitem nessa área de trabalho.

Os profissionais de Serviço Social podem ainda coordenar os trabalhos que envolvem as organizações de economia solidária, assim como realizar o controle, isto é, cuidar para que tudo se realize de acordo com os objetivos estabelecidos, assim como atentar para o controle externo que muitas vezes garante parte do apoio financeiro das organizações de economia solidária.

O profissional de Serviço Social responsável pela direção do programa deve tomar decisões, orientar, conduzir e estimular as pessoas para o desenvolvimento do trabalho, de modo que os objetivos estabelecidos sejam cumpridos, assim como trocar experiências com pessoas externas à organização.

Observou-se a partir das entrevistas que muitas vezes as profissionais de Serviço Social sentem-se desmotivadas para o trabalho, no sentido de propor novas práticas e novos projetos. A desmotivação parece ter sua origem nos limites que a organização coloca para os profissionais de Serviço Social. Os limites relacionados à pouca valorização do profissional, pouco reconhecimento do trabalho do profissional, excessiva hierarquia, falta de verbas, dificuldades ideológicas e rotina no trabalho, acabam não colocando desafios para os profissionais. O espírito de liderança e a ousadia não puderam ser observados na totalidade das entrevistadas, assim como a preocupação com a reciclagem por meio de pesquisas e leituras.

3.2.2 O ASSISTENTE SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.2.2.1 O entendimento de economia solidária

Quando indagada sobre o entendimento que possui sobre economia solidária, Adália considera que é “uma forma das pessoas se organizarem em associações ou cooperativas, ou mesmo em grupos de trabalho, onde elas buscariam formas e estratégias para sua própria renda. Não sei se é exatamente isso, mas acredito que é novo ainda no município” (ADÁLIA). Para ela existem ainda poucas organizações de geração de trabalho e renda, embora já existam algumas estratégias dentro dos próprios programas desenvolvidos na Secretaria onde atua.

Dentro da Secretaria em que trabalham, Adália e Beatriz afirmam que em termos de planejamento e orçamento os projetos de economia solidária não aparecem.

Vão aparecer implicitamente, nos programas com a organização de pequenos grupos. A nível do município, acredito que as cooperativas vão aparecer no Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, mas também de forma implícita, não enquanto cooperativa ou associação (ADÁLIA).

Na organização em que Marina trabalha as organizações de economia solidária aparecem no orçamento e no planejamento, mas, devido aos cortes orçamentários, essas organizações nunca foram contempladas. A mesma situação é apontada por Sílvia. “Esses projetos prevêm recursos só que... Nunca é atendido. Eu nunca vi recurso ser injetado na [...]”.

Na organização de Márcia os projetos com grupos de economia solidária recebem destaque no Planejamento e Orçamento. Ela considera que a economia solidária é “o carro-chefe” da organização em que trabalha. Os recursos são oriundos de fontes próprias e de entidades não-governamentais da Alemanha.

Embora alguns profissionais relatem que desenvolvem funções de planejamento e criação de programas, a economia solidária não está incluída no planejamento de seu local de trabalho. Já outros profissionais, que constatarem a economia solidária compondo o planejamento e o orçamento de sua organização, relatam que na prática os empreendimentos não recebem apoio financeiro. Considera-se, assim, que na organização em que trabalham, seja pública estatal, seja privada, o profissional de Serviço Social deve inserir, via planejamento, os projetos de economia solidária e estabelecer claras estratégias de atuação.

A pesquisa mostrou que na organização privada o planejamento relativo às organizações de economia solidária é claro, e o orçamento, aplicável. A economia solidária, para a profissional Márcia, que trabalha em uma organização não-governamental, vai desde a organização do grupo como empresa de autogestão, até a intermediação com o mercado, que, por ser competitivo, “acaba trazendo dificuldade muito grande para que o grupo possa ter sustentabilidade” (MÁRCIA).

Em seu depoimento Márcia analisa as dificuldades em se conciliar as propostas de solidariedade com o mercado, na hora da comercialização, pois “os grupos acabam se organizando dentro de uma proposta de comunhão, de economia solidária, e na hora da

comercialização ele acabam entrando no mercado comum, até porque precisam da subsistência” (MÁRCIA). A partir de sua experiência profissional, Márcia entende que

A economia solidária está servindo para solidificar, e para ver e para pensar que existem formas diferentes de se estruturar a sociedade. Eu acho que é uma semente que a gente tá plantando com vários grupos e várias comunidades carentes mostrando que essa economia que tá aí não é a única economia possível (MÁRCIA).

Os projetos de economia solidária, para Beatriz, deverão receber incentivo daqui para a frente. Embora ela não defina economia solidária, ela afirma que o trabalho é fundamental para a pessoa ser feliz.

Não adianta nada você fazer política para a criança e o adolescente se os pais não têm qualificação e se eles não tem uma oportunidade. Então não adianta tirar a criança da rua, e aí? Então a política de trabalho e renda é passo necessário. Eu acho que agora vai ser o ponto-chave, daqui para frente, porque até agora não foi considerada. Era muito ibope, mais notícia e menos ação. Eu acho que tem que começar a efetivar para mudar alguma coisa no social. Eu acho que a mudança realmente das condições que a pessoa vive, só através de uma política de trabalho para estar se qualificando e pra poder mudar esta realidade que a gente tem (BEATRIZ).

Em seu depoimento Sandra define a economia solidária como “pessoas trabalhando para o bem comum”. Segundo a profissional, é através da cooperativa que as pessoas passam a ter orgulho do trabalho que fazem.

Embora coordene projetos de economia solidária, Marina não a define. Ela assim argumenta: “Sei que a [...] tem essa filosofia de economia solidária, mas eu ainda não vi nada de concreto assim, que dissesse, assim, essa organização trabalha com economia solidária” (MARINA). Para a profissional, quando se fala de geração de renda deve-se considerar a possibilidade de as famílias atendidas nestes projetos contarem mensalmente com aquela renda. Todavia, para Marina, “não pode-se dizer que é uma coisa garantida. Não é uma coisa concreta... Não vejo como uma coisa sólida. É um exemplo de geração de renda, exemplo de uma organização produtiva, mas que não é uma coisa sólida, garantida para eles”.

A economia solidária, para Sílvia, é uma economia paralela à economia capitalista, que objetiva a inclusão da mão-de-obra não absorvida no mercado formal. A diferença está, de acordo com Sílvia, em que a economia solidária leva em conta a solidariedade e a

reciprocidade, mesmo tendo a preocupação de gerar renda. Ela destaca que as organizações de economia solidária, mesmo tendo seu nível de produção afetado, absorvem, muitas vezes, uma mão-de-obra com idade avançada, problemas de saúde e analfabetismo; uma mão de obra excluída do mercado formal de trabalho.

A profissional Sílvia foi a única que destacou a importância dos valores de solidariedade e reciprocidade nas organizações de economia solidária. Márcia destaca um aspecto importante que se refere ao fato de as organizações se caracterizarem pela autogestão e se constituírem como uma forma diferente de a sociedade se estruturar. Os demais profissionais associam a economia solidária quase exclusivamente a estratégias de sobrevivência e geração de renda, e uma profissional destaca ainda que é uma forma paliativa e temporária de geração de renda.

Um aspecto detectado a partir das entrevistas refere-se à pouca facilidade e habilidade para se relacionar com as organizações de economia solidária, em função da pouca prática e do pouco conhecimento teórico dessa realidade.

Com relação a esse conhecimento teórico pode-se observar que as profissionais possuem clareza da importância e relevância da economia solidária no atual contexto brasileiro, assim como o papel do Estado e das políticas públicas. As entrevistadas vêem, na sua maioria, que a economia solidária é uma estratégia para a superação da pobreza. Todavia, não levantam os aspectos que se relacionam à questão dos valores, da emancipação e da cidadania.

A pesquisa constatou que, embora algumas organizações apoiadoras possuam um planejamento e um orçamento para as organizações de economia solidária com as quais estão envolvidas, na maioria delas esse planejamento está quase totalmente dependente de verbas orçamentárias que delimitam uma intervenção pontual. A maioria das profissionais entrevistadas não relata um planejamento em que as organizações de economia solidária

sejam pensadas em longo prazo, a partir de seu contexto e com um cronograma em que as atividades possam ser visualizadas ao longo do tempo.

A função gerencial de planejamento, assim como a função organização, direção e controle não estão direcionadas para as organizações de economia solidária. Elas ainda não aparecem como prioridade dentro dos órgãos públicos estatais.

Embora Beatriz afirme em seu depoimento que o assistente social pode desenvolver seu trabalho em qualquer lugar, ela ressalta que as organizações de economia solidária possuem outras necessidades, e a linha de trabalho é diferente. Por ser um trabalho comunitário, a profissional considera ser fundamental que o profissional goste de trabalhar em comunidade.

Tem que gostar do trabalho, porque na verdade é um trabalho comunitário. Então tem que gostar de trabalhar em comunidade. Porque a cooperativa é na comunidade, e ele não pode se sentar lá na cooperativa atrás da mesa. O trabalho do assistente social lá vai ser trabalhar a família, a comunidade. Porque se o trabalho do assistente social se centrar dentro da cooperativa só sentado atrás da mesa, não serve (BEATRIZ).

A profissional Sandra corrobora essa visão ao afirmar que, embora exista “uma idéia única que rege a profissão”, cada área tem suas especificidades, e a economia solidária é uma delas. Para a profissional, a cooperativa na qual trabalha apresenta dificuldades nas questões burocrática, administrativa e de planejamento. “O presidente é responsável por resolver tudo, e ele tem dificuldade na questão burocrática e administrativa. Para uma empresa crescer ela precisa planejar, e aqui eles nunca planejaram, nunca fizeram um projeto; eles trabalham para hoje” (SANDRA).

Em seu depoimento Adália afirma que a grande diferença das organizações de economia solidária para aquelas em que tradicionalmente o assistente social trabalha está em que as organizações de economia solidária não contam com apoio.

Os [...] tiveram apoio no início, e hoje, eu acredito que eles têm muitas dificuldades, até no sentido de administrar a cooperativa. Eles não têm apoio direto, isto falta... A própria cooperativa teve que caminhar sozinha. Não que isto não seja

bom, mas deveria ter uma orientação, uma supervisão, um acompanhamento principalmente do Serviço Social, que hoje isso não acontece.

Na [...] isso é ainda pior porque a problemática da divisa dos municípios, e algumas mulheres passam dificuldades na família, dificuldades de nível financeiro, saúde. Lá elas não têm uma equipe técnica organizada, nenhum conhecimento apropriado para lidar com as questões que elas enfrentam.

A Comcap que é a empresa que entrega material, não vai mais entregar, porque falaram que não compensa. Então elas não irão ter mais a matéria-prima e a viabilidade da associação. Cadê a garantia para executar as ações que elas se propõem? E ao mesmo tempo o que se tem conhecimento é que a única renda daquela família é resultado daquele lucro da associação. Então é complicado.

O assistente social tem conhecimento específico para tá orientando melhor e encaminhando melhor as ações dessas associações.

Um dos nossos propósito ... É estar orientando e dando assessoria a estas entidades que não possuem seu próprio técnico (ADÁLIA)

Observa-se, a partir do depoimento acima, que, embora a profissional possua uma intervenção indireta em organizações de economia solidária, ela tem clara a necessidade de que as cooperativas tenham orientação, acompanhamento e supervisão de profissionais de Serviço Social e mostra preocupação com as dificuldades que os grupos enfrentam; dificuldades que podem comprometer a única fonte de trabalho e renda desta população.

3.2.2.2 As competências do assistente social

O trabalho dos profissionais de Serviço Social nas organizações de economia solidária é, para Marina um trabalho recente que necessita realmente do assistente social, porque “é um trabalho diferente, é um trabalho mais de gestão de organização, principalmente na questão de grupos de produção” (MARINA). Marina aponta que uma das dificuldades que esses grupos apresentam se refere ao fato de não se verem como grupo e não se verem como “donos do negócio”. Segundo Marina, “quando fazem um grupo de produção, eles acham que tem que ter alguém ali que tem que mandar. Se colocam um coordenador, já acham que ele é o patrão. Então é difícil esse trabalho... É um desafio bem grande o assistente social” (MARINA).

A grande diferença que existe entre os projetos de economia solidária e os projetos em que o cidadão, auxiliado pela assistência social, recebe benefício através do Serviço Social, está em que nas organizações de economia solidária o cidadão passa a ser o “protagonista de sua própria história”. Essa é a opinião de Márcia, para quem o assistente social “tem condições e o dever de fazer com que ele seja de fato o protagonista. Ele tem que dar o suporte técnico, ele tem que dar o suporte financeiro para que o projeto possa ser viabilizado” (MÁRCIA).

Em seu depoimento Adália ressalta a importância das discussões que estão sendo feitas sobre economia solidária. Para ela é importante que se valorize essa

Forma de organização que é nova e ao mesmo tempo não é nova, onde as famílias buscam por si só a sua sobrevivência, e isso é pouco valorizado. As famílias são orientadas, são encaminhadas, são atendidas, são beneficiadas, mas às vezes elas não têm o que elas precisam, que é essa busca de caminhos.

A ausência de políticas públicas acaba fazendo com que as pessoas procurem programas de assistência social, que às vezes acabam sendo assistencialistas, justamente porque não tem um direcionamento pra assistência social, do desenvolvimento social, principalmente direcionada o desenvolvimento daquela família, daquela comunidade (ADÁLIA).

Quando questionada sobre as competências dos profissionais de Serviço Social no contexto das organizações de economia solidária, Adália considera que, para trabalhar nas organizações de economia solidária, é necessário que o assistente social seja um profissional que

Tenha primeiro boa vontade e dedicação naquilo que ele faz, e buscar instrumentos teóricos metodológicos para atuar junto àquela questão social que é complexa e envolve muitas outras questões; que envolve a vida em família, a vida em comunidade, que envolve a própria organização, que envolve o provedor da família, envolve as ações dos conselhos. Esses profissionais poderiam estar elaborando projetos e buscando auxílio junto aos fundos específicos. E antes de tudo isso realizando um diagnóstico junto a essas famílias e aquela comunidade para direcionar o trabalho especificamente para aquela comunidade, para o tipo de situação que aquelas famílias vivenciam.

O profissional que estivesse lá deveria estar em tempo praticamente integral, pelo menos no início do acompanhamento, com articulação direta com os outros segmentos, principalmente com as secretarias, que têm competência com aquelas ações: Secretaria de Obras, Meio Ambiente e a própria Secretaria de Desenvolvimento Social (ADÁLIA).

Em seu depoimento Márcia destaca que, para trabalhar nos projetos de economia solidária, o assistente social “tem uma responsabilidade e uma competência bastante elevada nisso”.

Ele tem condições de estar levantando a análise da realidade, ele pode estar apresentando dados socioeconômicos, ele pode estar discutindo com a comunidade aquilo que de fato é necessário. O olhar do Serviço Social para esta organização é importante, porque ele não fica só na organização do grupo. O olhar do assistente social passa também pela organização e pela luta dos direitos. Então passa por estas competências (MÁRCIA).

Para que o assistente social possa desenvolver suas competências no contexto das organizações de economia solidária, é fundamental, de acordo com Marina, ter noções de empreendimentos produtivos e cooperativismo. Embora esse respaldo teórico seja fundamental, Marina acredita que é a prática que vai dar ao profissional a habilidade para lidar com as questões que emergem desta realidade.

Quando indagada sobre a questão da competência do profissional de Serviço Social, Beatriz avalia que

A competência é aquilo que tu tem capacidade e condições para fazer, é aquilo que dou conta de fazer com qualidade. O assistente social competente é aquele que não pode desistir na metade do caminho. Ele tem que aos poucos ir modificando. É aquele que vai fazendo as coisas mesmo que demore o resultado, mas que sabe que lá na frente, aquela sementinha que você plantou ali, tá dando resultado. E isso é muito gratificante. Eu acho que a competência também é te valorizar como profissional, mostrar o teu valor, saber que aquilo que tu tá fazendo ali não é qualquer profissional que pode fazer, que a função, atribuição e competência é tua. Tu te formou pra isso, tu estudou pra isso. Além da formação acadêmica, eu acho que é a tua determinação de fazer bem feito, de não se contentar, enfim, de fazer de qualquer maneira. Tudo que a gente faz a gente procura avaliar: podia ter feito diferente, o que eu posso fazer pra melhorar a próxima atuação? Se avaliar sempre o trabalho, vai ser sempre melhor. A formação acadêmica não é suficiente, porque suficiente não é nunca. Tu tá sempre aprendendo e deve sempre estar aprendendo. Só que eu acho que é uma base bem boa pra tu começar um bom trabalho, e a gente não pode parar. A gente tem que ter um espaço pra tá se atualizando, as leis estão mudando muito rápido. A faculdade abre, tu tem uma base, tu não chega do nada, é importantíssimo a universidade. A gente aprende muito.

A gente percebe quem se formou e parou e quem se formou e continuou. Um profissional vai cobrando do outro. Hoje, no nosso município a gente se orgulha de ver que tá todo mundo estudando. Não existe mais aquela estagnação (BEATRIZ).

Ao pensar sobre competência do profissional de Serviço Social a profissional Márcia se remete ao Código de Ética e à Lei nº 8662/93, que regulamenta a profissão, na

tentativa de analisar a questão. Para ela, “a competência tem muito da natureza da pessoa, mas o referencial que você se apropria dentro da organização vai te dar a diferença” (MÁRCIA).

Em seu depoimento Marina considera que “competência é a capacidade, o conhecimento e a habilidade para desenvolver a função. É a partir da tua ética, da tua postura ética, que você pode desenvolver a tua competência” (MARINA).

O trabalho dos profissionais de Serviço Social junto às organizações de economia solidária poderia ser, de acordo com Beatriz e Adália, de assessoria indireta através da elaboração de projetos. Consideram, entretanto, que a presença direta do assistente social na cooperativa é fundamental. O trabalho do profissional de Serviço Social, para Beatriz, vai além dos objetivos de renda e trabalho dos associados; o trabalho do assistente social vai se preocupar com o todo.

Lá na [...] por exemplo, tem as mulheres grávidas trabalhando na reciclagem, tem os filhinhos. Aquilo lá não vai modificar a vida dela. O dinheiro que ela ganha ali, ela passa no primeiro mercado, compra em comida, e ela não vai crescer em nada, não vai modificar a vida dela... Em nada. Porque não está sendo um trabalho com ela e com a família dela. Então o Serviço Social aí, ele ia ajudar nisso. No trabalho com a família, é ver se os filhos estão matriculados ou não estão... Reciclam o dia inteiro, e a casa delas continua a mesma (BEATRIZ).

Em seu depoimento Márcia considera que sua contribuição para os projetos de economia solidária esteve em batalhar para que os projetos chegassem às camadas mais vulneráveis da sociedade.

A partir de 2000... A gente fez com que esse trabalho de economia popular solidária chegasse de fato àquelas famílias que são excluídas de tudo mesmo. Dentro dessa ótica e dentro desse olhar eu tive uma contribuição bastante grande dentro da equipe, e sempre batalhei para que a gente pudesse chegar às camadas mais vulneráveis da sociedade (MÁRCIA).

A apreensão dessa questão levantada por Márcia é fundamental no exercício profissional do assistente social ligado às entidades ou órgãos públicos financiadores de experiências de empreendimentos de economia solidária. A economia solidária deve ser vista para além dos “particularismos das experiências”, isto é, o financiamento para os empreendimentos de economia solidária não deve ser direcionado apenas aos “grupos

organizados ou de setores dotados de poder, do contrário estaria condenado a reproduzir mecanismos de distribuição seletiva dos bens públicos, desprovidos de regras universalistas e de princípios efetivamente democráticos” (GAIGER, 2000, p. 25).

Ter informações sobre possibilidades de financiamentos é, para Sandra, uma das tarefas do profissional de Serviço Social que atua junto a estas organizações. Ela assim expressa sua preocupação:

Precisa ter muito jogo de cintura e estar muito informado sobre leis... Recursos que tu pode acessar, e algum tipo de benefício que tu pode conseguir para a cooperativa. Quais recursos que eu posso tá procurando, estar vendo onde consigo alguma coisa para financiamento. Aqui a gente não tem patrocínio de nada, tudo o que eles fazem é entre eles. A Prefeitura não subsidia nada... E é uma coisa para se pensar bem. Fora da temporada o custo é muito alto... Gasta-se muito e ganha-se muito pouco (SANDRA).

Embora Marina coordene os projetos de economia solidária, ela não considera que seu trabalho seja relevante para as organizações. “O meu trabalho é de coordenação... Eu acho que aqui a importância é na hora de planejar, na hora do orçamento... Mas eu diria que não é de muita importância, porque eu acho que as pessoas que estão lá no campo é que fazem todo o trabalho”.

Com relação à equipe profissional que assessora os projetos de economia solidária, Adália acredita que todos os profissionais têm um peso muito forte, uma vez que as ações devem estar interligadas, e as estratégias devem ser bem planejadas para que o trabalho tenha êxito. Todavia, ela ressalta que o profissional de Serviço Social tem sua especificidade principalmente em lidar com as questões sociais. “Então eu acho que ele estaria melhor preparado para as situações singulares das famílias e as questões que elas enfrentam” (ADÁLIA)

Márcia analisa que a importância do trabalho do assistente social está no “olhar que ele dá”. Para ela

O Serviço Social tem uma função extremamente importante, porque, como a gente trabalha justamente com a intervenção, a gente consegue trazer para dentro da discussão a necessidade de que esse trabalho chegue bem lá nas margens de onde nunca chegou (MÁRCIA).

Em seu depoimento Marina afirma que é fundamental o profissional de Serviço Social nas organizações de economia solidária, pois ele “observa... E eu acho que o assistente social observa daquela forma que... É uma abordagem diferente, porque está envolvida toda família... Tem todo o contexto... Eu acho que o assistente social vê mais o todo, vê mais a pessoa, vê mais a família”.

É oportuno recuperar na íntegra as considerações da entrevistada Márcia, que atua diretamente, através de uma organização não-estatal, em organizações de economia solidária. Ela adverte sobre a extrema importância de o Serviço Social estar trabalhando com a economia solidária

Acho que é extremamente importante o Serviço Social e o assistente social estar trabalhando com a economia solidária. Acho fundamental, porque a gente está com tantos limites com essa políticas colocadas, é tudo tão engessado, o muro é tão alto, mesmo nos espaço deliberativos, o muro é tão alto, e eu acho que lá na comunidade, não pensando naquele trabalho de comunidade que se fazia na década de 70, mas eu acho que é lá na comunidade, lá no grupo, lá com a organização que você começa a dar sustentabilidade para que as pessoas possam começar a pensar e a agir, porque de barriga vazia ninguém pensa, ninguém age, eu acho que o Serviço Social tem uma função muito grande para poder colocar em pauta a necessidade da discussão da inclusão. Eu nem falaria hoje de transformação, falaria ainda de inclusão. Acho que a economia solidária ela pode vir a ser um mecanismo importante para que as pessoas comecem a tomar mais consciência de si, dentro dessas camadas mais vulnerabilizadas.

Do que eu estou sentindo a partir da minha prática e da minha intervenção, essas experiências vão muito além da geração de trabalho e renda. Muito além mesmo. Se você começa a te dedicar mesmo no grupo, você começa a ver o quanto que o Serviço Social tem e pode estar contribuindo e o quanto que consegue. Agora, isso vai do profissional. O profissional que está mais antenado, ele acaba conseguindo fazer uma leitura mais global, consegue trazer questões que o próprio grupo sente necessidade e não consegue colocar. Acho que é fundamental (MÁRCIA).

Com relação à formação do profissional de Serviço Social, no que se refere ao seu conhecimento teórico-metodológico e técnico-operacional, as profissionais Adália e Beatriz o consideram adequado. Todavia, Beatriz ressalta que a formação do profissional deve ser conciliada com a prática. “Tem que ter muito mais prática supervisionada, porque a gente sente a diferença de colegas, de quem teve a oportunidade de ir para campo... O teórico é bom, mas falta o prático” (BEATRIZ).

Corroborar essa idéia a profissional Sílvia, para quem falta um contato mais direto dos alunos, ainda na faculdade, com a prática do cooperativismo. Neste aspecto, ela considera que “a faculdade não te prepara bem para trabalhar lá”.

A partir de sua experiência profissional, Márcia adverte que “os estudantes não têm capacidade para sentar, discutir, entender. Inclusive porque é uma rede bastante complexa de trabalho”. Para ela,

Não é muito simples. Organizar, trabalhar dentro do eixo, do foco da autogestão e da economia solidária, dentro dessa sociedade extremamente individualizada, é muito suor para acontecer, então eu acho assim que falta, falta bastante (MÁRCIA).

Em seu depoimento Márcia afirma que o referencial teórico que o profissional segue o capacita e torna-se fundamental para que o profissional tenha clareza de suas funções dentro da organização. Sob estes aspectos a profissional considera fundamental o papel da universidade.

Acho que hoje até a universidade teria que estar revendo um pouco mais a questão curricular... Falta conhecimento de outras áreas, mínimas, mínimas, para que a gente possa ter o suporte necessário. É o que falávamos. Existe bastante desqualificação... É bastante complexo.

A partir do referencial teórico que eu sigo, eu tenho bem claro para mim qual é a atribuição do assistente social. Se eu não tivesse o embasamento desse referencial teórico que eu utilizo, eu não sei se eu entenderia qual é a minha função lá dentro (MÁRCIA).

Marina manifesta também grande preocupação em relação ao referencial teórico que sustenta as ações dos profissionais envolvidos com as organizações de economia solidária. Ela avalia que até 1995 não se ouvia falar de economia solidária, e que os currículos das universidades não contemplam o trabalho do assistente social nestas organizações.

Agora estão surgindo os TCC na área de geração de renda... E até a dificuldade que eu vejo que os estagiários têm de colocar a questão da intervenção do assistente social... Eu acho que não está sendo preparado o assistente social. Poderiam ser criadas disciplinas na área da economia, desenvolvimento econômico, o assistente social no desenvolvimento econômico. Alguma coisa, porque a gente fica, sabe... Nossa, o que a gente poderia fazer, teria que ver alguém da área da economia para dar assessoria? O que se tem feito é na prática. É de ir lá e conhecer a realidade, conhecer a população que a gente vai trabalhar, e a realidade que ela vive, e o que tem ali de momento, e as demandas vão aparecendo, e de uma forma ou de outra você vai... Eu particularmente sinto que eu não tenho habilidades suficientes para trabalhar nessa área (MARINA).

A preocupação de Sandra, que trabalha na cooperativa como funcionária administrativa e espera vir a ser contratada oficialmente como assistente social, vai no mesmo sentido. Observa-se a carência de informações sobre a prática do Serviço Social em cooperativas.

Fico meio que perdida, tu não sabe quais as ações que tu vai fazer. Por exemplo se eu for contratada como assistente social, penso qual o primeiro passo que eu daria, aonde eu vou buscar coisas, informações? Se eu fosse contratada eu precisaria estudar muito... Eu não tenho preparação nenhuma. Eu tenho a maior curiosidade de conhecer outras cooperativas. Saber o que realmente os assistentes sociais fazem (SANDRA).

É interessante observar a importância que teria a criação de espaços de discussão sobre a prática do Serviço Social nas cooperativas. A universidade neste aspecto tem um papel importante no que se refere à reciclagem e à capacitação dos profissionais que atuam ou estão em vias de atuar nas organizações de economia solidária, e à criação de espaços para que os alunos tenham contato com experiências de cooperativismo e referencial teórico sobre esse campo de trabalho.

A habilidade liderança, que é destacada na literatura como fundamental na contemporaneidade, exige, conforme visto no referencial teórico que subsidia esta pesquisa, uma mudança nas formas de pensar a organização, isto é, pressupõe a criação de novas realidades, e a fuga do pensamento linear e predeterminado. Observou-se que a maioria das entrevistadas possui dificuldade para o exercício da liderança; as profissionais aparecem como vítimas de suas organizações, e sem a capacidade de criar novas circunstâncias e romper com antigos paradigmas. As habilidades que incluem mediação teoria-prática, a autonomia, o espírito de iniciativa, a criatividade, o entusiasmo e a audácia não puderam ser observados na totalidade das entrevistas realizadas. Entretanto, observaram-se na sua totalidade as características de integridade, responsabilidade, ética e honestidade, capacidade crítica, disposição para o trabalho em equipe e respeito pelo ser humano.

É interessante constatar que uma das profissionais, responsável pelo planejamento das ações junto às organizações de economia solidária, não considera o seu trabalho muito importante. A sua ênfase está na importância do trabalho dos profissionais que atuam na prática, embora esta prática dependa de um planejamento institucional.

Com relação à compreensão da realidade social das organizações de economia solidária, a maioria das entrevistadas têm uma visão superficial, e consideram que não possuem conhecimento teórico-metodológico, nem capacitação técnica-operacional suficiente e adequada para o trabalho junto às organizações de economia solidária. Essa deficiência, que inclui a dificuldade em compreender a identidade dessas organizações, isto é, sua visão, missão, valores e cultura, parece limitar a ação no que se refere ao desenvolvimento de estratégias e táticas com a perspectiva de consolidar um projeto profissional comprometido com os interesses e as necessidades das organizações de economia solidária.

Com o objetivo de criar um guia para futuras pesquisas empíricas na área da economia solidária, se utilizará da proposta de Gaiger (2002), que sugere que os empreendimentos econômicos solidários sejam analisados a partir de oito características interdependentes, relativas à organização interna das experiências econômicas e às suas interações com o meio e a sociedade. São elas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, viabilidade, responsabilidade social e desenvolvimento humano. A análise dessas características, que devem ser frequentes e articuladas, podem subsidiar o desenvolvimento do trabalho do profissional de Serviço Social, na perspectiva de gestão social nas organizações de economia solidária, subsídio solicitado pelas profissionais que fizeram parte desta pesquisa.

Embora a maioria dos profissionais não faça um diagnóstico claro da realidade dessas organizações, acreditam que elas possuem especificidades por tratar-se de um trabalho em comunidade, e por exigirem suporte na parte administrativa e na parte que se refere ao

planejamento. As profissionais consideram as experiências de economia solidária fundamentais na contemporaneidade, e possuem clareza de que essas organizações carecem de apoio na questão da gestão e na questão financeira e técnica.

Consideram ainda que o processo de trabalho dos assistentes sociais, dentro das organizações de economia solidária, traz novas exigências para o profissional, exigências que implicam mudanças nas funções profissionais do Serviço Social.

O profissional parece ter dificuldades em compreender e identificar as demandas e possibilidades de ação profissional que esta realidade apresenta, mas considera que os compromissos ético-políticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais devem ser consolidados na prática junto às organizações de economia solidária (compromissos que resgatem os valores democráticos e humanistas da participação política - liberdade, igualdade e justiça social - e valores de cidadania).

As profissionais que trabalham diretamente nas organizações conseguem expressar sua opinião junto ao grupo e avaliam que são respeitadas. Todavia, enfrentam dificuldades de desenvolver uma prática planejada em que a competência não esteja contida nas predefinições da tarefa.

Sob estes aspectos, é necessário que os profissionais agreguem conhecimentos para trabalhar nesta realidade. Pensando sobre as organizações de economia solidária, as profissionais de Serviço Social levantaram as seguintes competências que consideram fundamentais para o exercício profissional do assistente social: busca de instrumentos teóricos e metodológicos para atuar, elaboração de projetos para buscar auxílio junto a fundos específicos, dedicação de tempo junto às organizações de economia solidária, articulação com outros segmentos, aquisição de noções sobre cooperativismo e empreendimentos produtivos, levar a economia solidária para as camadas mais vulneráveis e acesso a recursos financeiros para as organizações.

O trabalho do profissional de Serviço Social pode, ainda, sob o ponto de vista desta pesquisadora, cooperar para a defesa dos direitos sociais, a ampliação da esfera pública, a construção de uma nova cidadania social, e a organização política, sindical e comunitária dos membros da organização. É necessário o estabelecimento de intercâmbio com outras organizações de economia solidária, na perspectiva de formação de redes.

É importante que o Serviço Social discuta com os cooperados o significado de trabalho cooperativo e economia solidária, assim como a importância de diálogo, acordos e consensos nos processos de tomada de decisões na organização e os aspectos do processo de trabalho (competitividade, auto-realização, divisão do trabalho, totalidade do processo produtivo, qualidade) e segurança no trabalho.

Outras questões ainda podem ser temas de debate: aspectos relacionados com o estabelecimento de normas, com o estabelecimento de hierarquia, com liderança e as potencialidades dos indivíduos.

O profissional de Serviço Social pode cooperar para a participação social e política dos membros da organização, assim como para o desenvolvimento das capacidades de auto-sustentação das organizações de economia solidária.

A partir da observação juntos aos grupos e das entrevistas pode-se constatar a necessidade de o profissional de Serviço Social trabalhar junto aos cooperados nas seguintes dimensões:

- dimensão inclusão social e cidadania (políticas públicas, benefícios sociais, direitos civis, políticos e sociais, acesso a direitos, documentação);
- dimensão educativa (importância da educação, conhecimento do grau de instrução dos cooperados, propostas de grupos de estudo e alfabetização, propostas de atividades que estimulem o debate, a análise, a troca de opiniões e a consciência crítica);

- dimensão social (melhoria dos níveis de comunicação, discussão sobre os valores de respeito à liberdade e à individualidade, sobre os valores de solidariedade, acordos e consensos, relação familiar, intercâmbio com outras organizações da sociedade civil);
- dimensão trabalho (conhecimento da situação anterior de trabalho dos associados, rendimentos, motivação para o trabalho, relevância do trabalho, compromisso, qualidade, qualificação, competição e cooperação).

É extremamente relevante que o profissional de Serviço Social trate do significado que o trabalho tem para o indivíduo no contexto das organizações de economia solidária, organizações que geram trabalho.

Cattani adverte que o trabalho, para muitos intelectuais influentes e formadores de opinião, “perdeu seu significado na constituição da identidade e das potencialidades políticas dos indivíduos e das classes. É necessário “reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a sociedade; importância dada pelas dimensões libertárias ou opressoras” (CATTANI, 2002, p. 134).

É necessário hoje a construção de um projeto político e social que confira nova centralidade ao trabalho. Trabalho que é “ato de criação, de superação do discurso e da representação, permitindo aos indivíduos confrontarem-se com o mundo transformando-o. O desafio que se coloca, então, não é o de abolir o trabalho, mas dele retirar sua dimensão opressora e alienante” (CATTANI, 2002, p. 134).

Assim, no contexto das organizações de economia solidária a dimensão transformadora, libertadora e criativa do trabalho deve ser resgatada. É a partir do trabalho que a pessoa se situa no mundo e na sociedade, e tem suas necessidades e aspirações atendidas; a partir do trabalho a pessoa se desenvolve, e se produz como personalidade e identidade.

Trabalhar na perspectiva de gestão social, no contexto das organizações de economia solidária, significa compreender o trabalho “como partilha, referida a um ambiente de colaboração e resultante de diálogo, negociação coletiva e planejamento em que todos os envolvidos participam” (ARRUDA, 2002, p. 262). É importante resgatar a fala da entrevistada Aline, da cooperativa Terra, quando analisa a questão do trabalho em cooperativas:

Eu acredito muito nessa forma de trabalho... Eu acho muito bom a gente saber que pode viver, se sustentar e ter qualidade de vida sem explorar as pessoas, trabalhar dentro dessa nova relação... Não é um mar de rosas, não é fácil, até porque a própria questão das relações humanas é uma coisa complicada... Mas vale a pena. É mais prazeroso do que você trabalhar como funcionário ou como um patrão comum. A gente tem mais vontades, mais prazeres e mais ganhos (ALINE).

Analisando a questão da existência de uma política pública que coopere para a inclusão social, Beatriz e Adália consideram que as experiências de geração de trabalho e renda não podem ser consideradas ainda como parte do desenvolvimento de uma política pública. “Não existe ainda uma política pública. Se existir, ela passa a cooperar para a inclusão, para a economia, para as questões ambientais, para a conscientização da comunidade e do próprio município” (ADÁLIA).

É interessante observar que Beatriz e Adália não trabalham diretamente com organizações de economia solidária. A secretaria em que estão inseridas não possui um planejamento e um orçamento para essas organizações, que recebem apoio de outras secretarias do município em que estão inseridas.

Em seu depoimento sobre a mesma questão Márcia considera que os projetos de economia solidária que acompanha cooperam para a geração de trabalho e renda, e para a inclusão social. Ela relata a experiência de uma comunidade onde “identificou-se que 74% das famílias estavam desempregadas, desocupadas e não tinham trabalho”. A partir da organização do grupo de trabalho de geração de renda ela relata a experiência de uma das cooperadas:

Na semana passada, foi a primeira vez que a gente sentou com o grupo para fazer a divisão do dinheiro. Então uma senhora de quase 70 anos disse que foi o primeiro salário da vida dela. Então foi uma experiência dez. Eu acho que isso é política pública... A gente corre um risco grande porque a gente faz aquilo que o Estado não está fazendo. Mas se olhar hoje... Eu não posso dizer que seja uma política pública porque tem critérios colocados dizendo o que é uma política pública, mas aquilo que a gente faz hoje e a prática da inclusão que a gente consegue trazer, eu acho que é política pública (MÁRCIA).

Analisando os projetos que sua organização desenvolve na área da economia solidária, Marina considera que eles favorecem a geração de renda e são política pública; todavia, ela ressalta que esses projetos não cooperam para a inclusão. “Eu acho até que gera renda e é política pública... Gera renda que não é suficiente e que eu não posso dizer que é para sempre”. Marina parece associar inclusão com garantia de propriedade e emprego, quando argumenta que “em primeiro lugar porque não é nada deles, o local... Então amanhã ou depois... Ninguém sabe quanto tempo vai ficar, quanto vai durar, se vai continuar tendo algum respaldo. Então eu acho que está se tentando que seja uma política pública concreta, mas eu não diria que isso é garantido” (MARINA).

Nesse sentido, mesmo constatando que os projetos de economia solidária desenvolvidos por sua organização configuram-se como política pública e geram trabalho e renda, a profissional considera que eles não cooperam para a inclusão.

Diferentemente dessa opinião, Sílvia argumenta que “a partir do momento que eles estão tendo uma oportunidade de ganhar uma renda, eu acho que eles estão sendo inseridos e incluídos”.

Observa-se assim que não existe consenso sobre a existência de uma política pública de geração de trabalho e renda direcionada para as cooperativas. Todavia, as profissionais que trabalham diretamente com as organizações de economia solidária, estejam inseridas em organizações estatais ou não, em sua totalidade avaliam que essas experiências se traduzem em políticas públicas, geram trabalho e renda, e cooperam para a inclusão. Parece, assim, que

o diferencial de análise sobre essa questão passa pelo maior envolvimento dos profissionais no cotidiano das organizações de economia solidária.

Conhecer a trajetória de vida dos associados e a realidade socioeconômica em que estão inseridos os cooperados é fundamental para o desenvolvimento de projetos de economia solidária. Essa é a opinião de Márcia, que afirma que, na sua prática, um projeto, antes de ser implantado, passa por discussão e construção coletiva. Para ela é necessário que se esteja “sempre no local conhecendo a realidade, discutindo a realidade, fazendo um estudo mínimo de viabilidade do projeto, um diagnóstico” (MÁRCIA).

Embora Sílvia, que acompanha diretamente as organizações de economia solidária, considere fundamental conhecer a trajetória de vida dos associados, assim como a realidade econômico-social em que estão inseridos, ela afirma não desenvolver esse trabalho. “Não estou fazendo, mas acho que deveria, porque é através da trajetória deles e do conhecimento da realidade deles e da vida deles que você poderia estar planejando alguma coisa. O problema é que eu acabo não dando conta de fazer tudo”(SÍLVIA).

As profissionais Marina, Adália e Beatriz relatam não conhecer estatisticamente a realidade socioeconômica dos cooperados inseridos nas organizações de economia solidária que se encontram em seu âmbito de atuação.

No início nos [...] foi feito um levantamento, mas eu não tenho esses dados. O que nós temos é a demanda que se apresenta aqui. Algumas mulheres da comunidade vêm aqui solicitar benefício, solicitar auxílio alimento, auxílio medicamento (ADÁLIA).

Não trabalhei lá, foi outra assistente social. Eu não conheço os projetos, mas conheço a região. As famílias de lá são usuárias aqui, e a gente já atendeu várias delas. A gente conseguiu incluir em creche. A gente fez um trabalho, mas não com a associação. A gente fez com a comunidade (BEATRIZ).

Embora as profissionais Beatriz e Adália não conheçam particularmente os associados e sua realidade socioeconômica, elas levantam as principais questões sociais que para elas emergem da realidade dos cooperados.

A área que aquelas famílias vivem é uma área de invasão, é uma área de risco, porque lá não tem água encanada, não tem em infra-estrutura.

As principais questões sociais é a questão da habitação, ausência de escolaridade das famílias, não têm possibilidade de ter outro emprego, outro trabalho, o grande número de filhos que a maioria das mães têm. Não tem local para deixar os filhos; naquela região não tem creche. Algumas famílias têm a mulher como provedora do lar. Isso não é estatística, diagnóstico pesquisado a fundo, mas são as famílias que eu conheço. Elas têm boa vontade e lutam para cuidar os filhos, para ter a comida do dia. Então a ausência de alimentação, de condições mínimas de sobrevivência (ADÁLIA).

Na [...] as mulheres trabalham, e a maioria dos homens continuam dentro de casa. Os filhos não vão para o colégio. Alguns lá, que a gente já conheceu e já tratou, têm problemas com o alcoolismo e continuam dentro de casa bebendo, convivendo com as crianças e elas só estão indo buscar o sustento simplesmente pela necessidade. Quer dizer, a vida deles não mudou em nada. As crianças um dia vão, a gente interfere e coloca na escola, mas uma semana vão na escola e no outro dia não vão mais (BEATRIZ).

É interessante observar que, na avaliação da profissional Beatriz, a vida dos associados “não mudou em nada” a partir de suas experiências em cooperativas. Essa visão difere substancialmente da análise que faz a presidente da Associação (que as profissionais acompanham indiretamente), quando alega que a vida das cooperadas melhorou depois que ingressaram na associação, pois muitas se tornaram as sustentadoras do lar. A associada relata ainda que a melhoria não se refere apenas à geração de renda, mas ao espaço de trabalho que se tornou local de expressão das associadas.

Márcia considera que a questão social se manifesta diferentemente nos grupos de economia solidária com os quais trabalha. No “trabalho com pessoas que têm militância e organização e já possuem uma leitura de sociedade mais aberta e mais ampla” o problema maior que emerge é “o mercado e a organização interna dos grupos” (MÁRCIA). Para a profissional “são poucos os grupos que conseguem de fato solidificar a autogestão”.

Já com os grupos “mais excluídos e mais marginalizados” os problemas que emergem são diferentes.

Você pega lá um grupo que sempre foi desprovido de tudo, que mora... Não sei como consegue morar, aí você começa a discutir com eles... A questão da saúde, a questão da escola, a questão da violência, a questão da habitação a questão do saneamento básico. Então emerge tudo (MÁRCIA).

Embora nunca Marina tenha ido à organização de economia solidária que supervisiona, ela aponta que as principais questões sociais se referem à baixa escolaridade, à falta de planejamento familiar e à saúde. A mesma percepção tem Sílvia, para quem a questão social se refere à “ falta de creche, questão de saúde, questão de moradia... Bem deficiente. Não tem nenhum fator que seja mais relevante do que outro” (SÍLVIA).

A baixa escolaridade é apontada pela profissional Sandra como a principal questão social que emerge da realidade da cooperativa que acompanha. Ela salienta que a maioria dos associados são analfabetos e que está nos seus planos lutar por um curso de alfabetização dentro da cooperativa.

Constatou-se que todas as profissionais de Serviço Social possuem clareza sobre as questões sociais que emergem da realidade dos cooperados. Todavia, a maioria não se preocupa em conhecer a trajetória de vida e a realidade socioeconômica de cada um dos cooperados. É interessante notar que uma questão de tal relevância não seja considerada na prática da maioria das profissionais.

Considerando os depoimentos das profissionais em relação ao tema competência, pôde-se auferir que competência é entendida como a capacidade de realizar as atividades buscando-se continuamente conhecimento e aperfeiçoamento de habilidades. Significa fazer com qualidade, dedicação e determinação, tendo por pressuposto um referencial teórico e um projeto ético-político.

3.2.3 SERVIÇO SOCIAL E GESTÃO SOCIAL

Analisando o significado de gestão social, Adália considera que é tudo o que se refere às ações de assistência social; engloba não só as ações específicas do Serviço Social, mas todas as ações, incluindo as ações das outras áreas. Para ela o assistente social faz parte

da gestão. “Ele é sujeito de toda essa gestão. Ele deve estar apto e habilitado para estar lidando com todas as questões e a gestão social. Ele é uma figura muito importante”.

A Gestão Social vai estar lidando com toda a administração do município, na integração das políticas e da articulação das ações, entre os conselhos municipais, da organização, do planejamento. Deve ser a gestão das questões sociais porque envolve tudo (ADÁLIA).

Beatriz corrobora a idéia de que a gestão social é função do assistente social. Para ela, a gestão social é

tudo o que a gente está gerindo, tá mexendo, tá circulando, tá atuando em algum lugar. Gestão social é aquilo que tu tá modificando, transformando ou pelo menos pra sair do inerte, para sair do que tá parado. Então tu tá modificando alguma coisa, no meio que tu tá atuando (BEATRIZ).

Gestão social é, para Marina, a gestão das políticas públicas. Pressupõe planejamento, gerenciamento e um conhecimento mais amplo da realidade. Sob sua ótica, “gestão social seria um assistente social que estaria à frente de um projeto mais amplo socialmente”. Sílvia considera-se uma gestora social, pois, para ela, a gestão social implica “planejar e montar estratégias para a área social”.

Nesse sentido, Márcia, em seu depoimento, argumenta que gestão social é “estar priorizando isso que emerge daquelas realidades que você está trabalhando”. Argumenta ainda que a gestão é função do assistente social. Sublinha a profissional:

Se você afirma que tem uma gestão social, eu acho que é exatamente isso. É trabalhar com a demanda que emerge do atendimento que você presta lá na comunidade. É trazer para dentro da instituição aquilo que é demanda lá e tentar discutir isso e dar uma resolução para aquilo que é colocado como emergente para eles (MÁRCIA).

Embora em um primeiro momento as entrevistadas tenham apresentado uma certa insegurança para definir gestão social, todas consideram que a gestão social é função do profissional de Serviço Social. A partir dos diferentes depoimentos pôde-se auferir que gestão social é a gestão das questões sociais; é a gestão das demandas que emergem da realidade em que o profissional trabalha. Implica amplo conhecimento da realidade e planejamento constante de respostas às demandas.

Os demais aspectos que compõem a gestão social, apresentados no capítulo dois, quando se tratou da categoria gestão social, não foram levantados, mas a definição esteve próxima daquela utilizada por Carvalho (1999).

Como síntese das considerações que as profissionais, foco desta pesquisa, fazem sobre as competências para a gestão no contexto das organizações de economia solidária, emerge o seguinte entendimento: trabalhar na perspectiva da gestão social significa fazer a gestão das demandas que emergem da realidade das organizações de economia solidária a partir de um referencial teórico, um projeto ético-político, um amplo conhecimento dessa realidade, planejamento, dedicação, busca contínua de conhecimento, habilidade, qualidade no fazer e determinação.

Analisando esse entendimento, pode-se concluir que, em sua maioria, as profissionais pesquisadas possuem clareza teórica conceitual, mas possuem dificuldades em compreender e identificar as possibilidades de intervenção profissional, na perspectiva de gestão social, no contexto das organizações de economia solidária. Manifestam dificuldades na compreensão do que é a gestão social neste contexto e justificam essa dificuldade pela carência de conhecimento socializado no período de formação acadêmica, e de referencial teórico sistematizado e consistente sobre esta realidade pouco conhecida.

A maioria das profissionais de Serviço Social entrevistadas consideraram que as organizações de economia solidária possuem especificidades que exigem um olhar diferente dos profissionais de Serviço Social, que devem responder às requisições com o desenvolvimento de competências específicas para atuar naqueles contextos. Todavia, a maioria das profissionais manifestam dificuldades em identificar as demandas que emergem nesta realidade e os espaços, limites e possibilidades de intervenção profissional neste contexto. Pode-se observar que, em sua maioria, as profissionais não possuem um domínio do conhecimento desta realidade e não fazem um planejamento ou propostas de intervenção.

A partir do referencial teórico apresentado nesta dissertação pode-se considerar que trabalhar na perspectiva de gestão social, no contexto das organizações de economia solidária, significa contemplar os aspectos técnicos e políticos que envolvem esta realidade. Pressupõe a capacidade de pesquisar, negociar, aproximar pessoas e interesses, planejar, executar e avaliar; implica conhecimento da realidade, dos movimentos da economia, da cultura e da política, assim como das novas determinações da sociedade e do Estado.

Contudo, constata-se ainda uma forte marca do uso da racionalidade instrumental na gestão desenvolvida por grande parte dos profissionais de Serviço Social no contexto das organizações de economia solidária foco deste estudo (RAMOS, 1981). Constatou-se também a preocupação dos profissionais de garantir a prevalência da racionalidade substantiva, uma vez que ela possibilita a emancipação do homem, sua autonomia e sua auto-realização, através de processos participativos e democráticos. Todavia, na maioria das vezes, esta preocupação não é consolidada na prática profissional junto às organizações de economia solidária.

Ressalta-se aqui que parece que a prática dos profissionais oscila entre o uso da racionalidade substantiva e a instrumental, gerando inúmeras contradições. É necessário que os profissionais entendam que na dinâmica do cotidiano das organizações manifesta-se tanto a racionalidade instrumental quanto a racionalidade substantiva, e que é preciso adotar ambas. Todavia, é fundamental que os profissionais estejam atentos para que a lógica utilitária, a hierarquia, a divisão dos trabalhos e a busca por resultados, expressos nas organizações com as quais possuem vínculos empregatícios, não inviabilizem a gestão das demandas que emergem da realidade das organizações de economia solidária, organizações em que prevalece no seu processo interno de gestão a racionalidade substantiva caracterizada pelos acordos e consensos, entendimento, comunicação livre, honestidade, liberdade de expressão, valores de solidariedade e respeito à individualidade e à liberdade.

4 CONCLUSÕES

O tema desenvolvido nesta dissertação de mestrado privilegiou a discussão sobre o Serviço Social, a gestão social e as organizações de economia solidária. Ao final se tem a certeza de que os estudos sobre o tema estão apenas se iniciando e que há um espaço muito amplo para a academia investigar e propor.

As organizações de economia solidária estão inseridas em um contexto de grandes transformações societárias e novas exigências, condições e relações de trabalho. Por essa razão destacam-se os dois movimentos gerados a partir da crise dos anos 1970. O primeiro se referiu às transformações do Estado e da sociedade, e o segundo se referiu às transformações do mundo do trabalho.

O assistente social, a partir da compreensão do contexto em que estas organizações estão inseridas e da consciência de suas competências dentro desse espaço de intervenção, poderá efetivar uma prática de gestão social guiada pelo projeto ético-político da profissão.

O tema abordado nesta dissertação se reveste de inúmeras controvérsias, polêmica e dubiedade, e está sujeito a armadilhas teóricas. Entretanto, não se hesitou em destacar algumas das controvérsias, dos impasses e das contradições existentes em vários conceitos que foram utilizados no decorrer desse trabalho, embora muitas vezes, devido às suas especificidades, elas puderam apenas ser elencadas.

A pesquisa empírica realizada a partir de uma abordagem qualitativa atingiu o objetivo de verificar como o profissional de Serviço Social desenvolve a gestão social no contexto das organizações de economia solidária. Constatou-se que, em sua maioria, as profissionais de Serviço Social pesquisadas demonstram dificuldades em compreender e identificar as possibilidades de intervenção profissional, na perspectiva de gestão social, no contexto das organizações de economia solidária.

A partir do referencial teórico apresentado nesta dissertação pode-se considerar que trabalhar na perspectiva de gestão social significa considerar as demandas que emergem desta realidade, significa desenvolver a capacidade de articulação política e social e desenvolver ações que garantam processos descentralizados e participativos, e o resgate e a consolidação da cidadania.

Trabalhar em uma perspectiva de gestão social significa reconhecer que as dificuldades que as organizações de economia solidária enfrentam são imensas. Embora muitas dessas organizações tenham sido formadas por setores marginalizados e sem nenhuma experiência em empreendimentos solidários, as práticas solidárias e autogestionárias puderam ser observadas na quase totalidade das organizações pesquisadas.

Ao tratar gestão social e os desafios que as experiências com as organizações de economia solidária trazem para o Serviço Social, conclui-se que, a partir da intervenção do profissional, é possível cooperar para que os grupos criem um projeto político de uma nova sociedade através do trabalho, busquem capacitação técnica e a capacitação na gestão cooperativa, busquem financiamentos por linha de crédito públicas específicas, busquem linhas de crédito através de organizações da sociedade civil nacionais e internacionais, desenvolvam tecnologias apropriadas e realizem intercâmbio de experiências com vistas a construir uma rede de economia solidária.

Essas constatações advêm da observação de que as organizações possuem dificuldades para articular viabilidade econômica, formas cooperativas e autogestionárias de organização do processo de trabalho, e dificuldades para a qualificação técnica, profissional e cooperativista.

O cooperativismo, embora contraditório e limitado, insere-se hoje em um novo debate e torna-se gerador de novas demandas para o Serviço Social. Esses limites e contradições, que advêm do fato de o cooperativismo conviver com o capitalismo, criam

tensões, pois os pressupostos ético-políticos das organizações de economia solidária se contrapõem ao projeto do capitalismo, que busca o lucro a partir da extração da mais-valia, dentro de um mercado concentrador, competitivo e excludente. Assim, os conflitos internos das organizações de economia solidária, assim como os limites e as possibilidades que surgem a partir de sua relação com o capitalismo, criam um campo de trabalho para o profissional de Serviço Social.

Analisando o modelo de sociedade no qual estamos inseridos, é vital criar condições coletivas de inclusão social. Há de se criar um processo de pressão maior que englobe os interesses dos socialmente excluídos, não criando mecanismos paternalistas e individuais de auxílio. Nesse sentido, as organizações de economia solidária devem preservar sua autonomia e seu caráter cooperativo, fugindo da burocratização dos seus processos administrativos e da cooptação dos órgãos governamentais.

Este estudo constatou que as organizações de economia solidária criam a possibilidade de atividades autogestionadas, nas quais as pessoas se encontram no centro do processo, desenvolvendo seus objetivos com base nos princípios de solidariedade, coletivismo e democracia; é um espaço de integração social, construção de identidade e condição de cidadania. Compreender esses pressupostos é fundamental para que o profissional trabalhe na perspectiva da gestão social.

As cooperativas que compuseram o universo desta pesquisa, assim como outras que, por não possuírem profissionais de Serviço Social, não puderam integrá-la, expressaram claramente a importância de apoio técnico e financeiro; esta pesquisa constatou a carência de assessoria qualificada e de apoio técnico para as organizações de economia solidária, e a importância, para estas organizações, de investimentos de órgãos públicos e das organizações não-governamentais.

A universidade, preservando suas características de pesquisa, extensão e ensino, pode cooperar com a construção da economia solidária através de pesquisas e elaborações teóricas. É fundamental que professores, estudantes e técnicos se engajem na formação e na incubação de cooperativas populares que pode ser espaço de aprendizagem, observação e reflexão sobre esse modo de produção e seu papel na sociedade contemporânea (SINGER, 2002). A importância da universidade, sob estes aspectos, foi levantada nesta pesquisa tanto pelas profissionais de Serviço Social, quanto pelos próprios cooperados.

É nesse contexto que se insere a atuação do Serviço Social. Um contexto que exige do Serviço Social uma gestão social compatível com a gestão desenvolvida pelas próprias organizações de economia solidária. Trabalhar na perspectiva de gestão social significa garantir a autonomia das organizações, os processos democráticos e o controle total do empreendimento pelos associados, esteja o profissional vinculado ao Estado, vinculado a uma organização não-governamental, à cooperativa ou, ainda, ao cooperado. Trabalhar nestas organizações com a perspectiva de gestão significa respeitar o modo de viver e pensar dos cooperados, assim como o modo como enfrentam e resistem às desigualdades sociais.

Com relação ao Poder Público local, constatou-se que pouco ou quase nada tem sido feito. Não é avaliada adequadamente a importância, para a sociedade como um todo, das organizações de economia solidária e as dimensões que podem alcançar o trabalho desenvolvido pelas cooperativas, particularmente as organizações que trabalham com lixo e que trazem uma solução para o grande problema de resíduos sólidos na cidade de Florianópolis; o efeito ambiental e também econômico da utilização de materiais reciclados pela indústria no Brasil tem merecido grandes investigações. Não é percebida, também, de forma adequada, a importância que têm essas organizações para gerar trabalho e renda, e neste sentido possibilitar a inclusão social para parcela da população excluída do mercado formal de trabalho.

Não é compreendido ainda pelos órgãos públicos estatais que o trabalho com as cooperativas vai além da geração de trabalho e renda. Ele traz a valorização do homem, ele possibilita a concretização dos valores de solidariedade e democracia, e traz o sonho de uma sociedade mais justa.

A pesquisa demonstrou que as profissionais envolvidas diretamente nas organizações de economia solidária possuem mais clareza da realidade destas e de suas competências como profissionais de Serviço Social. Observa-se também que as profissionais ligadas a órgãos públicos possuem mais dificuldades de efetivar uma prática comprometida com as necessidades desses grupos. Isso se deve segundo a avaliação feita nesta pesquisa, à acomodação que o serviço público traz aos profissionais, à falta de prioridade que essas experiências têm no planejamento e no orçamento, e à própria estrutura burocrática dessas instituições.

O fato de as organizações de economia solidária manifestarem preponderantemente a racionalidade substantiva parece, como analisado anteriormente, trazer dificuldades para os profissionais que se encontram em organizações em que prevalece a racionalidade instrumental. Ter essa consciência é fundamental para o desenvolvimento da prática profissional dos assistentes sociais; fundamental não no sentido de ter seu comportamento tecnocrático justificado pela burocracia organizacional, mas no sentido de possibilitar o desenvolvimento de uma ação comprometida com os interesses dos cooperados, pautada nos valores da emancipação humana e articulada econômica, política e socialmente.

Todas as profissionais que trabalham nos órgãos públicos, assim como a assistente social vinculada diretamente com um grupo de cooperativa, manifestaram, em seus depoimentos nesta pesquisa, grande necessidade de um maior referencial teórico para trabalhar nesta realidade, e mostraram-se bastante interessadas nos resultados desta pesquisa e na possibilidade de criação de grupos de estudo sobre a temática. Somada à essa expectativa

das profissionais entrevistadas, a pesquisa constatou o desejo de grande parte dos cooperados entrevistados de um espaço para troca de experiências entre as cooperativas.

Assim, como retorno desta pesquisa aos envolvidos, se fará um colóquio com a participação das organizações e profissionais de Serviço Social que compuseram este estudo, juntamente com as demais organizações de geração de trabalho e renda que compuseram o escopo da pesquisa intitulada “Tecnologias apropriadas para a geração de trabalho e renda nas associações de base comunitária”, desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa Gerasol.

Objetiva-se que esse seja um primeiro encontro com a participação de profissionais de Serviço Social envolvidos direta ou indiretamente com as organizações de economia solidária, e que a partir dessa experiência seja criado um espaço permanente de discussão, na Universidade, sobre o Serviço Social e a economia solidária.

A preocupação desta pesquisadora está na constatação da necessidade de o profissional de Serviço Social estabelecer uma conexão entre a teoria e a realidade observável nas organizações de economia solidária.

É importante que os profissionais de Serviço Social façam uma distinção entre economia solidária e os processos ligados à terceirização e à flexibilização dos direitos trabalhistas. É necessário que os profissionais cooperem para que as experiências de economia solidária não fragmentem os problemas sociais em soluções parciais e não universais, mas que se tornem espaço de alternativas de geração de trabalho e renda, e de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do País.

Mesmo conhecendo-se os limites das experiências de economia solidária no contexto capitalista, é necessário que os profissionais de Serviço Social considerem os aspectos progressistas destas experiências que podem possibilitar uma prática cooperativista realmente democrática, e geradora de trabalho e renda; é necessário que se reconheça o caráter

multifuncional dessas organizações, isto é, sua capacidade de atuar simultaneamente nas esferas econômica, social e política.

Órgãos governamentais e organizações do terceiro setor podem contribuir para que estas organizações enfrentem os problemas relacionados ao acesso ao crédito, à comercialização, à tecnologia e ao gerenciamento.

O profissional de Serviço Social pode cooperar ainda com as organizações de economia solidária nas discussões sobre as cadeias produtivas solidárias, entendidas como as etapas de elaboração, distribuição e comercialização de um bem ou serviço até seu consumo final. É necessário que as organizações reflitam sobre as melhores estratégias de expansão e consolidação de redes de cooperação econômica formadas por outras cooperativas. A remontagem solidária das cadeias produtivas, nas quais a preferência é dada a fornecedores solidários, possibilitará à economia solidária converter-se paulatinamente em um modo de produção socialmente hegemônico (MANCE, 2002).

Esta pesquisa constatou que, embora o espírito cooperativo seja forte nas organizações de economia solidária foco deste estudo, falta conhecimento do mercado e visão técnico-administrativa. As cooperativas mostram dificuldades em assegurar sua viabilidade econômica, seu crescimento e sua sustentabilidade, dificuldades que surgem também em função de a economia solidária conviver na sociedade capitalista e garantir os princípios e valores da economia solidária.

Sob estes aspectos, as organizações de economia solidária enfrentam inúmeros problemas, que denotam a carência de assessoria e apoio financeiro. Deve-se compreender, entretanto, que a assessoria deve romper com a cultura patronal. Como algumas entrevistas junto aos dirigentes demonstraram, os associados sentem falta muitas vezes de “alguém que os coordene” ou que “cuide deles”, que dê diretrizes de trabalho. Observa-se, dessa forma, a

importância do trabalho social no sentido de desmistificar a cultura patronal tão fortemente arraigada em nossa sociedade.

A partir do referencial teórico apresentado nesta dissertação pode-se considerar que trabalhar na perspectiva de gestão social no contexto das organizações de economia solidária significa reconhecer a necessidade do desenvolvimento de uma educação cooperativa que crie e fomente um conjunto de valores, idéias, crenças e padrões de comportamento que privilegiem a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua (PERIUS, 2002).

A capacitação dos cooperados também deve ser objeto de trabalho do profissional de Serviço Social dentro dessas organizações. É através da capacitação e do treinamento que os empreendimentos ganham a eficiência e a qualidade necessárias para acompanhar a grande velocidade da evolução tecnológica do nosso tempo. Todavia, os profissionais de Serviço Social que acompanham as organizações de economia solidária devem ter claro que a racionalidade dessas organizações remete à ética, à emancipação, à tolerância, à liberdade, à justiça, à igualdade e à solidariedade.

Esta pesquisa concluiu que os profissionais de Serviço Social podem tornar-se imprescindíveis na gestão e no desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. Nas suas instituições de apoio, sejam públicas estatais, sejam privadas, o suporte do Serviço Social pode direcionar-se para o suporte metodológico, que envolve as questões dos valores, para a qualificação técnica e o financiamento dos empreendimentos.

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa é possível delimitar a importância do trabalho do profissional de Serviço Social nos aspectos apresentados a seguir.

A política pública de promoção de economia solidária que se busca deve ser compreendida como uma forma de organizar a economia e o mundo do trabalho; não deve se limitar a uma abordagem emergencial direcionada apenas à superação dos graves problemas sociais (ARRUDA, 2002).

As organizações pesquisadas, que se formaram por necessidade financeira imediata, contam com pouco apoio e apresentam mais dificuldades de sobrevivência. Esses grupos se caracterizam por não terem uma história grupal, não pertencerem a movimentos sociais, serem iniciantes e sem experiência na área. Seus membros não possuem qualificação para a especificidade do trabalho, não possuem espírito empreendedor, não estão organizados em órgãos de representação e muitas vezes não estabelecem uma visão crítica da sociedade. Muitos (particularmente aqueles vinculados à reciclagem de lixo) surgiram em condições de grande marginalidade. Esses grupos devem estar plenamente incluídos em uma política pública de geração de trabalho e renda, e essa deve ser uma das preocupações dos profissionais que trabalham com essas organizações; uma política pública que vai além do padrão assistencialista e paternalista que reina na assistência social aos mais pobres.

A pesquisa constatou que as dificuldades que as organizações de economia solidária enfrentam são imensas; elas expressam, através de sua história e de seus representantes, a necessidade de apoio e parceiros para o desenvolvimento de suas atividades. Por sua vez, os profissionais de Serviço Social que acompanham essas organizações, embora tenham clareza da importância dessas experiências na contemporaneidade e clareza de que essas organizações carecem de apoio na questão da gestão e na questão financeira e técnica, possuem dificuldades em compreender e identificar as possibilidades de ação profissional que essas organizações apresentam, assim como aspectos relacionados à questão dos valores que estas organizações incorporam.

Os profissionais de Serviço Social podem contribuir significativamente para a organização e o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, facilitando a articulação entre os empreendimentos, de forma a criar espaços amplos capazes de gerar demandas efetivas de políticas públicas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio H. O Levita Anêmico: dilemas presentes e futuros da Política Social. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.1, jun. 1989, p. 7-31.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. p. 20-25.

ANDION, Carolina. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

ANDRADE, Elivete Cecília. Formação e Competência: os desafios do Serviço Social. **Revista Veritas: Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS**, Porto Alegre, v. 42, nº 2, p. 235-245, 1997.

ARRETECH, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **Banco Interamericano de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, 1995, p. 3-40.

ARRUDA, Marina P. de. Construção de competência: uma demanda emergente. **Revista Veritas: Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS**, Porto Alegre, v. 42, nº 2, p. 235-245, 1997.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego: tendências e debates. **Revista da Fundação SEADE**, vol. 11/ nº 4, out-dez, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Luta contra a pobreza**. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Washington, 2000/2001.

BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transição**. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Banco Mundial, Washington, 1997, p 1-150.

BAND, William A. **Competências críticas**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2002.

BARRETO, M. I. As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro. In: PEREIRA, L. C. B. e GRAU, N. C. (Orgs). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 107-150.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAVA, Silvio Caccia. O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. In: **Cadernos ABONG, ONGs identidade e desafios atuais**. São Paulo: Editora Autores Associados. Nº 27, maio de 2000.

BBC BRASIL. **FAO e Ação da Cidadania divergem sobre fome no Brasil**. Disponível em www.bbc.co.uk. Acesso em 4 de out. de 2002.

- BEDIN, Antonio Gilmar. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.
- BEHRING, Elaine. **A política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BELTRAN, Ari Possidonio. Flexibilização, globalização, terceirização e seus impactos nas relações do trabalho. **Revista Legislação do Trabalho**. V. 61, nº 4, Abril, São Paulo, 1997.
- BENEVIDES, Maria Victória. **O que é formação para cidadania?** Entrevista realizada por Silvio Caccia Bava, diretor da ABONG. Disponível em www.abong.org.br. Acesso em 27/9/2002.
- BIAVASCHI, Magda. As reformas do Estado em tramitação: breves considerações. In: JÚNIOR, Edmundo Lima de Arruda e RAMOS, Alexandre Luiz (Org.). **Globalização, Neoliberalismo e o mundo do Trabalho**. Curitiba: Editora IBEJ, 1998.
- BIER, Clerilei. Direito do trabalho e flexibilização do mercado: a garantia do emprego. In: **Teoria do Direito e do Estado**. (Org.) ROCHA, Leonel Severo. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, Imprensa Nacional, 1988.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (1995). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Imprensa Nacional, 1995. Plano aprovado pela Câmara da Reforma do Estado da Presidência da República em setembro de 1995.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **SINE, Sistema Nacional de Emprego**. Disponível em www.sine.sc.gov.br. Acesso em 14/10/2002.
- BRASIL. **Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais** - Decreto nº 591 de 06 de julho de 1992. Disponível em www.consulado.org.br. Acesso em 13/05/2002.
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Prefácio In: LIMA JÚNIOR, Jaime Benvenuto. **Os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, E. M. e RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999, p. 141-171.
- CASTEL, Robert, WANDERLEY, Luiz Eduardo W. e WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: Editora da PUC, 2000.
- CATTANI, Antonio David. Emancipação social. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. p. 130-135.
- CAVALCANTI, Soraya Uchoa. Reforma do Estado e políticas sociais no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, 68. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAVES, Luciano Athayde. As mudanças no mundo do trabalho e seus reflexos sobre a atmosfera sindical. In: **T&D**, nº 15, dezembro, 1997.

COELHO, Simone de C. Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

COHN, Amélia. **A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional do assistente social**. CFESS, Brasília, 1993.

CORRÊA Luís Oscar. **Economia popular, solidária e auto-gestão: o papel da Educação de adultos neste novo cenário**. Disponível em www.ecosil.org.br. Acesso em 18.3.2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

CRESS/SC. **Coletânea de leis**. Florianópolis, CRESS 12ª Região – gestão 1996-1999.

CUT. **Projeto de desenvolvimento solidário**. SEMINÁRIO REGIONAL ECONOMIA SOLIDÁRIA E SINDICALISMO, Florianópolis. Escola Sul - CUT, 1999.

DINIZ, E. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DOMÈNECH, Alfred Vernis. **La gestión de las organizaciones no lucrativas**. Bilbao: Deusto, 2000.

DORELLA, Paula Junqueira. **Os direitos políticos nas Constituições Brasileiras**. Disponível em www.votoonline.vilabol.uol.com.br. Acesso em 13 de agosto de 2002.

DRAIBE, Sonia e HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.3, n.6. São Paulo: ANPOCS, 1988, p. 53-78.

DRAIBE, Sonia Miriam. O Welfare State no Brasil, características e perspectivas. **Revista da ANPOCS**, n. 12, 1988.

DRAIBE, Sonia Miriam. Uma nova institucionalidade das Políticas Sociais. Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v.11, n.4, out /dez, 1997, p. 3-15.

DRUCKER, Peter. **A administração de organizações sem fins lucrativos**. Princípios e práticas. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

DRUCKER, Peter. **O melhor de Peter Drucker: a sociedade**. São Paulo: Nobel, 2001.

DURÃO, Jorge Eduardo S. **As ONGs e a visão arcaica da relação entre o público e o estatal**, Disponível em www.abong.org.br . Acesso em 27/9/2002.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias do Welfare State. **Revista Lua Nova**, n.24, São Paulo: CEDEC, 1991, p. 85-115.

FAGNANI, Eduardo. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993-1998. In: RICO, E. M. e RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999, p. 141-171.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERNANDES, Almir. **Administração inteligente: novos caminhos para as organizações do século XXI**. São Paulo: Futura, 2001.

FERNANDES, Rubem C. **Privado, porém público**. O terceiro setor na América Latina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIORI, Luiz. Globalização, Estados Nacionais e Políticas Públicas. In: **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight, 1995, p. 195-214.

FLEURY, Sonia. Em busca de uma teoria do Welfare State. In: **Estado sem cidadãos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, p. 101-118.

FREITAS JÚNIOR, Antonio Rodrigues. Globalização e integração regional: horizontes para o reencantamento do direito do trabalho num quadro de crise do Estado-Nação. **Revista Legislação do Trabalho**, V.61, nº 2, Fevereiro, 1997.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia popular solidária no horizonte do Terceiro Setor**. Julho de 2000. Texto impresso.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. p. 135-142.

GARRISON, J. W. Do confronto à colaboração: relação entre Estado e a sociedade civil, o Governo e o Banco Mundial. **Banco Mundial**, Brasília: 2000.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Formação profissional, ética e cidadania. In: BONETTI, A. et al. **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. São Paulo: Record, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: EAESP/FGV, 1995.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o terceiro setor. **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 58. São Paulo: Cortez, 1998.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GÓMEZ, J. M. **Política social e democracia em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GREEN, Paul C. **Desenvolvendo competências consistentes**. Como vincular sistemas de recursos humanos a estratégias organizacionais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS/ABEPSS/-Unb. **Capacitação em Serviço Social e Política Social** – Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais, módulo 4. Brasília: CEAD/NED – Universidade de Brasília, 2000.

HOUTART, François. **A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos:** como fortalecer a capacidade de ação das sociedades civis e a construção do espaço público? FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, Porto Alegre, 2001.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor:** o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade:** dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: CRESS-CE, 1997.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2002. p. 101-109.

JORDAN, David Alberto Becker. **A carreira do administrador em organizações do terceiro setor.** São Paulo: EAESP/FGV, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. Gerência Social: dilemas gerenciais e experiências inovadoras. In: **Pobreza: uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial.** Brasília: ENAP, 1994.

KLIKSBERG, Bernardo; SULBRANDT, José. Como capacitar em gerência social. A experiência do primeiro programa latino-americano de formação de gerentes sociais. In: **Pobreza: uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial.** Brasília: ENAP, 1994.

LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado?** Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Série Textos de Pesquisa, Núcleo de Pesquisa/ ISER, 1993.

LISBOA, Armando de Melo. **O empoderamento comunitário:** uma perspectiva para o desenvolvimento nacional. Texto base de conferência apresentada no Congresso da AMENCAR, Florianópolis, 2000b.

LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia solidária. **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social**, Salvador, v. 189, p. 51-67, set./out. 2000a.

LOPES, Juares Rubens Brandão. Revisão bibliográfica dos principais diagnósticos e recomendações de políticas sociais elaboradas pelas agências multilaterais na América Latina. In: **Novos parâmetros para a reorganização da política social brasileira.** Texto para discussão nº 358, IPEA, 1994. p 31-64.

LUDCKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa qualitativa em educação:** abordagens. São Paulo: EPU, 1996.

MACEDO Lino et al. **Competência III**. In: SEMINÁRIO EXAME NACIONAL DE ENSINO MÉDIO, 1999.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. Disponível em www.ads.org.br. Acesso em 18.3.2002.

MANCE, André Euclides; JESUS, Paulo de. Exclusão/inclusão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. p. 149-152.

MANCE, André Euclides. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. p. 26-28.

MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política**. São Paulo: Abril Cultural, v.1, 1983.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MAXIMIANO, Antonio C. A. **A teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. São Paulo: Atlas, 2000.

MENEGASSO, Maria Ester. **Emergência das organizações de terceiro setor: aprendendo a gerir – um estudo de multicasos**. Projeto submetido ao Departamento de Apoio à Pesquisa DAP/UFSC, FUNPESQUISA/2000 para obtenção de financiamento, Florianópolis, 2001.

MENEGASSO, Maria Ester. **O declínio do emprego e a ascensão da empregabilidade: um protótipo para promover a empregabilidade na empresa pública do setor bancário**. 1988. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988

MENEGASSO, Maria Ester. **Tecnologias apropriadas para geração de trabalho e renda nas associações de base comunitária**. Relatório parcial de pesquisa, Florianópolis, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 69-89.

MIQUELUZZI, Oswaldo. Do Fordismo – Keynesianismo à acumulação flexível: ascensão do individualismo e queda das organizações sindicais. In: JÚNIOR, Edmundo Lima de Arruda e RAMOS, Alexandre Luiz (Org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: Editora IBEJ, 1998.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NISEMBAUM, Hugo. **A competência essencial**. São Paulo: Infinito, 2000.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: idéias para a reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 123-305.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. Brasil, da pobreza da inflação para a inflação da pobreza. **Cadernos ABONG**, ONGs identidade e desafios atuais. Editora Autores Associados. n. 27, maio de 2000.

OLIVEIRA, Francisco. **O que é formação para a cidadania?** Entrevista realizada por Silvio Caccia Bava, diretor da ABONG, em dez. de 1999. Disponível em www.abong.org.br. Acesso em 20/9/2001.

PAIVA, Beatriz Augusto de. **A Assistência Social como política pública: uma contribuição para o estudo da LOAS**. Dissertação de Mestrado, 1993. Rio de Janeiro, 1993

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVIII, n. 53, março 1997, p. 80-101.

PEREIRA, L. C. B. “Entre o Estado e o mercado: o público não estatal. In: PEREIRA, L. C. B. e GRAU, N. C. (Orgs). **O Público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro, FGV, 1999, p. 15-50.

PEREIRA, L. C. B. Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Revista Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, nº 45, 1998, p. 49-96.

PERIUS, Vergílio; SCHMIDT, Derli. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. p. 63-71.

POCHMANN, Márcio. **Um futuro preocupante**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 5 de agosto de 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 1997**. Disponível em www.undp.org.br. Acesso em 4 de out. de 2002.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 2000.

RAMOS, Alexandre. Acumulação flexível, Toyotismo e desregulamentação do direito do trabalho. In: JÚNIOR, Edmundo Lima de Arruda e RAMOS, Alexandre Luiz (Org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: Editora IBEJ, 1998.

RAMOS, Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

REIS, Liliane G. da Costa. **Desenvolvendo competências gerenciais**. Disponível em www.rits.org.br/gestao. Acesso em 10 set. 2002.

RIBEIRO, Simone Aparecida. **Associação de Recicladores Esperança: uma alternativa de geração de trabalho e renda**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
- RIEGEL, Estevão. Globalização, neoliberalismo e flexibilização: direitos e garantias. In: JÚNIOR, Edmundo Lima de Arruda e RAMOS, Alexandre Luiz (Org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: Editora IBEJ, 1998.
- RIFKIN, Jeremy. **Fim dos empregos**. O declínio inevitável nos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.
- RONCONI, Luciana F. de Abreu; THIESEN, Maria Dolores. **Experiência de intervenção envolvendo família, geração de renda e autogestão**. SEGUNDO ENCONTRO ZONA SUR. 2002, Osorno, Chile. **Anais...Osorno**, 2002.
- SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 5-11, jan./mar. 1998.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E A REFORMA DO ESTADO, MINISTÉRIO DA REFORMA DO ESTADO, São Paulo, 1998.
- SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.5, n. 2, jul/dez. 2002.
- SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. In: CFESS/ABEPSS/ -Unb. **Capacitação em Serviço Social e Política Social – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, módulo 4**. Brasília: CEAD/NED – Universidade de Brasília, 2000.
- SCHIOCHET, Valmor. **O social pensado politicamente**. A noção de sociedade civil e sua condição de inteligibilidade. Tese de Doutorado em Sociologia na Universidade de Brasília, 2001.
- SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr./jun. 1997.
- SERVA, Maurício. **O Estado e as ONGs: uma parceria complexa** (texto impresso sem data).
- SILVA Edna Lúcia. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, UFSC/ PPEP/LED, 2000.
- SILVA, Inês Amaro. Competência e cidadania no mundo do trabalho. **Revista Veritas: Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS**, Porto Alegre, v. 42, nº 2, p. 235-245, 1997.

SILVA, Reinaldo Pereira. A Reforma do Estado no Brasil e o descompromisso político com os direitos humanos. In: SILVA, Reinaldo Pereira e (Org.). **Direitos humanos como educação para a justiça**. São Paulo: Revista Legislação do Trabalho, 1998.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

SINGER, Paul. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RAICHELIS, Raquel e RICO, Elizabeth de Melo (Org.) **Gestão Social**: uma questão em debate. São Paulo: Editora da PUC –SP, 1999a.

SINGER, Paul. **Cooperativismo e Sindicatos no Brasil**, texto constante no Projeto de desenvolvimento solidário. CUT. SEMINÁRIO REGIONAL ECONOMIA SOLIDÁRIA E SINDICALISMO, Florianópolis, Escola Sul-CUT, 1999b.

SINGER, Paul. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. p. 116-125.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Cidadania e direitos humanos. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 104. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, C. e CARVALHO, I. M. M. Reforma do Estado, descentralização e desigualdade. **Lua Nova**, 48, São Paulo: CEDEC, 1999, p. 187-212.

SOUZA, Perci Coelho. O cooperativismo. In: CFESS/ABEPSS/Unb. **Capacitação em Serviço Social e Política Social** – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, módulo 4. Brasília: CEAD/NED – Universidade de Brasília, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade** 68. São Paulo: Cortez, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização da economia e processos de exclusão social. In: **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 01. Brasília: NED/CEAD - Universidade de Brasília, 1999.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

TENÓRIO, Fernando G. **Flexibilização organizacional**: mito ou realidade? Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TENÓRIO, Fernando. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, nº32, n. 5, set./nov., 1998.

THOMPSON, Andrés. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE Evelyn (Org.). **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

TIRIBA Lia; JESUS, Paulo de. Cooperação. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002. p. 49-54.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo: nova abordagem sociojurídica**. Curitiba: Juruá, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.